

JOSÉ MARIA NUNES PEREIRA CONCEIÇÃO

OS ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL
E AS RELAÇÕES COM A ÁFRICA - UM
ESTUDO DE CASO: O CEEA (1973-1986)

Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor FERNANDO AUGUSTO ALBUQUERQUE MOURÃO

SÃO PAULO

1991

1
153

JOSÉ MARIA NUNES PEREIRA CONCEIÇÃO

OS ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL
E AS RELAÇÕES COM A ÁFRICA - UM
ESTUDO DE CASO: O CEAA (1973-1986)

Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor FERNANDO AUGUSTO ALBUQUERQUE MOURÃO

SÃO PAULO

1991

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, orientador e amigo, que tudo fez para que eu pudesse cursar o Mestrado em Sociologia, e que me acompanhou e orientou, com extrema paciência, na pesquisa para esta dissertação.

Ao meu colega e amigo Edson Borges. Sem ele, esta tese não teria sido possível.

A todos os colegas e amigos que, ao longo dos anos construíram o CEAA.

A Candido Mendes, que sempre arcou com as consequências.

SUMÁRIO

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	1
2. OS ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO ...	7
2.1 - Estudos africanos: uma breve revisita à bibliografia	11
2.2 - O estudo da África em função da questão racial e da identidade nacional brasileira ...	17
3. NINA RODRIGUES: O PIONEIRO	24
3.1 - Estudos africanos e afro-brasileiros na virada do século	24
3.2 - O que levou Nina Rodrigues aos estudos africanos e afro-brasileiros	26
3.3 - A África e os africanos em Nina Rodrigues ..	28
3.4 - Arthur Ramos: a renovação teórica	33
3.4.1 - A África em Arthur Ramos	39

4. OS ESTUDOS AFRICANOS E A ÁFRICA EMERGENTE	51
4.1 - O luso-tropicalismo e o colonialismo português	53
4.2 - Cabo-Verde: a visão antiluso-tropicalista de Gilberto Freyre	60
4.3 - José Honório Rodrigues: uma visão nova da África	67
5. ESTUDO DE CASO: O CEAA (1973-1986)	80
5.1 - Centros universitários de estudos africanos no Brasil	82
5.1.1 - Perfil do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)	88
5.1.2 - Perfil do Centro de Estudos Africanos	91
5.1.3 - Estudos africanos na América Latina: um perfil	95
5.2 - O CEAA e a política africana do Brasil	96
5.3 - A correlação entre os acontecimentos em África e a produção teórica do CEAA	104
5.4 - As relações do CEAA com a sociedade brasileira em geral e com a comunidade negra em particular	117

6. CONCLUSÃO	127
ANEXO I - PRODUÇÃO DE ESTUDOS AFRICANOS DE PESQUISADO- RES DO CEEA (1973-1986)	130
ANEXO II - CURSOS E SEMINÁRIOS REALIZADOS PELO CEEA (1973-1986)	135
BIBLIOGRAFIA	137

1. INTRODUÇÃO

A análise dos estudos africanos no Brasil e sua relação com o desenvolvimento da política africana brasileira encontram a base de sua justificativa e relevância em dois fatos. O primeiro é que o Brasil é um país onde quase metade de sua população é de origem africana; o segundo está na razão de a política brasileira para a África ter apresentado, nos últimos 20 anos, um crescimento e uma densidade pelo menos ao nível político e econômico - sem paralelo no quadro das relações Sul-Sul.

É razoável pensar que essa constatação provocasse, de um lado, a expectativa de que os estudos africanos tivessem se desenvolvido desde cedo no Brasil. Sendo a África uma das matrizes formadoras de nossa nacionalidade e tendo com ela mantido, durante mais de três séculos, relações especiais, marcadas centralmente pelo tráfico escravo, embora indo além dele, é de supor-se que conviria conhecê-la para melhor compreender a história do país.

De outro lado, com a importância crescente que a África passou a ter no cenário internacional a partir das independências dos anos 60 e depois de sua valorização estratégica nos meados dos anos 70 e, acima de tudo, com o mencionado incremento das relações do Brasil com os países africanos, era de se esperar que todos os setores da sociedade brasileira voltassem sua atenção para as novas realidades do

continente vizinho. Também era de se esperar que, a partir disso, tivesse ocorrido acentuado desenvolvimento dos estudos africanos, quer ao nível de uma produção bibliográfica em geral, quer, no meio acadêmico, com a criação de novos centros de estudos africanos, expansão dos já existentes e um conseqüente aumento de uma produção africanística.

A pesquisa se debruça sobre essas questões e procura analisar até que ponto essas expectativas correspondem à realidade. O conjunto de fatores apresentado é problematizado a partir da formulação de várias questões, a saber:

- a) Qual a importância que os estudos africanos vêm tendo no Brasil?
- b) Dado o peso da participação dos africanos e seus descendentes na formação da nacionalidade brasileira, não teriam os estudos africanos se desenvolvido a partir dos estudos afro-brasileiros, permanecendo imbricados? A partir de quando eles se separaram, ou não houve ainda uma autonomização absoluta dos estudos africanos?
- c) Não teriam os estudos africanos de forma notável se desenvolvido a partir das independências africanas e muito mais ainda com o extraordinário incremento das relações do Brasil com a África nos últimos 20 anos? Tiveram eles um crescimento proporcional ao grau de incremento dessas relações, através de uma institucionalização mais alargada que se traduzisse pela criação de novos centros de estudos e pelo fortale-

cimento dos já existentes?

- d) A análise de um estudo de caso - o CEAA -, de sua estrutura, de sua produção, em suma, do seu itinerário, pode ser útil na clarificação das questões levantadas?

O estudo e alguma experiência pessoal nessas questões levaram-nos a formular a seguinte hipótese básica de trabalho, assim desdobrada:

- os estudos africanos e afro-brasileiros foram importantes na definição da identidade nacional brasileira - transpassada pela questão racial -, sobretudo na primeira metade deste século, e se desenvolveram bastante após as independências africanas dos anos 60, tendo os estudos africanos se autonomizado em relação aos estudos afro-brasileiros.
- a criação dos centros universitários de estudos africanos existentes atualmente no Brasil não ocorreu como resultado de momentos de maior intensidade das relações Brasil-África. Pelo contrário, após os meados dos anos 70, nenhum outro centro foi criado (com a pequena exceção do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade de Londrina, ainda não consolidado academicamente), apesar de algumas tentativas. Isso nos leva a procurar outros fatores de favorabilidade para explicar a criação dos três principais centros universitários dedicados ao estudo da África.

Com essa hipótese de trabalho iniciamos, no segundo capítulo, nossa pesquisa verificando a importância - cujo alto grau era insuspeito, em certa medida, para nós - dos estudos africanos e afro-brasileiros para a definição da identidade nacional, que no Brasil sempre passou pela questão racial.

No terceiro capítulo, a pesquisa focaliza dois autores considerados fundamentais nos estudos dos africanos e dos negros brasileiros: o pioneiro Nina Rodrigues e seu discípulo Arthur Ramos. Procuramos investigar o que levou um professor de medicina legal da Faculdade de Medicina da Bahia, como era Nina Rodrigues, a se preocupar com o que ele chamava estudo da África. Tanto Nina Rodrigues quanto Arthur Ramos, embora os separassem mais de 30 anos de diferença e recursos teóricos diversos, tinham o mesmo objetivo: "o problema 'o negro' no Brasil".

No quarto capítulo recorreremos a um autor que tivesse pesquisado na África moderna, do início dos anos 50, e tivesse produzido obras relativamente extensas sobre ela, diferente das antigas ciências do século passado e início deste. Encontramos este autor em Gilberto Freyre, em dois livros pouco conhecidos em meio a sua obra geral: Aventura e rotina e Um brasileiro em terras portuguesas, que ele dedicou à aplicação, na África portuguesa, de sua teoria do luso-tropicalismo.

Embora possa ser considerada produção menor, ou até de circunstância, a verdade é que essas duas obras de Gilberto Freyre, resultado de uma visita de sete meses pelas

cinco colônias portuguesas da África, constituem o mais extenso estudo sobre a África moderna escrita até então por um brasileiro.

Para analisar a aplicação que Gilberto Freyre fez do luso-tropicalismo na África escolhemos, como estudo de caso, Cabo Verde. Submetemos então as análises de Freyre à crítica de alguns autores africanos, sobretudo cabo-verdianos.

Também nesse capítulo, analisamos José Honório Rodrigues, através de seu livro já clássico Brasil e África - um outro horizonte. Nele o autor faz o mais amplo estudo dos quatro séculos de relações do Brasil com a África e da luta pelo desenvolvimento e pela independência que travam os africanos. Enquanto nos livros citados de Freyre o personagem privilegiado não é o africano, mas o colonizador português, portador, desde a nascença, de características únicas para a vida nos trópicos, em J. H. Rodrigues o personagem central é o africano e o palco da peça são os quatro séculos das relações entre dois grandes parceiros do Atlântico.

Encerramos o capítulo cotejando as divergentes visões que esses dois autores têm do colonialismo português, no Brasil e na África, da questão da mestiçagem e da posição que o Brasil deve ter face à África.

O quinto capítulo é dedicado ao estudo de caso - o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), o seu perfil histórico, suas mudanças institucionais e sua produção teórica. O período estudado vai desde a criação do Centro, em 1973, até a mudança da sua Vice-Direção Executiva, em 1986, assumi

da então pelo professor Carlos A. Hasenbalg.

Submetemos a produção teórica e de outras atividades do CEAA a três variáveis:

- a) ao nível das relações do Brasil com a África;
- b) às mudanças ocorridas nas diversas etapas do Centro, produzidas por motivos internos, relacionados ao fluxo de recursos de várias ordens ou pelas transformações ocorridas na nossa sociedade, em especial na comunidade negra; e
- c) às mudanças ocorridas na África no que se refere à agenda de questões teóricas e práticas políticas privilegiadas.

Antecede essa análise um breve comentário sobre os demais centros de estudos africanos no Brasil e na América Latina, bem como seu nível de institucionalização.

2. OS ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO

Duas razões básicas aguçam o interesse e tornam relevantes a análise histórica dos estudos africanos no Bra-sil.

A primeira razão é o fato de deso país ter recebi-do grande parte de sua população através do tráfico de escravos, que se estendeu por mais de três séculos - da primeira metade do século XVI até meados do século XIX - e envolveu cerca de três milhões de africanos.⁽¹⁾ Esse povoamento, que Nina Rodrigues considera a colonização propriamente dita⁽²⁾ e Gilberto Freyre como co-colonização (ao lado da portuguesa e da ibérica),⁽³⁾ veio a transformar o Brasil no atual se-gundo país do mundo em população negra, logo após a Nigéria.

Nesse período, embora o tráfico de escravos consti-tuísse o eixo central, já outros fatores foram envolvidos nas relações do Brasil com a África. Entre eles ressaltamos, em primeiro lugar, o comércio envolvendo o lado brasi-leiro, sobretudo a partir da Bahia, com a exportação do fumo de corda e aguardente de cana, além, segundo alguns, do con-trabando de ouro; e do lado africano, especialmente a par-tir de Lagos, na Nigéria, a importação de produtos relaciona-dos com os cultos afro-brasileiros. Também importante foi o retorno de ex-escravos, com seus descendentes, à costa afri-cana, especialmente para o Daomé (atual Benin), Togo, Nigé-ria e Gana, e de brasileiros rebeldes ao jugo português de-gredados para Angola, que mantinha laços comerciais, cultu-

rais e até político-administrativos mais estreitos com o Brasil do que com a metrópole portuguesa. (4)

A segunda razão está ligada ao incremento das relações do Brasil com os países africanos, especialmente a partir da década de 1970, quando atingiram significativa intensidade tanto em termos econômicos e comerciais, quanto em termos políticos e diplomáticos. Para dar uma idéia desse crescimento, basta lembrar que o comércio do Brasil com a África aumentou 21,7 vezes entre 1972 e 1981 e a participação africana no comércio externo brasileiro global saltou de 3%, em 1972, para 9% em 1981. (5) No período seguinte, entre 1981 e 1989, as relações comerciais Brasil-África mantiveram-se ascendentes, com 1985 sendo o ano de maior intercâmbio comercial, quando as exportações brasileiras para a África atingiram US\$ 2 bilhões (7,9% do total brasileiro) e as importações US\$ 1,73 bilhão (13,2% do total). (6) Do ponto de vista diplomático, o Brasil possui atualmente na África 22 embaixadas, revelando um crescimento considerado, na década de 1980, o maior no âmbito das relações Sul-Sul.

Pela relevância dos fatos presentes na relação a estudar, a importância da população negra no Brasil e o incremento das relações com a África, seria de supor que os estudos africanos no país teriam sido implantados muito cedo, seriam numerosos, apresentariam vasta bibliografia e alta institucionalidade e, o que é mais importante, teriam se desenvolvido pelo menos na proporção com que aumentaram, nos diversos campos, as relações brasileiras com a África.

Temos, no entanto, como hipótese de trabalho, que

essa relação de proporcionalidade não tem sido tão marcadamente positiva. A título de ilustração, recordaríamos que, embora os estudos africanos - ainda não demarcados dos estudos afro-brasileiros - tenham sido iniciados na última década do século XIX, com o pioneiro Nina Rodrigues, só a partir de 1930 é que eles são retomados, através de discípulos como Arthur Ramos. O próprio Nina teve o seu primeiro livro sobre o assunto, Os africanos no Brasil, publicado somente em 1933. Já a institucionalização dos estudos africanos só vai ocorrer a partir do processo de descolonização na África, quando emergem Estados africanos soberanos capazes de estabelecer parceria política, econômica e cultural com o Brasil.

Entre os fatores mais importantes como marcos dessa institucionalização, destacamos a criação de centros de estudos de caráter universitário e, por consequência, a elaboração de programas e cursos especializados, além do surgimento de uma bibliografia sobre África produzida no Brasil.

Como exemplos do florescimento de instituições dedicadas aos estudos africanos, temos, em 1959, na Universidade Federal da Bahia, o Centro de Estudos Afro-Orientais; em 1961, no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), ligado à Presidência da República; em 1963, em São Paulo, sob os auspícios da USP, o Centro de Estudos e Cultura Africana, que em 1968 passa a denominar-se Centro de Estudos Africanos (CEA); e, em 1973, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), fundado no Rio de Janeiro após o encerramento do IBEAA com o regime militar implantado em 1964.

Após 1973, contudo, excetuando o Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade de Londrina, de reduzida atuação acadêmica por falta de recursos, nenhuma outra instituição de estudos africanos foi criada, ao mesmo tempo que outras instituições de nível não-universitário lentamente perdiam força ou desapareciam, justamente quando o Brasil começava a dar um salto qualitativo no estreitamento de suas relações com a África, a partir da queda do governo colonialista de Portugal, em 1974.

Assim, quando apresentamos como hipótese de trabalho que o crescimento do percentual da população negra (preta e parda, como designam os censos do IBGE) no Brasil e o extraordinário incremento das relações do país com os Estados africanos não se fizeram acompanhar de um crescimento proporcional dos estudos africanos, estamos reconhecendo que, apesar do notável desenvolvimento desses estudos a partir dos anos 60, concomitantemente ao surgimento da maioria dos novos Estados emergentes da África, esse desenvolvimento não teve uma proporcionalidade tão positiva como seria de esperar. E não teve sobretudo após o estreitamento acentuado das relações do Brasil com África, a partir dos meados de 1970, quando também houve o ressurgimento dos movimentos negros que levaram a sociedade brasileira a ter maior grau de consciência de suas ligações históricas com a África e do peso das influências africanas e afro-brasileiras no processo de identidade nacional do Brasil.

A tentativa de demonstração dessa hipótese de trabalho será feita sobretudo no capítulo final desta dissertação. Não nos limitamos a julgar esse esperado grau de pro-

porcionalidade positiva somente apoiados num juízo um pouco subjetivo do que poderia ou deveria ser o estado atual dos estudos africanos no Brasil. Procuraremos, sim, apontar os pontos de concenso e descenso desses estudos em relação ao processo também oscilante das relações do Brasil com a África e estabelecer, mesmo que minimamente, uma comparação entre o crescimento dos estudos africanos no Brasil e em outros países com similitudes com o nosso.

O propósito básico desta dissertação é não só fazer um histórico dos estudos africanos no Brasil e relacionar o desenvolvimento desses estudos com as várias etapas da política africana do Brasil, mas também, através de um estudo de caso - o do Centro de Estudos Afro-Asiáticos -, refletir sobre possibilidades de aprofundar e alargar os estudos africanos através de mais ampla e flexível institucionalização, em vários níveis.

2.1 - Estudos africanos: uma breve revisita à bibliografia

A bibliografia sobre a evolução dos estudos africanos no Brasil não é extensa. O seu principal autor é Luís Beltrán, que por mais de uma década - dos meados dos anos 70 aos 80 - acompanhou as atividades dos centros de estudos africanos, embora se dedicando prioritariamente ao levantamento da bibliografia africanista brasileira (isto é, livros editados no Brasil, de autores brasileiros e estrangeiros, inclusive traduções).

Após ter escrito vários artigos sobre o tema dos estudos africanos em países latino-americanos,⁽⁷⁾ Beltrán teve editado em 1987 seu livro O africanismo brasileiro, que antes, em 1986, fora número especial da revista África.

Na primeira parte de O africanismo brasileiro, que inclui uma bibliografia africanista brasileira do período entre 1940 e 1984, com 424 referências, Beltrán faz uma afirmação que consideramos fundamental para a pesquisa, pois contribui para desfazer um equívoco até hoje, de certa forma, vigente. Segundo o autor, "em primeiro lugar, deve-se diferenciar objetivamente e sem rodeios, os estudos afro-brasileiros, que tratam da aculturação ou da influência africana no Brasil, dos estudos africanistas ou africanos, que se referem à África ao sul do Saara (África negra, África subsaariana, África tropical). É certo que em sentido amplo - neste caso o critério geográfico - os estudos africanistas poderiam incluir a África mediterrânea ou setentrional." Adiante, insiste "na necessidade dessa delimitação entre estudos afro-brasileiros e estudos africanistas, já que é muito frequente na Ibero-América usar a segunda expressão indistintamente tanto para a pesquisa sobre a influência africana na América como para a que trata da África subsaariana". No entanto, o autor assegura:

"(...) não temos dúvida em afirmar inequívoca e sistematicamente - e cremos que pela primeira vez - que se pode falar de um africanismo brasileiro, ou seja, de um interesse e/ou especialização científica no Brasil sobre a África ao sul do Saara. (...) Parece-nos que chegou o momento em que as realizações do africanismo brasileiro - por modestas que possam ser - sejam conhecidas não somente no País como também no exterior, tanto na África como na comunidade africanista internacional."⁽⁸⁾

Sobre a pouco clara distinção entre estudos africanistas e estudos afro-brasileiros também se manifesta Jennifer Dundjwa Blajberg, sul-africana radicada no Brasil, com doutoramento na área africanística:

"No Brasil constitui a Africanística até a década dos 50 principalmente o estudo das origens da população brasileira negra e das repercussões sociais e culturais desta população na sociedade e cultura brasileiras. (...). Com o início da década de 60, ao buscar o Estado brasileiro projeção internacional ultrapassando o Atlântico em direção à África que se tornava independente, começam os Estudos Africanos a constituir-se em desiderato no Brasil por parte dos círculos intelectuais nacionais." (9)

Como vimos, enquanto Beltrán assinala a consolidação dos estudos africanos - o africanismo brasileiro, que mereceria já ser conhecido no exterior -, Blajberg adverte que "a AFRICANÍSTICA OU ESTUDOS AFRICANOS, como é conhecida hoje em dia, tem com freqüência entrado em declínio, perdido sua relevância como área de estudos", em favor de estudos afro-americanos ou afro-brasileiros. São duas afirmações aparentemente contraditórias que, a nosso ver, procedem e são elementos a comprovar nossa hipótese de trabalho. Senão vejamos o pano de fundo dessas duas afirmações, começando por Beltrán.

O africanismo brasileiro se consolidou - após seu crescimento com a descolonização africana dos anos 60 - sobretudo a partir da primeira metade da década de 1970. Alguns acontecimentos contribuíram para isso. O primeiro, já mencionado, foi a reaproximação brasileira da África, a partir de 1972, quando o então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Gibson Barboza, fez um périplo pelo con

tinente africano, visitando 11 países.⁽¹⁰⁾ O governo brasileiro tentou justificar perante os dirigentes africanos o apoio dado a Portugal, alegando laços afetivos e acenando com o possível papel de mediador que poderia vir a ter entre Lisboa e os movimentos nacionalistas. Se a viagem não obteve o êxito político desejado, constituiu um marco no rápido desenvolvimento das trocas comerciais entre o Brasil e a África. É desse momento a criação da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, representada na viagem por 37 empresários associados.

Essa reaproximação só foi plenamente realizada a partir do governo Geisel (1974-1979), com sua política "econômica, pragmática e responsável". É claro que essa nova fase foi bastante beneficiada com a derrocada do colonialismo português, que levou o Brasil a reconhecer, em 1974, a independência unilateral da Guiné-Bissau (portanto, antes de seu reconhecimento por Portugal) e, em 1975, a independência de Angola, sob o governo do MPLA. Este último reconhecimento - dos primeiros do mundo e o primeiro entre os países capitalistas - constitui grande gesto político e marca emblemática da nova posição do Brasil face à África.⁽¹¹⁾

Tudo isso produziu um impacto significativo na intelectualidade e na sociedade brasileiras em geral. A grande imprensa e a chamada imprensa alternativa - como os jornais Opinião e, mais tarde, Movimento e Versus - contribuíram para esse impacto, ao mesmo tempo que também o refletiam.

A grande mobilização para uma África pouco conheci

da levou a que o Itamaraty se aproximasse dos centros de estudos africanos. A literatura africana, especialmente a de língua portuguesa, atraiu especialistas que passaram a oferecer cursos universitários sobre o tema, sobretudo na USP. Com maior frequência realizaram-se conferências e seminários sobre a nova realidade africana, abrangendo desde a emergência das ex-colônias portuguesas, a questão do apartheid (reativada com os levantes de Soweto, em 1976) e a independência da Namíbia, então sob ocupação ilegal da África do Sul, à luta travada pelos nacionalistas contra o governo de minoria branca da Rodésia (atual Zimbábue).

A esse conjunto de fatos veio acrescentar-se um outro de grande relevância. A partir dos meados da década de 1970, deu-se o ressurgimento dos movimentos negros, que, de certa forma, criaram uma nova clientela para os estudos africanos. Centenas de cooperantes brasileiros trabalharam, nesse período, nas ex-colônias portuguesas, especialmente em Moçambique e Guiné-Bissau. No retorno, alguns escreveram artigos ou livros e, de forma direta ou indireta, reforçaram os estudos africanos.

Todos esses fatos contribuíram para que o africanismo brasileiro encontrasse o caminho da consolidação apontada por Luís Beltrán e já assinalada por René Pelissier. (12)

Quanto à afirmação de Jennifer D. Blajberg de que, ultimamente (o seu artigo é de 1982), os estudos africanos entraram em declínio em favor dos estudos afro-brasileiros, o que observamos é que esse declínio ocorre justamente no momento - década de 80 - em que diminui o interesse brasileiro

pela África, em relação ao demonstrado na década anterior. Alguns motivos podem ser apontados.

Um deles é a crise econômica que atingiu os dois lados do Atlântico e provocou uma queda relativa nas trocas comerciais entre o Brasil e seus parceiros africanos. É necessário também sublinhar o quanto de mercantilismo e improvisação marcaram a posição brasileira nas suas relações econômicas, e até nas de cooperação com a África. Esse imediatismo jamais poderia ser favorável à expansão do africanismo brasileiro, já que ele provoca uma diminuição da demanda de informações aos centros de estudos africanos, às universidades e à sociedade em geral. Se estimulado e solicitado, o africanismo brasileiro - especialmente os centros - poderia ter dado um maior embasamento às relações do Brasil com a África e proporcionado uma participação maior da sociedade.

Parece não ser tradição brasileira a discussão pública da política externa do país. Mesmo os partidos políticos não dão destaque em sua agenda - nem mesmo nas eleições - a problemas de ordem internacional. Como a África possui laços profundos com a nossa história e poderia ser considerada como "um problema interno", talvez ela constituísse uma exceção. Mas não constitui. Provavelmente por essa mesma razão, isto é, por ser um problema interno ligado à imagem da escravidão e da questão racial brasileira.

Outra razão pela qual os estudos africanos declinaram frente aos estudos afro-brasileiros foi o clima de abertura política dos primeiros anos da década de 80, que atraía a sociedade brasileira para a discussão de importantes pro-

blemas internos em que ela passou a ter muito maior participação. Em certa medida em consequência disso, os movimentos negros passaram a pressionar o governo e a sociedade civil - e, portanto, também a universidade - para encararem o problema racial brasileiro, muito especialmente as questões culturais que afetam a definição de identidade e valor dos negros brasileiros como da própria nação brasileira como um todo.

2.2 - O estudo da África em função da questão racial e da identidade nacional brasileira

Em seu livro Preto no branco, Thomas Skidmore lembra que quando iniciou esse trabalho pensava tão-somente em escrever uma série de retratos de intelectuais brasileiros representativos do período 1870-1930. No entanto, para espanto seu, viu que "embarcava num exame das principais correntes intelectuais da época", percebendo depois "que marchava para uma análise minuciosa do pensamento racial brasileiro" (13), o que mostra a importância que assumia, na época, a questão racial para a formação do pensamento nacional brasileiro.

Entretanto, como vimos, os estudos africanos se iniciam como um apêndice, melhor dizendo, uma necessidade para defrontar o que Nina Rodrigues chamava do problema "o negro". (14) Esses estudos, na realidade mais afro-brasileiros que africanos, estavam ligados às preocupações sobre a situação, função e desenvolvimento do negro na sociedade brasileira. Essas preocupações surgem, essencialmente, após a Aboli

ção, pois antes dela não existia a problemática da integração do negro na sociedade.⁽¹⁵⁾ Como a condição de escravo previamente o estratificava, logo, a desqualificação dos negros não precisava ser baseada em critérios raciais.

Com a Abolição em 1888, adverte José Murilo de Carvalho, "o problema social da escravidão, o problema da incorporação dos ex-escravos à vida nacional e, mais ainda, à própria identidade da nação, não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado".⁽¹⁶⁾ O que se observa é um deslocamento do problema para a questão racial, que se transformou no centro das preocupações da elite brasileira, fazendo surgir o temor da "haitinização" e da "onda negra".⁽¹⁷⁾

O pressuposto da inferioridade cultural e racial dos negros parte do interior das teorias tidas na época como científicas, especialmente o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer, absorvidos pelas nossas elites no final do século XIX. A aceitação de tais teorias pelas elites, adverte Renato Ortiz, levanta um grande problema: de que maneira pensar a realidade de uma nação emergente como o Brasil dentro desse quadro teórico? Ora, a complexidade das relações raciais produzidas e meio encobertas pela escravidão, com todo o seu cadinho de raças - desde o triângulo básico (o branco, o negro e o índio) até suas derivações (mulato, cafuso e mameluco) -, dava à nação brasileira um rosto bem diferente do europeu.

Portanto, adotar as teorias evolucionistas implicava aceitar como "inferior", em relação ao europeu, o estágio civilizatório do país. Na Europa, não se acreditava que o

Brasil, devido à forte influência africana, pudesse vir a ser considerado um país civilizado, quando nada porque, até o advento da corrente migratória européia, "os brancos jamais constituíram maioria em nenhum lugar do Brasil (...)". (18)

Retomando Renato Ortiz, (19) e a questão da "inferioridade" brasileira, verificamos que para superá-la era necessário apontar para uma solução que no futuro viesse possibilitar ao Brasil ingressar no conjunto das nações civilizadas e, ao mesmo tempo, fizesse cessar o medo da "haitinização".

A imigração européia e a teoria do branqueamento através da mestiçagem são fenômenos-chave para a compreensão da desesperada procura que as elites brasileiras tentarão levar a cabo para atingir essa meta da "civilização" e encontrar, ao mesmo tempo, uma identidade nacional.

NOTAS DO CAPÍTULO 2. OS ESTUDOS AFRICANOS
NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO

- (1) RODRIGUES, José Honório. Brasil e a África; outro horizonte. 2 ed. rev. aum. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. V. 1. p. 74.
- (2) RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. 5 ed. São Paulo, Nacional, 1977, p. 10.
- (3) FREYRE, Gilberto. "O impacto cultural do afro-negro no Brasil. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO, 3, Recife, 1982. Anais... Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1985, p. 62.
- (4) TURNER, J. Michael. Cultura afro-brasileira na costa ocidental da África. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, (6 - 7) : 19 - 26, 1978. Ver também, passim. CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros, estrangeiros; os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- (5) PEREIRA, José Maria Nunes. Brasil-África no Governo Figueiredo; um balanço. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, 1(2):81-104, 1985, p. 84.
- (6) Dados da CACEX, por computador, novembro de 1989.

- (7) BELTRÁN, Luís. A problemática dos estudos políticos africanistas. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, (27):71-94, 1969; Idem, Los estudios afro-americanos y a africanista em Iberoamérica. Cuadernos Hispanoamericanos, Madrid, (s/nº):15P(separata), 1974; Idem, Les études africaines au Brésil. Afrique Contemporaine, Paris, (85):9-17, 1976; Idem, Mexican Africanism. Africana Journal, New York, 11(4):299-317, 1980.
- (8) _____. O africanismo brasileiro; incluindo uma bibliografia africanista brasileira (1940-1984). África, São Paulo, (8-Bis):9-152, 1986; Idem, O africanismo brasileiro. Recife, Pool, 1987, p. 17.
- (9) BLAJBERG, Jennifer Dunjwa. A relevância dos estudos africanos para brasileiros. IURI - Estudos Internacionais, Rio de Janeiro, (1):27-52, 1984, pp. 29-30 e 27.
- (10) PEREIRA, José Maria Nunes. Relações Brasil-África: problemas e perspectivas. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (6-7):212-224, 1982, p. 220. Os países visitantes foram, em outubro e novembro de 1972: Senegal, Costa do Marfim, Nigéria, Gana, Togo, Camarões, Zaire, Benin e Gabão; em fevereiro de 1973: Quênia e Egito.
- (11) Idem, *ib.*, p. 220.
- (12) René Pelissier, além de historiador com vasta obra sobre os países africanos de língua portuguesa, é também analista de estudos africanos em vários países; sobre o Brasil ele escreveu: Aspects de l'africanisme brési-

- lien. Le Mois em Afrique, Paris, (200) : 56-76, 1982.
- (13) SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco; raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 11.
- (14) RODRIGUES, Nina, op. cit., p. 16.
- (15) CUNHA, Manuela Carneiro da. O africano no Brasil entre a independência e o movimento abolicionista. In: CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO, 3, Recife, 1982. Anais..., op. cit., p. 30.
- (16) CARVALHO, José Murilo de. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos; a República no Brasil. DADOS, Rio de Janeiro, 32 (3) : 265-280, 1989, p. 271.
- (17) SEYFERTH, Giralda. As ciências sociais no Brasil e a questão racial. In: SILVA, Jaime da; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina, orgs., Cativeiro e Liberdade. Rio de Janeiro, UERJ, 1989, p. 13.
- (18) SKIDMORE, Thomas E., op. cit. p. 56; RODRIGUES, José Honório, op. cit. p. 74, esclarece: "Estancara a fonte de entrada de africanos no Brasil e abriram-se as portas para a imigração branca européia. De 1884 a 1940 entraram no Brasil 4.177.286 imigrantes, dominando italianos, portugueses e espanhóis, contrapondo-se aos mais de 3 milhões de negros entrados até 1850. Em face desta desproporção é natural que o censo de 1940 (...) apresente uma proporção de 63,47% de brancos, quando no de 1872 era somente 38,14.

- (19) ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 14-5.

3. NINA RODRIGUES: O PIONEIRO

3.1 - Estudos africanos e afro-brasileiros na virada do século

Passada a Abolição e instaurada a República, surge de modo mais expressivo - em termos jurídicos, políticos e sociais - o problema da integração dos ex-escravos à vida nacional. Poder-se-ia esperar que a primeira Constituição republicana desse conta desse fato. Mas, não. Ele é abordado aí de forma oblíqua. Tal como a questão racial. (1)

No entanto, a afirmação de uma identidade nacional brasileira sempre passou pela questão racial. Podemos dizer que, antes de ser pensada em termos de cultura, a nação foi pensada em termos de raça. É claro que, embora dominante, a noção de raça não excluía a reflexão a respeito da cultura, da economia e da política, mas sempre era o eixo dominante. No dizer de Mariza Corrêa, "talvez justamente por ser dominante...", a noção de raça é "quase sempre implícita...". Segundo a autora, é difícil encontrar uma definição satisfatória do que os autores da época entendiam por raça, "a não ser indiretamente, ou através de suas propostas políticas, indiscutivelmente 'racistas'". (2)

O meio (o clima etc.) é outra noção que, juntamente com a de raça, formava o solo do pensamento brasileiro da virada do século XIX para o XX, período em que se iniciam os

estudos africanos e afro-brasileiros. São essas duas noções que, transformadas em categorias do conhecimento, definiam as vias de interpretação da sociedade brasileira.

Essa reflexão sobre a sociedade brasileira, essa busca de uma identidade nacional, ganha fôlego a partir da segunda metade do século XIX, quando se consolida, através do Império, a unidade política do país. Um exemplo dessa reflexão temos no tratamento do tema "nacional" na literatura de José de Alencar, em O Guarani (1875). O escritor cearense do romantismo procurou "definir uma identidade nacional através da ligação simbólica entre uma jovem loura portuguesa e um chefe indígena acobreado. A união das duas raças num ambiente de exuberância tropical (...) indicava uma primeira tentativa de esboçar o que seriam as bases de uma comunidade nacional com identidade própria."⁽³⁾ O curioso é que o negro, que representava a base da nação, a maioria da população, está completamente ausente nessa construção mítica da identidade. O escravo é substituído pelo "índio guerreiro" Guarani. A estátua de Zumbi dos Palmares teria que esperar por mais de um século.

Esse ideal romanceado representava mais a busca de uma imagem "positiva" do povo brasileiro do que uma demarcação em relação à ex-metrópole portuguesa. Daí o índio forte, bravo, ligado à terra. A escravidão era ignorada. Aliás, no período escravocrata há total silêncio sobre os africanos, suas etnias e suas origens.⁽⁴⁾ É por essa razão que, em 1888, Sílvio Romero bradava;

"É uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos tra

balhos ao estudo das línguas e das religiões africanas. Quando vemos homens, como Bleek, refugiarem-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África somente para estudar uma língua e coligir uns mitos, nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos saldões, nada havemos produzido neste senti-
do! É uma desgraça." (5) Grifos do Autor.)

Esse apelo será respondido por Nina Rodrigues.

3.2 - O que levou Nina Rodrigues aos estudos africanos e afro-brasileiros

Nina Rodrigues (1862-1906), mestiço e médico maranhense formado na Bahia, iniciou seus estudos sobre o negro (africano ou já crioulo) pelo caminho da medicina legal, disciplina que lecionava na Faculdade de Medicina da Bahia.

Seus primeiros estudos, "Antropologia patológica: os mestiços" (1890) e "As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil" (1894), já nos títulos são significativos do enfoque de seus trabalhos e dos propósitos que o moveram, a partir deles, a intervir na realidade nacional.

Na introdução de sua principal obra, Os africanos no Brasil, ele parece surpreso que os seus estudos anteriores estivessem um dia "face a face" com essa esfinge de nosso futuro - o problema 'o negro' no Brasil. (6) Na sua condição de médico, ele adverte para o "perigo", no futuro da sociedade brasileira, da existência, numa população de aparência vigorosa, de "possíveis germes de precoce decadência que

mereciam sabidos e estudados, em busca de reparação e profilaxia" (7) (grifos nossos) deixando transparecer uma vontade de intervir na engenharia social brasileira com preocupações eugênicas, que ele - como o espírito da época - considerava como "transcendente questão de higiene social". (8)

Nina Rodrigues, como homem de seu tempo e de seu espaço, apesar de comungar com fê as idéias européias dominantes nas elites, chega a defrontar a noção corrente entre elas de que não existia no Brasil o problema étnico. Para ele, a abolição havia provocado um clima emocional compensatório do qual derivava a posição falsa de "emprestar ao negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos". E acentua que se conferia ao negro "qualidades, sentimentos, dotes morais ou idéias que ele não tinha, que ele não podia ter". (9) Ele exhibe claramente uma confiança demasiada no evolucionismo europeu. E nem vislumbrou que a sociedade mestiça brasileira poderia escapar desse fatalismo cientificista, como intuíram seus contemporâneos Euclides da Cunha e Sílvio Romero. (10) Talvez por essa razão Guerreiro Ramos o tenha chamado de "beato de ciência importada", dotado de uma "atitude dogmático-dedutiva", para quem a ciência era "uma questão de autoridade. Como um escolástico, não discutia os fatos com fatos, mas com trechos de livros estrangeiros." (11)

Independentemente da avaliação que se possa fazer da obra de Nina Rodrigues no seu tempo, dois fatos permanecem inquestionáveis.

O primeiro diz respeito a seu pioneirismo nos estudos africanos e afro-brasileiros, que são mais de 30 anos de-

pois serão retomados por seus discípulos e outros autores, estes já municiados de outro instrumental teórico. Por isso, Fernando Mourão o chama de "magistral figura", acrescentando que ele "teve o mérito de iniciar entre nós o estudo sistemático sobre o negro brasileiro".⁽¹²⁾

O segundo fato é a preocupação do autor com o futuro da sociedade brasileira a partir da questão racial e a possibilidade que ele se propunha de intervir nesse futuro através de medidas corretivas, que ele chamava de higiene social.

Para aquilatar sua preocupação e a avaliação que fazia de seu trabalho nesse campo, basta lembrar da posição ferrenhamente contrária que ele tomou sobre a hipótese de negros americanos serem enviados ao Brasil como imigrantes. Achava a idéia aberrante e considerava que, "(...) no préstimo de um protesto contra a premeditação desse atentado contra a nossa nacionalidade, encerrariam os presentes estudos a maior recompensa que ao autor fora lícito esperar, quaisquer que pudessem ser os dissabores dele decorrentes".⁽¹³⁾

3.3 - A África e os africanos em Nina Rodrigues

Antes de examinarmos o tipo de enfoque e o elenco de temas que Nina Rodrigues utilizou em seu estudo da África e dos africanos, bem como as fontes e a bibliografia em que ele se nutre, vejamos a razão que o levou a empreender tal tarefa.

Seus estudos são resultado direto da questão racial brasileira - ou, como ele se refere, ao problema "o negro". Uma das medidas preliminares que ele recomenda para defrontar esse problema, e à qual se dedica, é o estudo dos "negros colonizadores",⁽¹⁴⁾ noção que só será retomada por Gilberto Freyre 30 anos depois. Acrescenta que é urgente estudá-los porque "ou esse estudo se faz de pronto, ou a sua possibilidade em breve cessará de todo".⁽¹⁵⁾ Para ele, a Bahia seria o único lugar onde esse estudo poderia ser feito porque, embora já velhos, o número de africanos vivendo nesse estado ainda era significativo. Em 1900, ele publicou em francês o estudo "L'animisme fétichiste des négres de Bahia", que mostra sua experiência em pesquisa com os negros.

Para Nina Rodrigues, é importante a identificação étnica e a origem geográfica, na África, dos africanos e seus descendentes no Brasil. Ele admoesta os historiadores que não o fazem e que englobam todos como sendo "negros da Costa".⁽¹⁶⁾

Contudo, a distinção que Nina Rodrigues faz, no curso de seus estudos e durante as entrevistas que realiza com os africanos em Salvador, quase não ultrapassa o nível de identificação etnolinguística, religiosa, de caracteres físicos gerais e de uma ou outra habilitação para o trabalho. Ele faz inúmeras avaliações subjetivas e generalizadas de temperamentos e personalidades dos negros que são imputadas a todos os membros desta ou daquela etnia.

Vejamos um exemplo. Valendo-se de textos de 1647 de Gaspari Barleii, que deixou um estudo dos africanos intro-

duzidos no Brasil pelos holandeses, Nina Rodrigues reproduz, mais de dois séculos depois, os estereótipos desse autor, que afirma, sobre os negros africanos, serem "os mais trabalhadores de todos eles os naturais de Angola. Os ardrenses, que são muito ignorantes, teimosos e estúpidos, têm horror ao trabalho (...). Os da Nigricia, naturais do Congo, e os sonhenses, são muito aptos para os trabalhos (...)." (17)

Mas nem todas as descrições dos africanos feitas por Nina Rodrigues são tão estereotipadas. As descrições gerais dos reinos de Benin e vizinhos, amparadas em bibliografia específica, são minuciosas e não tão subjetivas. Elas incluem as relações entre reinos do Golfo de Benin e o Brasil, através de missões diplomáticas e comerciais (tráfico de escravos) enviados a nosso país no decorrer do século XVIII. Relata, inclusive, a atuação do brasileiro Fêliz de Souza no reino de Daomé. (18)

No capítulo dedicado aos negros maometanos, a análise de Nina Rodrigues assume um caráter mais histórico e social. Ele critica seus conterrâneos que qualificam as revoltas malês, na Bahia da primeira metade do século XIX, como "manifestações de sentimentos perversos e cruéis dos selvagens de pele negra". (19) Para compreender as verdadeiras causas dessas rebeliões, segundo ele, é necessário olhar para o que se passa na África daquela época, onde se alastra a expansão islâmica dos peules ou fulanis no território que corresponde à Nigéria atual. Essas rebeliões seriam uma repercussão, no Brasil, das transformações políticas operadas pela guerra santa (jihad) dos peules-fulanis nas regiões haussá e ioruba. Ele relaciona com detalhes esses eventos,

como as vindas para o Brasil dos haussás, e, fundamentado em documentos brasileiros, descreve as diversas etapas das chegadas dos iorubas ao Brasil.

Baseado numa bibliografia mais adequada, ⁽²⁰⁾ Nina Rodrigues faz uma descrição muito positiva dos haussás:

"Não eram negros boçais os haussás que o tráfico lançava no Brasil. As nações do Haussá (...) eram florescentes e dos mais adiantados da África Central. A língua haussá, bem estudada por europeus, estendia-se como língua de comércio e das correntes por vastíssima área; (...) havia manuscritos de língua indígena, escritos em caracteres árabes." (21) (Grifos do Autor.)

Essa descrição positiva que ele faz dos haussás, e que se estende freqüentemente a todos os sudaneses, não é contraditória com a postura racista que ele exhibe no início de seu livro, quando expõe os pressupostos do tipo de evolucionismo que adotou. Entre os negros podem existir vários estágios civilizatórios, mas todos inferiores ao dos brancos, como é possível depreender, quando afirma que a "raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização (...), há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo". (22)

Fernando Mourão nos adverte sobre o erro de uma visão da África "dicotomizada entre a contribuição sudanesa e a contribuição banto". (23) Mourão vai mais longe, criticando o tratamento privilegiado que a África sudanesa recebe, em relação à África banto, na bibliografia brasileira sobre o tema. Esse privilégio é devido ao fato de se estabelecer

uma clivagem não adequada na qual o mundo sudanês aparece como possuindo um estado mais diferenciado, um panteão religioso mais complexo e, em suma, como uma cultura mais avançada do que a do mundo banto. Mourão, ao analisar a bibliografia, verificou que os estudos sobre os negros de origem sudanesa englobam praticamente todas as áreas, enquanto os estudos sobre os bantos quase se limitam ao folclore. (24)

A análise do livro Os africanos no Brasil, mesmo breve e limitada, permite-nos chegar a algumas conclusões. A primeira é acerca de seu pioneirismo, podendo Nina Rodrigues ser considerado o fundador dos estudos afro-brasileiros e dos estudos sobre a África. O seu pioneirismo vai a ponto de, 30 anos depois, suas análises e informações servirem como marco de referência para seus discípulos, como foi o caso de Arthur Ramos.

Nina Rodrigues utilizou um método comparativo em que as características culturais dos negros brasileiros eram cotejadas, com maior ou menor acuidade, com os padrões de cultura de suas respectivas terras de origem africanas. Com efeito, ele foi o primeiro a perceber a necessidade de que, para se compreender o negro no Brasil, era necessário estudar o continente africano e tentar aí compreender culturas que no Novo Mundo se apresentavam fragmentadas e com aspectos de sobrevivência. (25)

A contribuição de Nina Rodrigues fica mais evidente quando ele procura identificar, com recursos predominantemente lingüísticos, as origens étnicas e geográficas dos negros, especialmente os velhos africanos que ele entrevista.

Até então, essa identificação não era feita pelos historiadores, incapazes de superar as dificuldades da insuficiência documental sobre as origens étnicas dos negros brasileiros. O mais longe que eles iam era confundir a origem étnico-cultural com os portos africanos de onde os negros eram embarcados para o Brasil.

Sem dúvida, para o êxito do seu método, muito mais que a bibliografia africana de que dispunha, teve maior importância o ato de, pacientemente, Nina Rodrigues recolher junto aos africanos remanescentes em Salvador as suas memórias, numa utilização, também pioneira, da técnica da história oral.

3.4 - Arthur Ramos: a renovação teórica

Tal como Nina Rodrigues, de quem se considerava discípulo, Arthur Ramos (1903-1949) também foi médico-legista, além de ter formação em psiquiatria. Nascido em Alagoas, lecionou, como seu mestre, na Faculdade de Medicina da Bahia, onde realizou suas primeiras pesquisas em psicopatologia, interessando-se cada vez mais pelas questões ligadas à psicologia social e às contribuições do negro ao desenvolvimento da sociedade brasileira. O interesse e o conhecimento dessas questões o levaram a assumir o ensino da antropologia na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, embora não tivesse formação em ciências sociais. Durante as décadas de 1930 e 1940, Arthur Ramos assume um papel destacado nos estudos sobre as civilizações africanas e as religiões negras na

Bahia e no Rio de Janeiro. Uma das principais razões desse destaque é o fato de ele utilizar um novo conceito de cultura em contraposição às teorias de base racial até então dominantes. Aliás, foi primordialmente a mudança de teoria e de métodos que marcou mais profundamente a distinção entre Arthur Ramos e Nina Rodrigues. (26)

Para Roger Bastide, o grande mérito de Arthur Ramos está no "seu anti-racismo, seu antietnocentrismo", e de ter substituído o velho princípio das civilizações superiores ou inferiores pelo da "relatividade das culturas". Segundo Bastide, "ninguém fez mais que ele para dar ao brasileiro de cor o orgulho pelas suas origens étnicas". (27)

A psicologia e a etnologia orientaram os trabalhos de Arthur Ramos. A psicanálise foi utilizada na explicação de sobrevivências africanas (mitos e ritos), em que o encontro dos inconscientes coletivos do branco e do negro são analisados enquanto expressões do sincretismo e da aculturação. Este último conceito é bebido por Arthur em Merville J. Herskovits (1895-1963). (28)

Contando com muito mais recursos bibliográficos do que Nina Rodrigues, provenientes de novas pesquisas realizadas na África, Arthur Ramos pôde dar um passo bem maior no domínio dos dados empíricos sobre o continente. Suas abordagens, embora de predominância cultural (seguem as áreas culturais africanas de Herskovits), abrangem também o político, o social e - com natural relevo frente às necessidades brasileiras - o aspecto religioso, com destaque para a região ioruba e de seus vizinhos.

Como a África e os africanos, em termos de objeto e objetivo de estudos - enfrentar o problema "o negro", portanto, a questão racial brasileira e a identidade nacional -, permaneceram os mesmos tanto em Nina Rodrigues como em Arthur Ramos - embora este último utilizasse um instrumental teórico diferente -, vamos encontrar estrutura e disposição de temas semelhantes nos seus dois livros básicos: Os africanos no Brasil, de Nina Rodrigues, e As culturas negras, de Arthur Ramos.

Apesar da incorporação por Ramos de uma nova bibliografia de autores já então renomados, como Burton e Frobenius, ele ainda se vale de informações antigas de Nina Rodrigues, Manuel Querino e de estudos do século passado, como os de Ellis ou, então, de enciclopedistas. Não é, portanto, de surpreender, do ponto de vista teórico, que encontremos em Arthur Ramos avaliações subjetivas e arcaicas próprias da antropologia física do século passado. Ele caracteriza, por exemplo, os efan como "ferozes e turbulentos" e os jejes como "fétichistas, grosseiros, indolentes (...) lascivos". (29)

No entanto, predominam tanto abordagens quando bibliografias atualizadas. Lembremo-nos de que, enquanto na época de Nina Rodrigues, na virada do século, o campo privilegiado da pesquisa etnográfica era a Oceania, no período posterior à Primeira Grande Guerra é a África que se impõe como o terreno mais útil de pesquisa. (30) É natural que assim tivesse ocorrido, pois o colonialismo inglês tinha necessidade de uma antropologia aplicada que viesse em socorro da utilização da "indirect rule".

Outro aspecto importante da formação teórica de Arthur Ramos é a articulação heerodoxa (pois assim o "pedia" a realidade racial brasileira) que faz entre a escola culturalista norte-americana e a teoria da mentalidade pré-lógica do primitivo, tal como inicialmente concebida por Lévi-Bruhl. Esta última contribuição, que Ramos recebe da escola francesa, ainda o prenderia, segundo Dante Moreira Leite, a uma concepção evolucionista, pois o negro, não sendo mais visto como raça inferior, ainda o é como possuidor de uma cultura atrasada, pois portadora de "sobrevivências" de estágios culturais primitivos. Assim, conclui Moreira Leite, embora Arthur Ramos tenha recusado explicitamente o evolucionismo linear de seu mestre Nina Rodrigues e de outros antecessores, ele "acabou sendo vítima do mesmo esquema de pensamento, ao descrever a cultura brasileira como próxima da cultura primitiva, inferior às culturas civilizadas por resultar do amálgama imperfeito de culturas mais atrasadas". (31) Ou nas palavras do próprio Arthur Ramos:

"Estudando, neste ensaio, as 'representações coletivas' das classes atrasadas da população brasileira, no setor religioso, não endosso absolutamente, como várias vezes tenho repetido, os postulados de inferioridade do negro e da sua incapacidade de civilização. Essas representações coletivas existem em qualquer grupo social atrasado em cultura. É uma consequência do pensamento mágico e pré-lógico, independentes da questão antropológico-racial, pois que podem surgir em outras condições e em qualquer grupo étnico - nas aglomerações atrasadas em cultura, classes pobres das sociedades, crianças, adultos nevrosados, no sonho, na arte, em determinadas condições de regressão psíquica (...) Esses conceitos de 'primitivo', de 'arcaico', são puramente psicológicos e nada têm que ver com a questão da inferioridade racial. Assim, para a obra da educação e da cultura, é preciso conhecer essas modalidades

do pensamento primitivo, para corrigi-lo, elevando-o a etapas mais adiantadas, o que só será conseguido por uma revolução educacional que aja em profundidade, uma revolução 'vertical' e 'intersticial' que desça aos degraus remotos do inconsciente coletivo e solte as amarras pré-lógicas a que se acha acorrentado." (32)

Tentemos agora situar a posição e o papel da obra de Arthur Ramos no interior de um quadro maior em que, permanentemente, o problema racial se encontra imbricado com a questão da identidade nacional em todo o decorrer do processo da formação do pensamento brasileiro, ou, falando mais diretamente, na formulação de um projeto nacional.

A questão da identidade nacional aflorou principalmente em três grandes conjunturas históricas: com a independência, em 1822; com a abolição do regime escravo e o surgimento da República, em 1888-1889; e com a Revolução de 1930. A questão da formação do povo ou da cidadania é obrigatória nesses três momentos. Após o surto indianista nos meados dos oitocentos, como consequência da Independência, temos a política de maior incentivo à imigração européia no pós-Abolição e, finalmente, no âmbito da Revolução de 1930, a reinterpretção da nação.

Paralelamente, e acompanhando as reflexões de Octavio Ianni, a questão racial brasileira vai sendo enquadrada, a partir das décadas de 1920 a 1940, em basicamente quatro interpretações: a tese arianista, a tese da democracia racial, a corrente indigenista, "compreendendo sertanistas, antropólogos e, principalmente, os próprios índios", e a abordagem dessa questão racial no quadro da sociedade de classes. Ainda segundo Ianni, "o que está em causa, fundamental

mente, é a metamorfose da população em povo, entendendo-se a população como uma pluralidade de raças e mesclas, e o povo como uma coletividade de cidadãos". (33)

Recordemos que Os africanos no Brasil, de Nina Rodrigues, escrito na virada do século XIX, só será publicado em 1933. É na década de 30 que o "negro" como tema ganha grande expressão - medida não só pela renovação teórica que o tema recebe de Gilberto Freyre e Arthur Ramos, a par de novas contribuições de pesquisas realizadas na África, como também por uma série de eventos que marcam essa década. Além da publicação de várias obras, organizam-se congressos que inclui já a participação de negros. Gilberto Freyre realiza o I Congresso Afro-Brasileiro em 1934 em Recife e Edison Carneiro o II Congresso em 1937, na Bahia. Esses congressos se constituíram em palcos para a divulgação de trabalhos realizados em vários estados do Brasil. É igualmente importante sublinhar que, nessa mesma época, os negros urbanos, sobretudo de São Paulo, se organizaram através da Frente Negra Brasileira e de uma imprensa própria.

A contribuição de Arthur Ramos, ampliada por Gilberto Freyre, foi transferir o conceito de raça para o de cultura, que permite um maior distanciamento entre o biológico e o cultural e elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. Gilberto Freyre, em Casa grande senzala, dá mais um novo passo: transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo buscada, desenhada. Esse desenho final é proporcionado pelas mudanças operadas à

volta da época da Revolução de 1930 e nela consagradas. Temos outras condições sociais proporcionando nova afirmação nacional através de um Estado (Novo) que procurava orientar essas mudanças. Como aponta Renato Ortiz, o "mito das três raças [fundadoras] torna-se então plausível e pode se atualizar como ritual". (34)

3.4.1 - A África em Arthur Ramos

Delineamos atrás os contornos e as implicações do método comparativo em bases culturalistas e alguns dos instrumentais teóricos que fundamentam o discurso de Arthur Ramos. Para ele, o estudo da África adquire sentido e objetivo diretos quando relacionado com os fragmentos, as sobrevivências e a reconstituição de tipos étnicos e culturais, bem como quando ilumina a compreensão do processo de aculturação que envolve o negro no Brasil. Como resultado da abordagem culturalista, Ramos visualiza no africano a conjugação de povos e culturas por meio do processo histórico.

A aproximação de Ramos à África é feita através de uma macroabordagem em que, baseado em Hartmann e Beniter, ele adota a divisão da África em sete grandes unidades, acoplando dados geolinguísticos e antropológicos: árabo-berberes ou semito-camitas; etíopes ou cuchito-camitas; fulah-sandê; negrilhos ou pigmeus; nigricianos ou negros sudano-guineanos; bantos; hotentotes-bosquímanos. (54)

Todavia, o "approach" mais inovador na época, em termos de macroabordagem da África, é o das áreas cultu-

rais, na qual o alemão Leo Frobenius (1873-1939) foi o pioneiro. Arthur Ramos descreve algumas dessas classificações culturais - ciclos de cultura - e escolhe, para uma análise mais detalhada, a de Herskovits, que distribui as populações do continente africano em nove áreas de cultura e duas subáreas, assim discriminadas: 1) hotentote; 2) bosquímana; 3) área oriental do gado; 3a) subárea ocidental; 4) área do Congo; 4a) subárea da Guiné; 5) ponta oriental; 6) Sudão oriental; 7) Sudão Ocidental; 8) área do deserto; 9) área do Egito. (36)

Arthur Ramos extrai algumas conclusões desse novo tipo de abordagem da África. A primeira delas é que "o Continente africano está longe de apresentar uma unidade racial, como vulgarmente se pensa". Ele diz que não se pode "falar de uma 'raça negra' como grupo homogêneo" e que as "próprias populações bantus se apresentam como o resultado de antigas mestiçagens com raças hamíticas e bosquímana". (37) E assevera que não há, "tão pouco, unidade cultural, no continente africano, o que uma simples visão ao seu quadro lingüístico e antropológico-físico deixa adivinhar", concluindo que "nada de mais falso do que o retrato que a antropologia dos séculos passados nos traçou sobre as populações africanas, como consequência dos preconceitos evolucionistas da cultura". (38)

Arthur Ramos apresenta-nos, assim, uma nova imagem da África que nada mais tem a ver com as idéias de antropofagia e da permissividade da horda primitiva. Ele afirma que a "África é um grande mosaico cultural, onde padrões de cultura, os mais variados e complexos, se misturam em combi-

nações imprevistas", e repudia a velha maneira de historiadores brasileiros só verem "o negro da Costa", a "peça da Guiné", e recomenda que "devemos recompor a personalidade cultural dos representantes de stocks raciais e culturais, vários e complexos". (39)

No entanto, o que é mais renovador na análise de Ramos é ter considerado, tal como Gilberto Freyre, que o africano no Brasil teve amputada sua personalidade através da escravidão, não chegando ao Brasil como um representante da cultura de seu grupo, mas sim como escravo. Por isso, recomenda Ramos, é necessário "identificar, pelo método comparativo, as origens tribais do Negro no Brasil, e assim reconstituir a sua personalidade cultural". (40) Feito isso, há que se examinar o processo de aculturação (também um conceito-chave na escola adotada por Ramos), porque não se pode estudar a mudança cultural do negro brasileiro sem exame das condições, mutiladoras da sua personalidade, do regime de escravidão. (41) Será, portanto, através da aculturação - e da mestiçagem - que o projeto nacional dos anos 30 pensa integrar o negro na sociedade brasileira, de modo a constituir a democracia racial, contando com a doutrina do branqueamento.

Com Arthur Ramos encerramos este capítulo de introdução aos estudos africanos. Nele esses estudos não só se imbricam com os estudos afro-brasileiros, como estão a ele subordinados. Melhor dizendo: o estudo da África, tanto em Nina Rodrigues quanto em seus discípulos, como Arthur Ramos - embora produzidos em épocas diferentes e com recursos teóricos diversos -, obedece ao mesmo objetivo: contribuir para

esclarecer o que o mestre Nina chamava de o problema "o negro" no Brasil.

Após Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Edison Carneiro e outros, além dos congressos afro-brasileiros dos anos 30, os estudos sobre o negro continuaram. A africanologia, sob a luz do movimento modernista de 1922, assumiu os valores culturais vindos da África com traços que marcavam a originalidade da formação social brasileira, mesmo que sob a ótica do folclore, da mitologia ou da psiquiatria, muitas vezes enfatizando o que era diferente e exótico na cultura afro-brasileira.

Depois da Segunda Guerra, a visita de Herskovits à Bahia e a pesquisa sobre as relações raciais no Brasil - sob o financiamento da UNESCO - fazem com que interpretações anteriores sejam contestadas. Herskovits sugere novos campos de análise, como estudos sobre a organização social e sobre a infra-estrutura econômica dos cultos afro-brasileiros.

Segundo Roger Bastide, a Herskovits deve-se o mérito de aplicar o método da antropologia cultural - apoiado na teoria funcionalista - no estudo das sobrevivências africanas na América negra. Movido pelos métodos comparativo e histórico, procurou nas civilizações africanas traços culturais que explicassem aquelas sobrevivências nos negros americanos. Contudo, Bastide afirma que "não constitui uma total rutura com os velhos métodos, vez que as teorias através das quais o pesquisador observa e explora os fatos são sempre sistemas conceituais exógenos (...)", concluindo que "Herskovits arriscou-se a encaixar dados afro-brasileiros num sis

tema internacional de explicação que, como todos os sistemas internacionais, será um dia rejeitado como uma distorção da realidade (...)" (42)

O perigo da teoria de Herskovits fora percebido e expresso em seu debate com o sociólogo negro E. Franklin Frazier, no que tange - após a desestruturação da cultura negra no âmbito da escravidão - ao "drama doloroso da integração racial". (43)

Roger Bastide, integrante da missão francesa que veio colaborar com a instalação de atividades docentes e científicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, empreendeu diversas pesquisas e escritos sobre as religiões afro-brasileiras e as relações raciais. Criticando o método comparativo usado por especialistas em religiões afro-brasileiras, Nina Rodrigues e Arthur Ramos, que limitaram a prática desse método, feita "somente por meio de livros", (44) ressaltava que os fenômenos da aculturação devem ultrapassar uma "Sociologia Colonial" em favor do "estudo das interpenetrações de civilizações", utilizando o método dialético, "respeitando o fenômeno social total", acentuando "o condicionamento social da religião" (45) Dessa forma, as sobrevivências religiosas africanas, ou as religiões afro-brasileiras, são vistas em termos de dualismo de civilizações, constituindo-se em um "sincretismo católico-fetichista".

Acerca de projetos de pesquisa sobre as relações raciais no Brasil financiados pela UNESCO em 1950-1951, Bastide - que com Florestan Fernandes e outros participara de

estudos no estado de São Paulo, onde o sucesso da industrialização expressava os problemas de relações raciais em novos termos -. traça-nos assim os resultados teóricos e metodológicos:

"O grupo norte afetou somente uma revolução parcial; moveu-se da antropologia cultural para a antropologia social, mas permaneceu, mesmo quando lidou com história, dentro da esfera de uma antropologia tipo anglo-saxônica, na qual o sincrônico superava o diacrônico. O grupo sul, por outro lado, começou uma revolução total: a transição de antropologia para sociologia como a única disciplina capaz de elucidar em profundidade os dados afro-brasileiros. Este tipo particular de sociologia estava imbuído de história, coligida não com os velhos métodos de análise factual mas com um novo método inspirado pelo marxismo - o dialético. É por isso que, no norte (...) o interesse diminui e a pesquisa parou, enquanto no sul uma nova escola apareceu, contestada mas mesmo assim com sucesso, que chamarei a Escola de São Paulo, com Flores Tam Fernandes, Henrique Cardoso e Octavio Ianni." (46)

Os resultados ou contribuições das pesquisas financiadas pela UNESCO - entre os quais se incluíam um congresso de estudos afro-brasileiros por negros no Rio, em 1950 - se refletiram sobre os intelectuais negros, reforçando suas perspectivas críticas dos problemas raciais, sendo que "agora a inspiração socialista humanista prevalecia sobre a velha inspiração racista e era de natureza predominantemente política". (47)

Outras conclusões a que Bastide chega é que interpretar a situação racial brasileira à luz da situação racial norte-americana, como fizera Pierson, obscurecia a questão e que a constatação de preconceitos raciais fez com que o grupo do sul criticasse o estereótipo da democracia racial,

ideologias de branqueamento da população e mesmo o "luso-tropicalismo".

Em síntese, segundo Thales de Azevedo, desde que Donald Pierson realizou pesquisas na Bahia (1938) - de que resultou o livro Branços e pretos na Bahia -, tendo sido "a primeira vez em que se abordou sociologicamente o problema das relações raciais", que o próprio Pierson, mais Herskovits e Frazier "abriram um debate que até hoje não se fechou. É o debate sobre o que é propriamente africano e o que é derivado de escravatura, da aculturação dos africanos e de sua assimilação pela sociedade ocidental dominante no Brasil. Este problema continua na mente dos pesquisadores de hoje." (48)

NOTAS DO CAPÍTULO 3. NINA RODRIGUES: O PIONEIRO

- (1) MITCHELL, Michael. Raça, Legitimidade e o Estado no Brasil. Afrodíãpora, Rio de Janeiro, 3(5):90-108, 1985, p. 91.
- (2) CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade; a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. São Paulo, USP, 1982, p. 35 (Tese de Doutorado).
- (3) CARVALHO, José Murilo de, op. cit., p. 270.
- (4) ORTIZ, Renato, op. cit., p. 19.
- (5) Apud, RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil, op. cit., p. XV.
- (6) RODRIGUES, Nina, op. cit., p. 1.
- (7) Idem, ib., p. 1.
- (8) Idem, ib., p. 1.
- (9) Idem, ib., p. 3.
- (10) O fatalismo de Nina Rodrigues leva-o a afirmações como as seguintes: "A raça negra no Brasil, (...), há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (...)".

"(...) consideremos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em

todo caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo". RODRIGUES, Nina, op. cit., p. 7.

- (11) RAMOS, Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro, ANDES, 1957, p. 142.
- (12) MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. "Reprisé" da África no Brasil. África, São Paulo, 1(1):3-12, 1978, p. 4.
- (13) RODRIGUES, Nina, op. cit., p. 9.
- (14) Idem, ib., p. 10.
- (15) Idem, ib., p. 17.
- (16) Idem, ib., p. 16.
- (17) Apud, Idem, ib., p. 36.
- (18) Idem, ib., pp. 36-7.
- (19) Idem, ib., p. 38.
- (20) Entre ela um autor como Reclus, recentemente publicado sob a forma de uma coletânea; ANDRADE, Manuel Correia de, org., Élisée Reclus. São Paulo, Ática, 1985.
- (21) RODRIGUES, Nina, op. cit., p. 40.
- (22) Idem, ib., p. 7.
- (23) MOURÃO, Fernando A. A., op. cit., p. 7.
- (24) _____. La contribution de l'Afrique bantoue à la formation de la société brésilienne: une tentative de

- redefinition methodologique. África, São Paulo, (3) : 2 - 17, 1980, passim.
- (25) RAMOS, Arthur. As culturas negras. Rio de Janeiro, Casa dos Estudantes do Brasil, 1972, pp. 40-1.
- (26) Para Guerreiro Ramos, Arthur Ramos teria cometido em todas as suas obras os pecados do ecletismo, da falta de unidade teórica e da adoção do suspeitíssimo conceito de aculturação. Op. cit., pp, 145-6.
- (27) BASTIDE, Roger. As regiliões africanas no Brasil; contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo, Pioneira, EDUSP, 1971. v. 1, p. 35.
- (28) Herskovits foi o primeiro africanista norteamericano de relevo. Fez pesquisas de campo no Daomé (atual Benin), e estabeleceu uma classificação das áreas culturais da África. Sua principal contribuição teórica foi o conceito de aculturação, aplicado às transformações culturais (e problemas anexos) dos negros da América. Ver BERNARDI, Bernardo. Introdução aos estudos etno-antropológicos. Lisboa, Edições 70, 1982, p. 191.
- (29) RAMOS, Arthur, op. cit., p. 110.
- (30) BERNARDI, Bernardo, op. cit., p. 204.
- (31) LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro; história de uma ideologia. 4 ed. São Paulo, Pioneira, 1983, p. 266.

- (32) RAMOS, Arthur. O negro brasileiro; ethnographia religiosa e psychanalyse. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934, p. 23.
- (33) IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. 3 ed., São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 347-8.
- (34) ORTIZ, Renato, op. cit., p. 41.
- (35) RAMOS, Arthur, op. cit., p. 24.
- (36) Idem, ib., p. 31.
- (37) Idem, ib., p. 27.
- (38) Idem, ib., p. 27.
- (39) Idem, ib., p. 34.
- (40) Idem, ib., p. 50.
- (41) Idem, ib., p. 35.
- (42) BASTIDE, Roger. O estado atual da pesquisa afro-americana na América Latina. Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, Salvador, 1 (2) : 3-19, 1975, p. 6.
- (43) _____. As Américas Negras; as civilizações africanas no Novo Mundo. São Paulo, DIFEL, 1974, p. 7.
- (44) _____. O estado atual..., op. cit., p. 8.
- (45) _____. As Religiões Africanas no Brasil, op. cit., p. 29.
- (46) _____. O estado atual..., op. cit., pp. 6-7.

- (47) Idem, *ib.*, p. 7.
- (48) AZEVEDO, Thales de. Estudos afro-negros no Brasil. In:
Congresso Afro-Brasileiro, 3, Recife, 1982. Anais...,
op. cit., p. 46.

4. OS ESTUDOS AFRICANOS E A ÁFRICA EMERGENTE

No capítulo anterior, verificamos que os estudos africanos e os estudos afro-brasileiros nasceram com Nina Rodrigues. Verificamos, igualmente, que a África era estudada em função do que ele chamava de "o problema 'o negro'" e com o objetivo não propriamente de estudar o continente africano, mas colher elementos que pudessem iluminar a compreensão da questão racial brasileira, esta, sim, um elemento-chave na formação de um pensamento social brasileiro e na procura de uma identidade nacional.

As teorias e os processos utilizados na abordagem da África mudaram a partir dos anos de 1930. Arthur Ramos e Gilberto Freyre se destacaram entre os demais na utilização do método culturalista da antropologia. Mas, malgrado a mudança de abordagem - fundamental para uma melhor compreensão de nossa sociedade e da contribuição africana -, os estudos africanos não adquiriram autonomia própria, pois continuaram sendo produzidos tendo como objetivo o negro brasileiro, sua influência e o seu processo de aculturação na sociedade.

É compreensível, mesmo na década de 1930, essa subordinação dos estudos africanos aos estudos afro-brasileiros. O que estava em jogo era um novo modo de se encarar a questão racial e a identidade nacional brasileiras, e não a importância em si mesma da África colonizada pela Europa, e praticamente sem manter relações com o Brasil, a não ser

através de suas metrópoles européias.

Aliás, havia passado já o tempo das relações diretas com a África, que se estenderam até mesmo após a extinção do tráfico. Se este texto não tivesse seu objetivo demarcado, seria o caso de, ainda que brevemente, referir as relações com Angola, que tantos consideraram ter sido, durante mais de dois séculos, mais colônia brasileira do que propriamente portuguesa. Ou ao comércio pós-tráfico entre Bahia e Lagos ou entre Rio de Janeiro e Luanda como outro aspecto dessas relações, de que a obra clássica de José Honório Rodrigues, Brasil e África: outro horizonte, dá grande conta. Teríamos também que assinalar, como parte fundamental dessas relações passadas entre Brasil e África, a saga dos ex-escravos que retornaram aos países costeiros do Golfo da Guiné - Togo, Nigéria, Gana, Daomé. A influência que esses "retornados" tiveram no outro lado do Atlântico, onde teimosamente mantiveram uma identidade afro-brasileira, perdurou mesmo depois que sua influência política, econômica e técnica esmaeceu com a colonização européia dessa costa africana. Sobre eles há obras definitivas, como a de Pierre Verner, Fluxo e refluxo, a que seguiu mais recentemente o livro Negros, estrangeiros, de Manuela Carneiro da Cunha, e os belíssimos ensaios do embaixador e africanista Alberto da Costa e Silva, em O vício da África e outros vícios. O tema mereceu destaque na História Geral da África, editada pela UNESCO, onde, no capítulo 29, intitulado "A África e o Novo Mundo", os afro-brasileiros são estudados por Fernando A. A. Mourão e R. D. Ralston. Anteriormente, o tema havia sido abordado numa tese de doutoramento do afro-norte-americano

Michael Turner, assim como no livro de Antônio Olinto Brasileiros na África, parte do qual é dedicado aos fenômenos políticos da África recém-independente. (1)

4.1 - O luso-tropicalismo e o colonialismo português

O primeiro autor brasileiro a deslocar-se à África e a intentar uma análise sobre países africanos, ainda sob o domínio colonial, foi Gilberto Freyre. A convite do Ministério do Ultramar de Portugal, Freyre realizou, de agosto de 1951 a fevereiro de 1952, uma viagem por Portugal, Goa e as cinco "províncias ultramarinas" africanas -- Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, pela ordem do roteiro da viagem - de que resultou dois livros: Aventura e rotina e Um brasileiro em terras portuguesas. (2)

O primeiro é um detalhado diário de viagem onde estão contidas as anotações mais específicas dos lugares que visitou. O segundo traz uma análise do "mundo que o português criou", através da aplicação da teoria do luso-tropicalismo do próprio autor, e discursos proferidos durante a viagem por Gilberto Freyre e pelas autoridades portuguesas que o homenagearam.

Esses livros são muito pouco conhecidos no Brasil e quase não mereceram citação dos autores que se debruçaram, mesmo recentemente, sobre a obra de Freyre, talvez por serem considerados obras menores. Apesar disso, constituem, no conjunto de suas quase mil páginas, o primeiro estudo sobre

a África moderna feita por um brasileiro.

Neles, ao mesmo tempo, o luso-tropicalismo é aplicado ao particular das colônias portuguesas e ao contexto do início dos anos 50, tendo se constituído num instrumento de propaganda extremamente eficaz nas mãos do colonialismo português, em especial através de seus representantes na ONU, após o início das guerras de independência das colônias portuguesas na África, em 1961. Angola, por exemplo, é apresentada como um "futuro Brasil", desde que fosse dado tempo ao colonialismo português para realizar essa transformação. O modo de realizá-la estaria na capacidade portuguesa de atuar nos trópicos, de dissolver as tensões raciais pela miscigenação biológica e cultural.

Talvez não por acaso, a viagem de Freyre ao Ultramar português se inicia no ano em que começa o litígio entre a União Indiana e Portugal relacionado à colônia portuguesa de Goa, sobre a qual a União Indiana reivindicava o direito de soberania. Em 1954, os pequenos enclaves de Dadrã e Nagar-Aveli, agregados a Goa, são ocupados por satyagrahis (invasores pacíficos) indianos, iniciando um longo processo litigioso que é levado ao Tribunal de Haia.⁽³⁾ Ao mesmo tempo, Portugal preparava-se para ingressar na Organização das Nações Unidas e, para não ter que prestar contas do tipo de desenvolvimento levado a cabo em suas colônias, procura consolidá-las com a denominação de "províncias ultramarinas".

O ânimo que levou Freyre a aceitar a empreitada da viagem pode ser observado nesta passagem:

"A mim basta o fato de ser um governo hon-

rado, intransigentemente honesto, como é para eu aceitar dele uma homenagem que é antes nacional que oficial."(4)

Freyre previu as conseqüências de sua viagem e dos livros que dela resultaram:

"Fizeram-me sentir que viajando como escritor, como brasileiro pelas terras distantes que formam o Ultramar Português, eu fora o primeiro a aproximar pela presença e não apenas pelo espírito, há anos vóltado para a maior união do Brasil com Portugal, as duas grandes culturas lusíadas, numa viagem que de simples observação passou a adquirir significado quase político".(5)
(Grifos nossos.)

Mais do que o caráter da viagem, o que provocou críticas dos autores africanos foi o caráter extremamente superficial e equivocado das análises do autor, sobretudo quando feitas em cima de realidades que mais poderíamos esperar se aproximassem do ideal luso-tropical de Freyre, como é o caso da sociedade cabo-verdiana.

O que se poderia supor de tais trabalhos é que consagrassem, afinal, a autonomia entre nós dos estudos africanos em relação aos afro-brasileiros. O africano, finalmente, seria o objeto e o objetivo desses trabalhos. Mas não é isso o que ocorre nesses livros de Gilberto Freyre. Eles têm um outro herói: o colonizador português visto através das lentes cromáticas do luso-tropicalismo. Neles, o africano é um coadjuvante, quase um figurante chamado à cena para comprovar a ação do herói no palco do "complexo luso-tropical".

Para Freyre, sua viagem pelas cinco colônias portuguesas da África apenas confirmava a intuição que tivera: a

a de que existia no mundo um complexo social, ecológico e de cultura que podia ser caracterizado como luso-tropical. Já um pouco antes, no texto, o autor revelava que durante essa viagem sentiu "confirmar-se uma realidade" por ele "há anos adivinhada ou pressentida através de algum estudo e de alguma meditação". (6)

Procuremos, então, definir melhor o que Freyre entende por uma luso-tropiologia ou, por outras palavras, por essa "obra de amorosa assimilação do exótico que nenhum outro europeu realizou até hoje, igual ou sequer semelhante, nos trópicos". (7)

Primeiro, identifiquemos uma característica do português que para ele é explicativa dessa grande capacidade que seria a "plasticidade" para viver e permanecer nos trópicos. É que ao português, "à sua qualidade de europeu, juntou-se de início a sua condição de povo arabizado, israelitizado, orientalizado, predispondo-o à aventura do amor sob o signo da chamada 'Vênus fosca' (8) ou da 'moura encantada' (9)". O português seria possuidor de uma dualidade étnica e de cultura proveniente de sua formação e que isso o faria confraternizar-se com os povos orientais, africanos e americanos, que foram se sujeitando a seu domínio.

Temendo que os novos tempos de rejeições de impérios produzissem, por reação, recaídas arianizantes, Freyre conclamava os portugueses a que antes se entregassem "com uma audácia cada dia maior à aventura de se desenvolverem em povos de cor, para neles e em gentes mestiças, e não apenas em brancas, sobreviverem os melhores valores portugueses e cristãos de cultura num mundo porventura mais livre de pre-

conceitos de raça, de casta e de classes que o atual". (10)

O mecanismo de transmissão desses "valores portugueses e cristãos" parece assentar no fator biológico: "seu corpo de macho vigoroso multiplicou-se em corpos pardos, roxos, amarelos, morenos, no Oriente, nas Áfricas, na América; e a esses corpos comunicou sua qualidade de portugueses ou transmitiu sua alma de cristão (...) fundou, como se fosse novo Adão, um novo paraíso e fez sair, de ventres de novas Evas, toda uma raça vigorosa de homens morenos, meio portugueses no corpo e meio cristãos na alma (...)". (11)

Mas, afinal, qual a matriz teórica em que se move o pensamento de Gilberto Freyre?

Freyre (1900-1987), nascido em Pernambuco, de família tradicional, fez seus estudos superiores nos Estados Unidos, primeiro, na Universidade de Baylor, e depois, a pós-graduação, na Universidade de Colúmbia, onde foi discípulo de Franz Boas, grande teórico da escola antropológica culturalista. No entanto, como assinala Carlos Hasenbalg, Freyre assimilou imperfeitamente o conceito de cultura de Boas. (12) Sobre esse conceito diríamos, de forma sucinta, que as diferenças entre grupos raciais devem ser explicadas pelo ambiente social e não por características inatas das raças (que não existiriam). Assim, uma mesma raça poderia apresentar culturas diferentes. Portanto, a manter-se fiel a Boas, Freyre não poderia falar, em termos rigorosos, em características psicológicas nem de uma raça nem de um povo. A teoria de Boas não se compadece com a possibilidade de uma descrição global, a-histórica, da "mentalidade de um povo" ou do que seria denominado de caráter nacional. (13)

Em Freyre, no entanto, prevalece a idéia de que há certas características que seriam preservadas e transmitidas independentemente do processo histórico a que esse grupo social, ou mesmo um povo, tivesse sido submetido. Assim, o povo português seria o resultado de várias heranças culturais que, somadas, se transmitiriam ao longo dos séculos, para além de fatores históricos e culturais intervenientes durante esse longo período, e produziriam uma personalidade permanente, diferente da de outros povos.

Segundo o sociólogo de Apipucos (bairro de Recife em que residia e que tornou famoso), o português possuiria uma predisposição como que biológica e psíquica para a vida nos trópicos. Nessa caracterização determinística que ele faz do português, há praticamente uma fusão dos conceitos de etnia, cultura e nação (para não falar na raça lusitana), que constituem o esquema interpretativo básico do "mundo que o português criou". (14)

Há uma observação de Carlos Guilherme Mota sobre Casa grande e senzala que se aplica claramente às duas obras de Freyre sobre o império colonial português. Segundo Mota, no discurso do sociólogo pernambucano, são eliminadas as contradições reais do processo histórico-social, as classes e os estamentos em seus dinamismos específicos e seus conflitos e desajustamentos no sistema social global". (15)

Vários autores africanos se debruçaram sobre a obra de Gilberto Freyre, especialmente sobre esses dois livros escritos no momento em que Portugal começava a se deparar com a crítica anticolonialista na ONU, em 1951.

Mario Pinto de Andrade, escritor (e dirigente político) angolano, depois de afirmar que "nenhuma nação colonial fomentou na África uma prática de assimilação cultural mas uma sobreposição de valores" (grifos do autor), avalia o luso-tropicalismo:

"Entenderia a expressão luso-tropical como um movimento de integração de valores tropicais na cultura lusitana ou de circulação de produtos em áreas de influência portuguesa; nunca como uma harmonização de valores europeus (lusos) com os africanos ou orientais (...)" (grifo do autor).

Mais adiante, Andrade aponta realidades conflitantes com a ideologia do luso-tropicalismo, como a alta taxa de analfabetismo nas colônias portuguesas e o percentual mínimo de "assimilados" - isto é, indígenas a quem a atuação luso-tropical transformava em cidadãos portugueses de segunda classe -, e, o que é mais curioso, desvela a realidade minquante da mestiçagem de Angola, a tão decantada marca do luso-tropicalismo, ao afirmar que ela, "mesmo no plano fisiológico das aventuras de sexo, parece-me tão contrariada, tão fora de uso, só Deus sabe por que razões". (16)

Amilcar Cabral, líder nacionalista da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, também faz referência ao luso-tropicalismo:

"Criou-se um mito com todas as suas peças. E como a todos os mitos, sobretudo quando eles dizem respeito à dominação e exploração dos povos, não lhe faltou o 'homem de ciência', no caso um sociólogo renomado, para dar-lhe uma base teórica: o luso-tropicalismo. Gilberto Freyre confundindo, talvez involuntariamente, realidades (ou necessidades) biológicas e realidades sócio-econômicas (históricas), fez de todos nós, povos das províncias-colônias portuguesas, os Bem-aventurados habitantes do paraíso luso-tropical." (17)

Contrastando com a realidade apontada por esses dois autores "luso-africanos", Freyre afirmava que a marca das terras descobertas e colonizadas por Portugal é que elas não teriam sido "terras violadas ou conquistadas à força bruta, mas docemente assimiladas". (18)

4.2 - Cabo-Verde: a visão antiluso-tropicalista de Gilberto Freyre

Dada a importância que, inquestionavelmente, Gilberto Freyre tem para os estudos afro-brasileiros e, mais ainda, para a mudança de rota do pensamento social brasileiro na década de 1940, ele merece também ter melhor conhecida a sua contribuição para os estudos africanos no Brasil.

Os dois livros de Freyre sobre os quais temos trabalhado nesta pesquisa constituem a mais longa análise feita por um brasileiro acerca da então chamada África portuguesa. Eles são o resultado da aplicação, em terras africanas, do luso-tropicalismo. Ao contrário do emprego dessa teoria no Brasil, que possui bastante bibliografia crítica, a análise do luso-tropicalismo aplicado às colônias africanas de Portugal praticamente não merece referência na bibliografia sobre a obra de Gilberto Freyre.

Assim, vamos prosseguir um pouco mais nesses estudos de Freyre. Adotando um novo método, procuraremos não mais focar os princípios gerais freyrianos sobre "o mundo que o português criou" mas tão-somente dirigir nossa atenção para a análise concreta do emprego do luso-tropicalismo numa

parcela do complexo luso-tropical: o arquipélago de Cabo Verde. Veremos como Freyre, nos 15 dias que dedicou a visitar essas ilhas, observou a realidade cabo-verdiana através de sua teoria e colocaremos a dialogar com ele, com as análises que produziu, alguns autores cabo-verdianos e portugueses, bem como nossa própria experiência pessoal.

A escolha de Cabo Verde é proposital. O país constitui o que mais de perto se poderia chamar de uma criação luso-tropical dentro da concepção freyriana. Em defesa dessa escolha, apelamos para dois autores que, de certa forma, são discípulos do mestre Freyre.

O primeiro é Manuel Ferreira, escritor de nascimento português mas de longa vivência cabo-verdiana. No seu livro A aventura crioula, ele nos fala de Cabo Verde como sendo "a mais antiga colônia do mundo (...), o primeiro caldeirão de ensaio de miscigenação euro-africana (...), o mais extraordinário caso aculturativo nos trópicos, mesmo considerado o fenômeno brasileiro, tido vulgarmente como padrão não só nos sistemas de interpenetração de culturas mas também na convivência racial". (19) E esclarece:

"Que o facto se explique pela inexistência de monocultura em Cabo Verde; pela pequenez do meio onde parece não ter sido possível a formação da casa-grande afastada da senzala; pela necessidade de uma defesa comum frente aos assaltos constantes dos navios piratas; pelo reduzido número de mulheres brancas; menor resistência das culturas negras; por serem terras desligadas do continente africano; ou ainda por outras razões não averiguadas, não vem ao caso agora, e nem está nos nossos propósitos nem na nossa competência." (20)

O antropólogo português Jorge Dias nos esclarece

ainda um pouco mais sobre esse arquipélago de dez ilhas, independente desde 1975, com o nome de República de Cabo Verde, tendo como capital a cidade de Praia, na ilha de Santiago, a maior do país. Afirma ele:

"As ilhas de Cabo Verde parece nunca terem sido habitadas antes de nossa ocupação (...). Depois de termos tentado o cultivo da cana-de-açúcar no Algarve e nos campos de Coimbra, começamos a cultivá-la com êxito, primeiro na Madeira, depois em Cabo Verde e, finalmente, em grande escala, no Nordeste brasileiro. Essa agricultura exigia mão-de-obra abundante, que a reduzida população do País estava longe de poder satisfazer. Por isso, os trabalhadores livres de origem européia e os escravos trazidos das costas da Guiné enfrentavam problemas idênticos. Ambos tinham deixado o seu ambiente social e cultural e eram obrigados a adaptar-se a novas formas de vida e de cultivo." (27)

A cultura do açúcar desapareceu. O milho, o grão de maior uso na alimentação local, é na maior parte importado e as secas crônicas se tornaram uma marca amarga da terra. Cabo Verde é um país de emigrantes: mais de 600 mil para uma população local de pouco mais de 300 mil habitantes. As divisas enviadas por esses emigrantes são parte fundamental das receitas do Estado. Para o nosso estudo de caso, convém mencionar en passant que os cabo-verdianos, além da língua portuguesa, falam o creole, ou crioulo, língua nacional cabo-verdiana, e que a população, na esmagadora maioria de formação católica, com cerca de 50% de analfabetos, é constituída de "62,5% de mestiços; 34% de negros e 3,5% de brancos". (22)

Vejam agora como Freyre encara alguns aspectos da vida deste país. Ao primeiro olhar, ele comparou Cabo Verde a "uma espécie de Ceará desgarrado no meio do Atlânti-

co";⁽²³⁾ sobre a composição étnica da população, escreveu:

"Procuro notar nos meninos de escola e de liceu o que o seu aspecto pessoal parece exprimir da estética da miscigenação nesta ilha [São Vicente]: uma ilha em que o europeu puro está hoje em tal minoria que é como se fosse um intruso. Um sobejo ou uma sobra de europeu. É pena que economicamente seja quase impossível avivar a presença européia nesta população." (24)

Freyre explica, logo em seguida, que esse desejo de uma maior presença européia seria para dar "um novo ânimo - de origem antes cultural do que étnica - no sentido de maior atividade criadora de valores predominantemente europeus". (25) A herança africana, segundo Freyre, "faz de muito cabo-verdiano mestiço um envergonhado" de sua origem e, "dada a incarcerização cultural [grifo nosso] a que chegou, (...) o remédio" estaria num "revigoramento de influência européia tal, em sua população, que animasse, nas gerações mais novas, atitudes ainda mais européias (...) principalmente com relação a atividades econômicas". (26)

Não habituados à ideologia do branqueamento, os intelectuais cabo-verdianos reagiram. O mais famoso entre eles, Baltasar Lopes, reitor do Liceu de São Vicente, desabafou: "Para quê não falar claro? O Messias desiluiu-nos." (27) Manuel Ferreira, por sua vez, é mais explícito e argumenta que "Cabo Verde não é um povo tão incarcereístico como parece ao sociólogo brasileiro". Segundo ele, na "rotina insular há muita riqueza humana e social, congênita, adquirida ao longo de séculos, na amálgama de duas culturas, diferenciando-se, a pouco e pouco, de uma e de outra, embora com traços acentuados de África e um inesgotável subs

trato europeu." (28) E dá duas razões para os erros de Freyre. Em primeiro lugar, o sociólogo pernambucano teria se fixado na aparência das coisas, não lhe sendo possível apreender o essencial de uma "questão que se insere nos múltiplos e complexos domínios das ciências humanas". Em segundo lugar, porque "Gilberto Freyre, dada a natureza do seu trabalho, por inteiro de impressões", não convence: "quando pretende fundamentar os seus juízos, porque eles se chocam com o nosso conhecimento experiencial" (29) (grifo nosso).

Ao sabor dessas "impressões", Gilberto Freyre se pronunciou também sobre um dos pilares da plurissecular expressão nacional cabo-verdiana da seguinte forma:

"Do mesmo modo que me repugna o dialeto cabo-verdiano, agrada-me ouvir a gente cabo-verdiana falar o português à sua maneira, que é a maneira tropical, brasileira, não sei se diga sempre 'com açúcar'." (30)

Poucas páginas além, Freyre volta ao tema de sua repugnância, ao associar o que considera a instabilidade cultural do cabo-verdiano a dois fatores básicos: do "uso generalizado, pelos ilhéus, de um dialeto; e (...) à ausência, entre esses mesmos ilhéus, de artes populares em que se exprimisse uma saudável interpenetração das culturas que neles se cruzam, sem se terem harmonizado, até hoje (...)" (31)

Afirmações de impressionismo tão desatento não poderiam ficar sem resposta. Baltasar Lopes reage à atitude a-científica de Freyre e afirma que "nem interessa tão-pouco a repugnância que Gilberto Freyre (e não só ele) sentiu pelo crioulo". Afinal, "ninguém é obrigado a gostar de seja o que for". Antes, acentua que o crioulo é "uma linguagem que

de há séculos vem servindo diuturnamente ao comércio social de toda uma população, que acompanha o homem ilhéu desde o berço até à tumba e se tem mostrado sempre activa (...)"⁽³²⁾

Não é porque praticamente todos os cabo-verdianos se expressam na língua portuguesa - na escola, como nas atividades administrativas - e mesmo na consagrada literatura do arquipélago - que se deve tentar diminuir a importância do crioulo. A língua de Cabo Verde - que se estendeu em uma de suas variantes por toda a Guiné-Bissau, sobretudo durante a luta de libertação - é falada por toda a população do arquipélago. No tempo colonial até os portugueses o falavam ou, pelo menos, o entendiam. E na enorme diáspora cabo-verdiana espalhada pelo mundo, com numerosas comunidades nos Estados Unidos, Senegal, Portugal e Holanda, o crioulo é passado de pai para filho.

Originário do português arcaico, do tempo da ocupação das ilhas, como não muitos aportes de línguas africanas, embora, por vezes, esteja fonologicamente perto delas, o crioulo de Cabo Verde está mais próximo, gramaticalmente, do português do que os crioulos de São Tomé ou o falado na Guiné-Bissau.⁽³³⁾ Na forma como ele se realiza em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, Antônio Houaiss considera o crioulo uma outra língua.⁽³⁴⁾ E, como principal elemento aglutinador da cabo-verdianidade, é o "produto de uma terceira cultura [entre a lusitana e a africana] - a cabo-verdiana, que Gilberto Freyre contesta".⁽³⁵⁾ Para Eugênio Tavares, "constitui a documentação de uma das transformações felizes da língua portuguesa entre os povos coloniais".⁽³⁶⁾

Quanto à falta, alegada por Gilberto Freyre, da existência de artes populares, citamos, só de passagem, o que Manuel Ferreira respondeu a propósito disso. Ele lembrou os famosos panos de Cabo Verde, que, séculos atrás, o rei de Portugal proibiu que fossem vendidos. Na época eles chegaram a fazer as vezes de moeda.

"Todos têm defendido a gênese crioula da morna. Tanto quanto sabemos, apenas Gilberto Freyre põe em questão a filiação da morna, convencido da sua origem antilhana. É um equívoco. A palavra morna é que parece derivar do francês antilhano mornes."

Em termos de cabo-verdianidade, poderíamos dizer que, se o crioulo é a sua expressão linguística, a morna seria a sua mais alta expressão musical da sensibilidade, cheia de morabeza e crecheu, isto é, de amorosidade. Embora tenha grande influência da música européia, mais pela síncope que pela tonalidade,⁽³⁷⁾ é uma criação estritamente cabo-verdiana.

Aqui finalizamos o trecho da pesquisa dedicado às observações que Gilberto Freyre fez de Cabo Verde e as respostas dadas pelos autores da terra. A idéia que fica desse confronto é a de que Gilberto Freyre perdeu uma bela ocasião de diálogo com alguns intelectuais cabo-verdianos. Um dos quais, por exemplo, Baltasar Lopes, ele conhecera anteriormente.

Os autores que utilizamos neste debate se mostraram mais "luso-tropicalistas" do que Freyre. Este, demasiado ocupado com conversas oficiais e banquetes de homenagens perdeu a oportunidade de aplicar sua teoria luso-tropicalis-

ta a uma terra e a uma gente que pareciam se ajustar como uma luva a esse tipo de leitura.

Se coubesse a nós tal tarefa, o caminho não seria o do luso-tropicalismo, embora este pareça identificar peculiaridades desse "mundo que o português criou." Teríamos que analisar razões históricas, demográficas, econômicas e sociais, dentro de cada época, para nos debruçarmos sobre as sociedades crioulas, melhor dizendo, as "ilhas crioulas", que não são somente Cabo Verde e São Tomé, mas também para o caso angolano, Luanda, Benguela e Lobito. Essas ilhas de culturas crioulas tiveram talvez o seu auge entre a segunda metade do século XIX e os anos de 1940. A figura de Norton de Matos com sua atuação "portugalizante" e o surto do café nos anos 40, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, começaram a mudar a face dessas sociedades crioulas, as quais Gilberto Freyre poderia chamar de luso-tropicais.

Aqui não é o momento dessa análise, encontrada em Fernando Mourão, no primeiro capítulo de seu livro A sociedade angolana através da Literatura,⁽³⁸⁾ onde faz a mais lúcida e sucinta introdução ao tema, capaz de incitar novos pesquisadores a continuá-la.

4.3 - José Honório Rodrigues: uma visão nova da África

Se na obra que Gilberto Freyre dedicou ao império colonial português o africano não é o objeto privilegiado de estudo, mas sim o "português" e seu processo "sui generis"

de colonização, no livro de José Honório Rodrigues Brasil e África - outro horizonte⁽³⁹⁾ o enfoque é totalmente diferente, com concepções claramente anticolonialistas, e o objeto são as relações do Brasil com a África durante cerca de quatro séculos.

Segundo José Honório Rodrigues, o "Brasil desde seu nascimento até poucos anos depois da abolição do tráfico escravo teve mais íntimas relações com a África, ou melhor ainda, com certas partes da África", de tal modo "que a África portuguesa, já limitada nas suas fronteiras, era uma dependência administrativa do Brasil". Geográfica, étnica e culturalmente, essas relações duraram "quase quatro séculos e se romperam, desde 1850, quando a imagem da África só sobreviveu nos centros de cultura afro-brasileira, espalhados pelo território nacional".⁽⁴⁰⁾

Contudo, Rodrigues retoma o estudo dessas relações no capítulo que ele chama de "Relações Modernas 1800-1960", ocupando-se predominantemente com os conflitos e negociações do Brasil com a Inglaterra envolvendo a questão do tráfico. No final desse capítulo, ele inicia um estudo sobre a questão da concorrência africana aos produtos brasileiros, como o café e o cacau, iniciada por volta de 1929-1930.⁽⁴¹⁾

Ao tratar da política brasileiro-africana, Rodrigues analisa o declínio do colonialismo na África, bem como as questões atinentes às ligações dos novos Estados africanos com o Mercado Comum Europeu e as consequências advindas desse fato para o Brasil. A posição de Rodrigues é a de que o Brasil, visando incrementar as "relações econômicas com a África, para encontrar os instrumentos de cooperação interna

cional, especialmente em questões de subdesenvolvimento, de instabilidade do mercado mundial para os produtos de base similares", deveria intensificar "as relações comerciais, examinar o mercado africano para produtos brasileiros e a contrapartida dos países africanos, as uniões econômicas, os problemas dos transportes e as dificuldades impostas pelo Mercado Comum" (42) (grifo nosso). Essa posição, de 1961, continua válida para o Brasil nas suas relações com a África atual.

Nessa mesma parte da obra, Rodrigues nos inteira das lutas de independência da África, especialmente as dos movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Faz-nos acompanhar o defrontamento nas Nações Unidas desses movimentos de países africanos com os representantes portugueses, que freqüentemente utilizam argumentos luso-tropicalistas com a cumplicidade ou abstenção do governo brasileiro:

"Pode-se dizer que em relação às colônias portuguesas o Brasil manteve-se em estrita união com Portugal, servindo mais aos interesses deste, que aos seus. Se o sangue e os sentimentos justificam alguma coisa, então não é só Portugal que merece nossa simpatia e apoio, mas também as nações africanas, especialmente Angola." (43)

Referindo-se à posição brasileira na ONU nas votações sobre a questão colonial, como o caso de Argélia, José Honório Rodrigues - preocupado em defender uma política africana que atendesse aos interesses do país, com uma postura coerentemente anticolonialista - afirma que "a política externa no Brasil em matéria colonial nunca foi coerente". Se a princípio vacilava muito, ao fim e ao cabo, acabava acompa-

nhando "quase sempre as Potências Coloniais e Administradoras, pelo menos até Jânio Quadros". (44)

Um outro aspecto do africanismo de José Honório Rodrigues é o modo como ele encara o papel que a África e os negros tiveram na formação de nosso país, bem como as diferenças do processo de colonização portuguesa desenvolvido no Brasil e na África. Isso nos possibilita uma análise comparativa com algumas das posições defendidas por Gilberto Freyre.

Rodrigues afirma que o Brasil teve "uma maior influência portuguesa na superestrutura da sociedade e maiores efeitos negro-indígenas na estrutura econômico-social". Para ele, fomos "mais africanizados e tupinizados que a portuguesa dos ou ocidentalizados". E "foi tal o contingente africano na elaboração da sociedade brasileira, que o Brasil, como Cuba, é o mais africanizado dos Estados americanos; se excluirmos o Haiti, o mais africano", apesar da progressiva "desafricanização", a partir de 1808, com a chegada de D. João, e acelerada desde 1856, com a supressão do tráfico. A europeização que o Brasil sofreu durante muito tempo não passou para ele de um "caimento". (45)

Ao contrário de Freyre, Rodrigues considera que a miscigenação no nosso país foi, "desde o começo, (...) mais um caminho brasileiro e americano que português ou espanhol, porque só se realizou, em escala considerável, aqui e não na África, tanto no período colonial, dominado pelos portugueses, como depois da Independência". Para José Honório Rodrigues, o "fracasso da miscigenação portuguesa na África, ou a

pequena proporção em outros continentes, comparável a de outros povos colonizadores, revela que não foi o colono português em si e por si o elemento decisivo do processo". (46) Argumenta que se "o processo continuou na própria fase nacional [do Brasil], e se na África a miscigenação foi um fracasso, não se pode atribuir unicamente às predisposições psicossociais portuguesas o seu êxito no Brasil". (47)

Enquanto Gilberto Freyre argumenta com a predisposição portuguesa para o cruzamento com as morenas, sejam índias ou negras, Rodrigues contrapõe que a explicação é mais simples. Segundo ele "as necessidades genésicas não tinham que escolher entre brancas e morenas, índias e negras, porque praticamente só havia as segundas". (48)

Remarquemos duas diferenças básicas entre Gilberto Freyre e José Honório Rodrigues. A primeira, como vimos, refere-se às diferenças nos processos de miscigenação ocorridos no Brasil e na África portuguesa. Ao romantismo de Freyre, Rodrigues replica que o processo de miscigenação no Brasil foi mais uma consequência da escravidão do que das aptidões tropicais dos portugueses. A outra diferença básica é acerca do colonialismo português. Freyre o defende dentro dos argumentos ultraculturalistas do luso-tropicalismo. Rodrigues se atém a uma análise histórica e sócio-econômica:

"Que fez Portugal neste sentido? Como uma das áreas mais atrasadas da cultura ocidental, um dos países mais subdesenvolvidos da Europa, não formou liderança nem adiantou, com a técnica ou com sua organização social, os povos que dominou. Não pôde dar, porque não tinha para dar. O Governo português pensava ser uma potência colonial, mas era uma impotência colonial." (49)

As relações luso-brasileiras e suas implicações com a África merecem crítica de Rodrigues. A idéia de comunidade, que está implícita no Tratado de Amizade e Consulta de 1953, fez com que os interesses brasileiros fossem por longo tempo subalternizados aos de Portugal. Um desses interesses prejudicados foi a política africana do Brasil, mesmo durante o período da "política externa independente", que marcou os governos de Jânio Quadros e de João Goulart. Claro que durante esses dois governos houve uma mudança de atitude. A política para com Portugal deixou de ser, como afirmava o chanceler João Neves da Fontoura, "um ato de família", pois "ninguém faz política com os países e irmãos". (50)

No governo Jânio Quadros, a atitude inicial foi de mudança. Na mensagem que o presidente Quadros enviou ao Congresso, em 1961, ele asseverava que o esforço brasileiro na África, por mais intenso que viesse a ser, não poderia senão "constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano". (51) Em artigo para a revista norte-americana Foreign Affairs, o presidente Quadros escreve:

"Com relação à África, podemos afirmar que, hoje, esse continente representa uma nova dimensão da política brasileira. Estamos ligados ao mundo africano por nossas raízes étnicas e culturais, além de coincidirmos no desejo de tornar possível assumirmos uma posição independente no mundo atual." (52)

Apesar dessa postura, o Itamaraty, em 30 de março de 1961, distribuiu nota oficial declarando que, em relação ao caso de Angola - que estava sendo votado na Assembleia Geral da ONU, após o início da guerra de indepen

dência nesse país e conseqüente regressão portuguesa -, o presidente entendia que a orientação do Brasil decorria, de um lado, "da firme posição anticolonialista do Governo, e, de outro, dos compromissos internacionais e dos vínculos de natureza especialíssima que unem o Brasil e Portugal".⁽⁵³⁾ Poucos dias depois, Afonso Arinos, ministro das Relações Exteriores, faria uma consulta a Salazar e o país se abstinha na votação sobre Angola na ONU.

O Brasil só iria votar favoravelmente a Angola durante o governo João Goulart, quando aprovou a Resolução 1.742, de 30 de janeiro de 1962, que criava uma comissão para coligir informações sobre a situação dos territórios africanos sob administração portuguesa.⁽⁵⁴⁾ Com o advento do regime militar de 1964, o Brasil mudou completamente de posição. Já não se abstinha, votava a favor do colonialismo português, como antes do governo Quadros. Num depoimento de 12 de setembro de 1974, o então senador José Sarney retratava essa posição da política externa brasileira durante o regime militar:

"Confesso hoje, ao Senado Federal, que, algumas vezes, tive oportunidade de ficar nas Nações Unidas profundamente constrangido quando via que, em algumas resoluções, quase todos os países votavam contra ou pela abstenção, e nós éramos obrigados a ficar a favor de Portugal e nos levantávamos muitas vezes quatro; (...) eram a África do Sul, a Espanha, Portugal e o Brasil (...)." (55)

Só em meados da década de 70 observam-se modificações na atitude brasileira. José Honório Rodrigues acompanha a política africana do Brasil até 1980 e nos dá um testemunho minucioso não só da grande "virada" que o Itamaraty

deu para a África no governo Geisel, com a derrocada do colonialismo português, como também das mudanças, ainda não decisivas, ocorridas em relação a Portugal.

Rodrigues nos aponta as contradições crescentes entre Brasília e Lisboa e que se aguçaram muito a partir de 1973. A comunidade Luso-Brasileira funcionava praticamente só a favor dos portugueses, restringindo a atuação brasileira nas colônias lusas. O governo de Marcelo Caetano jamais possibilitou que o Brasil atuasse como intermediário entre Portugal e os movimentos de libertação. Mesmo assim, o Brasil ainda votava a favor de Portugal na ONU. A última vez foi em 2 de novembro de 1973, quando se opôs à autodeclarada independência da Guiné-Bissau.⁽⁵⁶⁾ Ironia da História: o reconhecimento da independência da mesma Guiné-Bissau pelo Brasil em julho de 1974, um gesto marcante da autonomia brasileira em relação a Portugal, foi feito quase um mês antes de Lisboa.

Ao finalizar o estudo dessa obra de José Honório Rodrigues, somos levados a reconhecer que ela foi, no início dos anos 60, não só um marco no africanismo brasileiro, um extraordinário trabalho sobre os quatro séculos das relações do Brasil com a África, como também constitui uma nova visão da África, desde o colonialismo até as independências dos anos 60. As últimas linhas do livro constituem uma síntese:

"Brasil e África foi realmente, como escrevi no começo da década de 60, um outro e novo horizonte, que se ligava a um horizonte antigo, de fortes laços culturais, étnicos e econômicos." (57)

NOTAS DO CAPÍTULO 4. OS ESTUDOS AFRICANOS
E A ÁFRICA EMERGENTE

- (1) RODRIGUES, José Honório. Brasil e África; outro horizonte. 3. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982; VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo; do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. São Paulo, Corrupio, 1987; CUNHA, Manuela Carneiro da, op. cit.; COSTA E SILVA, Alberto da. O vício da África e outros vícios. Lisboa, Sá da Costa, 1989; MOURÃO, Fernando Augusto de A. & RALSTON, R. D. L'Afrique et le Nouveau Monde. In: Histoire Générale de l'Afrique. Paris, Présence Africaine/Edicef/Unesco, 1989. v. 7. cap. 29; TURNER, J. Michael. Les Brésiliens; the impact of former brazilian slaves upon Dahomey. Boston, Boston University, 1975; OLINTO, Antônio. Brasileiros na África. 2 ed. São Paulo, GRD; Brasília, INL, 1980.
- (2) FREYRE, Gilberto. Aventura e Rotina; sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953; Um Brasileiro em Terras Portuguesas. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.
- (3) SILVA, Vassalo e. "Dossier" Goa; a recusa do sacrifício inútil. Lisboa, Liber, 1975, pp. 31-2.

- (4) FREYRE, Gilberto. Aventura e Rotina, p. 20.
- (5) Idem, *ib.*, p. 547.
- (6) FREYRE, Gilberto. Um brasileiro em terras portuguesas, pp. 14-5.
- (7) Idem, *ib.*, p. 24.
- (8) Idem, *ib.*, p. 26.
- (9) Idem, *ib.*, p. 40.
- (10) Idem, *ib.*, p. 15.
- (11) Idem, *ib.*, pp. 27-8.
- (12) HASENBALG, Carlos A. Prefácio. In: MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. O elogio da dominação; relendo casa grande e senzala. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984, p. 13.
- (13) LEITE, Dante Moreira, *op. cit.*, p. 302.
- (14) MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar, *op. cit.*, p. 22.
- (15) MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). São Paulo, Ática, 1977, p. 67.
- (16) ANDRADE, Mario de. Antologia da poesia negra de expressão portuguesa. Paris, Pierre Jean Oswald, 1958, p. X e XI.
- (17) CABRAL, Amílcar. Prefácio. In: DAVIDSON, Basil. Révolution en Afrique; la libération de la Guinée Portugaise. Paris, Seuil, 1969, p. 11.
- (18) FREYRE, Gilberto. Um brasileiro em terras portuguesas, *op. cit.*, p. 230.

- (19) FERREIRA, Manuel. A Aventura crioula. Lisboa, Ulis-sêia, 1967, p. 10.
- (20) Idem, *ib.*, p. 17.
- (21) DIAS, Jorge. Ensaio etnológicos. Lisboa, Junta de In-vestigação do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1961, p. 182.
- (22) FERREIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 38.
- (23) FREYRE, Gilberto. Aventura e rotina, *op. cit.*, p. 287.
- (24) Idem, *ib.*, p. 302.
- (25) Idem, *ib.*, p. 303.
- (26) Idem, *ib.*, pp. 303-4.
- (27) Apud, FERREIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 41.
- (28) FERREIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 61.
- (29) Idem, *ib.*, p. 62.
- (30) FREYRE, Gilberto. Aventura e rotina, *op. cit.*, p. 301.
- (31) Idem, *ib.*, p. 304.
- (32) Apud, FERREIRA, Manuel, *op. cit.*, p. XV.
- (33) MORAIS - BARBOSA, Jorge et alii. Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1965-66, p. 154.

- (34) HOUAISS, Antônio. O português no Brasil; pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro, UNIBRADE - Centro de Cultura, 1985, p. 117.
- (35) FERREIRA, Manuel, op. cit., p. 66.
- (36) Apud, FERREIRA, Manuel, op. cit., p. 45.
- (37) FERREIRA, Manuel, op. cit., p. 58.
- (38) MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. A sociedade angolana através da literatura. São Paulo, Ática, 1978, pp. 13-47.
- (39) RODRIGUES, José Honório. Brasil e África; outro horizonte, 3. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- (40) Idem, ib., p. 31.
- (41) Idem, ib., p. 238.
- (42) Idem, ib., pp. 305-6.
- (43) Idem, ib., p. 19.
- (44) Idem, ib., p. 19.
- (45) Idem, ib., p. 14.
- (46) Idem, ib., p. 80.
- (47) Idem, ib., p. 82.
- (48) Idem, ib., p. 83.
- (49) Idem, ib., p. 345.
- (50) Apud, RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 383.

- (51) Apud, RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 16.
- (52) QUADROS, Jânio. A nova política externa brasileira. Relações Internacionais, Brasília, I (3) : 73-77, 1978, p. 75.
- (53) Apud, RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 406.
- (54) RODRIGUES, José Honório, Idem, ib., pp. 415-6.
- (55) Apud, ALMEIDA, Paulo Roberto de. Partidos políticos e política externa. Política e Estratégia, São Paulo, 4 (3) : 416-450, 1986, p. 436.
- (56) RODRIGUES, José Honório, op. cit., p. 519.
- (57) Idem, ib., p. 537.

5. ESTUDO DE CASO: O CEAA (1973-1986)

Neste capítulo entramos no cerne da pesquisa, que é um estudo de caso: o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), do Conjunto Universitário Candido Mendes, no Rio de Janeiro. O período escolhido compreende os anos de 1973, data da criação do Centro, a 1986, quando tem início nova fase do CEAA, sob nova Vice-Direção Executiva, com o professor Carlos A. Hasembalg, que imprimiu outra direção à dinâmica administrativa e à sistematização dos estudos e pesquisas.

O estudo não incidirá sobre o total das atividades do CEAA. Ele será delimitado à sua produção teórica (textos, artigos, cursos e projetos) nas diversas etapas da história do período focalizado. Essa produção sofrerá uma análise comparativa com três ordens de fatores, que constituiram variáveis básicas para tais etapas.

As três variáveis básicas são:

- a) o nível das relações do Brasil com a África;
- b) as mudanças ocorridas nas diversas etapas do CEAA, produzidas por motivos internos relacionadas ao fluxo de recursos de várias ordens ou pelas transformações ocorridas na sociedade brasileira como um todo e, através de seus movimentos organizativos, na comunidade negra em particular - sempre uma clientela muito demandadora

do Centro, sobre ele exercendo visível influência, até porque a maior parte da equipe do CEAA foi durante muito tempo constituída de negros brasileiros e africanos; e

- c) a mais difícil de trabalhar, que se refere ao elenco de questões que transcorrem na África - particularmente a área abrangida pelos países africanos de língua oficial portuguesa e a África Austral - e que vão mudando o grau de prioridades. O propósito é verificar se a produção teórica e prática do CEAA em suas várias etapas acompanha essas mudanças de prioridades e de agenda de temas privilegiados. Quanto às "etapas" do CEAA e as possíveis "etapas" de problemáticas que se sucedem no continente africano, ressalve-se que não se pretende apontar correspondência direta entre elas, naturalmente, mas no máximo fazer "aproximações".

Antes, porém, de efetivamente encetarmos nosso estudo de caso, queremos precedê-lo de duas breves considerações marginais.

A primeira será uma espécie de curto verbete sobre cada um dos três principais centros universitários de estudos africanos existentes no Brasil. Por falta de recursos, não pudemos fazer um levantamento in loco nos dois centros, sendo-nos obrigado a nos ater sobre documentos nem sempre atualizados e, freqüentemente, fragmentados, incompletos.

A segunda é uma breve análise sobre a institucional

X

lização dos estudos africanos no Brasil e um olhar ligeiro sobre essa institucionalização na América Latina.

5.1 - Centros universitários de estudos africanos no Brasil

Embora já tenhamos feito anteriormente, seja-nos permitido sumariar aqui que uma das relações de correspondência procurada nesta pesquisa é a que se estabelece entre uma maior aproximação político-econômica do Brasil com os países africanos e um conseqüente desenvolvimento dos estudos africanos no país.

Embora a África como tema, por estar por demais ligada ao passado de mais de três séculos de escravidão e ao racismo brasileiros, tenha tido sempre grande dificuldade em se impor no meio acadêmico nacional, o fato é que para esse desenvolvimento contribuíram, por um lado, o crescimento de importância da África no cenário internacional e, por outro, uma consciência mais assumida pelo povo brasileiro em geral, e pelos nossos negros em particular, do significado que os africanos e seus descentendentes tiveram, e têm, na formação e no desenvolvimento da sociedade brasileira, bem como na definição de sua identidade nacional.

A primeira parte da correspondência por nós procurada parece não ter procedência, pelo menos no que se refere à criação dos centros, fator importante para a consolidação e irradiação dos estudos africanos no país. Nenhum dos três principais centros universitários existente no país foram

criados num momento de especial intensidade das relações do Brasil com a África. E mais: depois de 1974, ponto de partida para a alta prioridade concedida à África pelos governos brasileiros, não se consolidou nenhum novo centro de estudos africanos no país, à exceção da formação, na Universidade de Londrina, do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos.

Portanto, devem ter sido outros os fatores que levaram à criação desses centros. Quer fatores mais gerais, como o crescimento da importância da África no pós-60 com seus reflexos no Brasil (independentemente da política oficial para o continente africano) ou a difusão do africanismo no mundo, inclusive na América Latina, quer fatores mais restritos, ligados às próprias três universidades que os criaram. Como quer que seja, chama a atenção na criação desses centros o que talvez possa ser considerado algo mais que curiosa coincidência, quem sabe um elemento detonador: as pessoas que criaram os centros, ou foram designados como seus dirigentes executivos, tiveram um envolvimento anterior com a África fora do Brasil, sem que isso tivesse implicado uma formação acadêmica prévia nessa área de estudo.

O Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)

Foi fundado em setembro de 1959, na Universidade Federal da Bahia, sob a inspiração do projeto Oriente-Occidente, patrocinado pela Unesco. A oportunidade surgiu quando da realização, em Salvador, do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, tendo como animador da idéia o professor português Agostinho da Silva, desde há muito afeito às realidades africanas. Ele antevia o Centro como o lugar

de estudo de uma comunidade de origem lusitana, porém concebida como "uma aliança de nações e povos soberanos, desvinculadas das peias do colonialismo e assim mais aptos a uma coligação espiritual consentida, espontânea e sólida".⁽¹⁾

O Reitor da UFBA, Edgar Rego dos Santos, criou o CEAO, e o professor Agostinho da Silva passou a dirigí-lo por algum tempo. Juntaram-se a ele, entre outros, africanistas como Waldir Freitas de Oliveira, Guilherme Souza Castro, Yeda Pessoa de Castro e Vivaldo Costa Lima.

Ora, o ano de 1959 não representava nenhum momento de força da política africana do Brasil. Pelo contrário, no governo Kubitschek, o Brasil se alinhava na ONU com as potências coloniais, de um modo geral, e com Portugal, em particular.

No entanto, em 1959, novos Estados africanos haviam recentemente adquirido a independência e, no ano seguinte, considerado o "ano da África", mais 17 países vieram juntar-se a eles. O CEAO, embora tenha sido lançado num ambiente de cumplicidade com o colonialismo português, tomou, desde logo, um rumo em direção a uma África descolonizada e a uma interação com a comunidade negra da Bahia. A sua atuação pioneira vai se fazer sentir, principalmente, a partir do governo Jânio Quadros.

O Centro de Estudos Africanos (CEA)

O CEA, da Universidade de São Paulo, foi criado por etapas, a partir do esforço de Fernando Augusto Albuquerque Mourão, do apoio do professor Dr. Ruy Coelho e de uma

ajuda inicial de africanos que estudavam na USP.

A primeira etapa foi a criação, em 1965, do Centro de Estudos e Cultura Africana, ligado à cadeira de Sociologia II, do professor Rui Coelho. Só em 1968 é que, com o nome atual de Centro de Estudos Africanos, ele se integra à estrutura da universidade, tendo o professor Dr. Fernando Mourão primeiro como vice-diretor e, atualmente, como diretor. (2)

Como sabemos, o período inicial de gestação do Centro - 1965-1968 - também não se caracteriza pela aproximação do Brasil com a África. Pelo contrário, o regime militar instaurado em 1964 aderiu sem peias às posições colonialistas de Portugal. O regime só iria começar a questionar esse posicionamento a partir de 1972 e a enveredar, finalmente, para um política africana autônoma nos anos 1974-1975.

Todavia, o período 1965-1968 correspondeu na África a um grande recrudescimento da luta nacionalista nas colônias portuguesas e no atual Zimbábue. Neste, o governo de minoria branca de Ian Smith havia declarado, em 1965, uma independência unilateral não reconhecida pela comunidade internacional. No caso das colônias portuguesas, em 1968, por exemplo, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral, declarava controlar três quintos do território guineense.

Continuando também a relacionar a responsabilidade de criação dos Centros com o ânimo propício dos dirigentes das universidades, mas, sobretudo, com a iniciativa de africanistas pioneiros temos agora o caso de Fernando Mourão.

Brasileiro educado em Portugal, Mourão, ainda quando estudante em Lisboa, foi um especialista em literatura africana e destacado dirigente da Casa dos Estudantes do Império (CEI), no Porto. Nessa instituição, dedicada a congregar os estudantes das colônias na metrópole, os brasileiros filhos de portugueses podiam estatutariamente se inscrever como membros plenos, o que era vedado aos portugueses metropolitanos. Esse parêntese é só para compreendermos a visão "abran gente" que Salazar tinha do império português.

Na realidade, a CEI tornou-se, a partir dos anos 50 até a intervenção governamental direta na década de 1960, um centro habilidosamente camuflado de atuação anticolonialista e de seus quadros saíram dirigentes do porte de Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Mário de Andrade, Vasco Cabral, Marcelino dos Santos, para citar só alguns contemporâneos de Fernando Mourão.

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)

Para compreendermos o processo de fundação do CEAA, realizado por Candido Mendes, em 1973, no Conjunto Universitário Candido Mendes, do Rio de Janeiro, é necessário remontar a 1961, quando, por decisão do presidente Jânio Quadros, foi criado, através do Decreto 50.465, de 14 de abril, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (Ibeaa), diretamente ligado à Presidência da República.

Dirigindo a Assessoria Técnica do presidente Quadros, Candido Mendes foi seu enviado especial à África, como um dos gestos da nova política externa brasileira, cuja expressão africana assinalamos anteriormente. Outras visitas

posteriores à África, além dos contatos com presidentes como Kwame N'Krumah, Léopold Senghor e Julius Nyerere, contribuíram para a vertente africana da visão ecumênica de Candido Mendes, oriundo dos quadros dirigentes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e autor de Nacionalismo e desenvolvimento.⁽³⁾

O Ibeaa teve como primeiro diretor Eduardo Portella, autor de África: colonos e cúmplices⁽⁴⁾ e membro destacado de um grupo de intelectuais brasileiros que se aproximaram do Terceiro Mundo através de uma visão nacionalista. O segundo diretor foi Candido Mendes, até pouco depois da implantação do regime militar, quando o Instituto passou para a alçada do Itamaraty e, depois, foi extinto.

Para o Ibeaa, o estudo do mundo afro-asiático (que vivia ainda a época do "espírito de Bandung") era um meio de cumprir sua função principal: colaborar com o Itamaraty no planejamento das relações culturais entre o Brasil e os países da África e da Ásia. No entanto, perdido o impulso inicial do gesto de abertura de Jânio Quadros, a política africana do Itamaraty esmaeceu face aos embates travados com o lobby português que atuava tanto internamente no Ministério das Relações Exteriores quanto externamente, através da então influente Federação das Associações Portuguesas, muito bem articulada com setores políticos brasileiros favoráveis a Salazar.

Para a análise que estamos realizando, importa salientar que o Ibeaa constitui o único caso que conhecemos de criação de um centro de estudos africanos no justo momento -

e em função dele - de uma virada brasileira não só para a África, como também para o Terceiro Mundo em geral.

No caso do CEAA, verificamos que sua criação foi, antes de tudo, a retomada por Candido Mendes de sua proposta programática iniciada no Ibeaa e adaptada para os parâmetros de uma instituição privada. Para vice-diretor executivo do CEAA, foi indicado José Maria Nunes Pereira, que era assistente do professor Candido Mendes num curso sobre política africana, na PUC-RJ, e que possuía razoável acervo de livros, periódicos e documentos sobre a África. Embora brasileiro, José Maria Nunes Pereira estudou em Portugal, onde, no final dos anos 50 e início dos 60, foi membro da Casa dos Estudantes do Império.

5.1.1 - Perfil do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)

O CEAO foi criado com o objetivo de aprofundar o conhecimento, em nível universitário, das culturas africanas e asiáticas, empenhando-se, por outro lado, na pesquisa das influências dessas culturas no Brasil.

Incentivado pela política africana dos governos Jânio Quadros e João Goulart, o CEAO foi pioneiro em vários aspectos no exercício da cooperação do Brasil com a África. A ele coube acolher os dois primeiros grupos de bolsistas africanos, chegados ao Brasil através de um programa de intercâmbio iniciado no governo Quadros, e ministrar cursos intensivos de língua portuguesa e cultura brasileira.

O primeiro grupo, de 15 estudantes, chegou em 1961, proveniente de países da África Ocidental.⁽⁵⁾ Entre eles estava o camaronês Paul Étame Ewane, que permaneceu na USP até obter o grau de mestre em sociologia, e o guineense Fidelis Cabral d'Almada, que completou nessa universidade o curso de direito e reingressou nos quadros de luta do PAIGC, voltando várias vezes mais tarde ao Brasil na qualidade de ministro da Justiça, ministro dos Negócios Estrangeiros e, mais recentemente, como ministro da Educação. Étame Ewane e Fidelis Cabral aliás, juntamente com angolanos exilados em São Paulo, ajudaram mais tarde Fernando Mourão na criação do CEA.

O segundo grupo, de sete estudantes, chegou em 1962, também oriundo da África Ocidental, especialmente Nigéria, Gana e Senegal, onde o Brasil já tinha uma embaixada residente.

Nesse quadro de cooperação, coube também ao CEAO a implantação dos primeiros leitorados de língua portuguesa e cultura brasileira na África: o primeiro, em 1961, na Universidade de Dacar e o segundo, em 1962, na Universidade de Ifé, tendo este, a partir de 1972, passado a curso de pós-graduação. Em 1977 o CEAO implantou um leitorado na Universidade de Abdjan, que atualmente está a cargo do CEA.

O CEAO vem mantendo, ao longo dos anos, um intercâmbio com universidades africanas como Ifé, Lagos, Dacar e Benin, com troca de professores visitantes. Dois professores do CEAO obtiveram seus doutoramentos, com temas afro-brasileiros (lingüística e religião), na Universidade Nacional

de Zaire (campus de Lubumbashi).

Em 1965 o CEAO lançava o primeiro número da revista Afro-Ásia, que circulou até 1983, em seu número 14. Nessa área de publicações, o Centro divulgou em plaquetas ou separatas os trabalhos de seus pesquisadores.

"A partir de 1971, no entanto" — depõe o professor Guilherme de Souza Castro, que dirigiu o CEAO por largo tempo —, "com a reforma universitária e a criação dos departamentos, o CEAO foi esvaziado do pessoal efetivo com que contava, o que vem dificultando muito o trabalho, já que o grupo de pesquisas foi dividido pelos Departamentos de História, Geografia, Antropologia e outras rimas semelhantes." (6)

Para melhor compreensão das injunções porque passam os centros de estudos, acrescenta-se que o professor Thales de Azevedo, da UFBA, também fez restrições à reforma universitária aplicada ao CEAO, que na anterior estrutura tinha pesquisa e cursos integrados, bem como intercâmbio. Segundo Thales de Azevedo, "desmontaram-se abruptamente peças valiosas". De fato, através de nosso testemunho pessoal, verificamos, por exemplo, que a grande biblioteca atualizada nos anos de 1960 enfraqueceu por míngua de recursos. Ele recomendava a criação, em ciências humanas, de laboratórios idênticos aos das ciências da natureza. (7)

Ambos os autores realçam, contudo, os esforços feitos pelo CEAO para superar, em parte, as dificuldades oriundas ora da reforma universitária, ora provenientes do menor interesse de reitores da UFBA pelo Centro.

Numa circular do CEAO de 1989, referente às comemorações de seus 30 anos, a professora Dra. Yeda Pessoa de Castro, atual diretora, enfatiza o pioneirismo do Centro no ensino das línguas africanas, como o ioruba, quicongo, ewe, wolof e algumas asiáticas como o japonês, hindi, árabe, hebraico e russo. O CEAO mantém igualmente o primeiro museu afro-brasileiro do país.

A partir de 1983, o CEAO passou a ministrar, com o apoio da Fundação Ford, um curso de introdução aos estudos da história e das culturas africanas destinado a professores do 1º e 2º grau, incentivado pela implantação dessa disciplina nas escolas municipais de Salvador.

5.1.2 - Perfil do Centro de Estudos Africanos - CEA

Entre os objetivos do CEA destacamos os seguintes: promover e incentivar, no âmbito da Universidade de São Paulo, o estudo, a pesquisa e a especialização sobre as sociedades africanas e suas problemáticas; desdobramentos e influências manifestadas no continente e fora dele; favorecer, orientar e promover o desenvolvimento de especialistas; incentivar e promover a publicação de trabalhos científicos; manter intercâmbio e relações científicas (e outras) com instituições congêneres; prestar serviços especializados de assessoria e extensão à comunidade; apoiar os órgãos públicos através da pesquisa e da assessoria no sentido de que levem em conta os aspectos da realidade africana; manter biblioteca, documentação e dados especializados. (8)

O CEA edita, desde 1978, a revista anual África, com artigos escritos nas línguas dos autores. A última edição é a de nº 9, embora tenha no prelo, na gráfica da universidade, mais três números prontos.

Após as alterações regimentais em 1970 e 1972, o CEA é um centro interdepartamental da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, cooperando intimamente com os demais órgãos da estrutura universitária da USP. Na sua estrutura interna, o CEA compõe-se de 12 áreas: oito delas correspondem às diversas regiões africanas e as quatro restantes se ocupam de documentação, publicações e edições, África da Diáspora e afro-brasileirismo. São responsáveis por essas áreas cerca de dez professores, a quase totalidade deles com o grau acadêmico de doutor.

Desde há muitos anos que a grande preocupação do CEA vem sendo a criação crescente de massa crítica, aprofundando assim a formação de especialistas em estudos africanos. Nesse sentido, os professores ligados ao CEA oferecem, em seus respectivos departamentos, cursos sobre vários aspectos da realidade africana e das relações internacionais, tanto a nível de graduação como de pós-graduação (mestrado e doutorado), bem como orientam pesquisas e teses de pós-graduação. Fato expressivo não é só a razoável procura por parte de estudantes brasileiros desses cursos, mas sobretudo o número percentualmente elevado de bolsistas africanos que os frequentam.

Na graduação, são oferecidos cursos no Departamento de Ciências Sociais (cerca de quatro, por semestre) e no

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (dois sobre literatura africana de expressão portuguesa). Na pós-graduação, há dois a três cursos na área de sociologia, cerca de quatro na de ciência política, dois ou três na de antropologia e um em letras.

Outra característica a ter em conta é que para a obtenção de um título de pós-graduação o candidato deve fazer a pesquisa de campo de sua tese em região apropriada ao tema no continente africano. Esse programa de pós-graduação em várias áreas, mas com focos em estudos africanos, é o único existente no Brasil e é o centro de formação abastecedor dos estudos africanos no país, em termos de programas ou simples cadeiras.

No campo externo da cooperação acadêmica, a partir do apoio de alguns pesquisadores e, principalmente de cientistas africanos e europeus, foi possível passar a institucionalizar um relacionamento, através do estabelecimento de convênios com as universidades de Dacar, Costa do Marfim, Benin (Togo), Lagos, Ifé e com a Escola de Direito da Guiné-Bissau, além de uma série de convênios em andamento com as universidades de Angola e Moçambique.⁽⁹⁾

No que concerne às relações com a comunidade em geral, além de cursos de extensão ministrados na USP, frequentemente com professores africanos e outros especialistas, o CEA, através de seu diretor, tem conseguido que algumas editoras lancem obras de autores africanos.

Um caso especial é a da Editora Ática, de São Paulo, que criou a coleção Autores Africanos, no domínio da li-

teratura, além de ter iniciado a publicação da História geral da África, editada pela UNESCO, de cujo comitê fez parte Fernando Mourão.

Entre as publicações do CEA, vale ressaltar a pesquisa realizada em 1982-1983, sob os auspícios do Ministério das Relações Exteriores e da Finep, que resultou numa obra coletiva de 13 textos. Nela estão presentes professores do CEA, entre os quais Fernando Mourão, Kabengele Munanga, Fábio Leite, Carlos Serrano, Henrique Altemani de Oliveira, José Franco da Fonseca, Francisco Valente.

As linhas de pesquisa desenvolvidas pelo CEA cobrem diversas áreas: sociologia urbana, relações Brasil-África, política internacional, cooperação econômica e técnica, organismos de cooperação, o conceito de africanidade e sistemas de pensamento africano, relações trabalhistas e industrialização e diversos aspectos da arte e da literatura.

Em termos de documentação, o CEA dispõe de uma biblioteca especializada, integrada à biblioteca do Departamento de Ciências Sociais, mantendo em sua sede apenas o referencial bibliográfico e, o que é sui generis no Brasil, algumas centenas de bibliografias temáticas sobre assuntos africanos, através das quais é possível recuperar informações bibliográficas específicas localizadas em várias partes do mundo; elas abrangem mais de cem mil referências. Nessa área, há um projeto de informatização em andamento no CEA, o SINFA - Projeto Integrado de Informações sobre o Continente Africano, cobrindo as áreas de ciências humanas, exatas e tecnológicas, segundo o autor, título da obra, artigo ou do-

cumento, assunto e região.

5.1.3 - Estudos africanos na América Latina: um perfil

Os estudos africanos na América Latina - juntamente com os asiáticos ou orientais - deram um sinal de consolidação institucional quando, em 1976, foi fundada na cidade do México, a Asociación Latinoamericana de Estudios Afroasiáticos (ALADAA).

A associação tem como principal finalidade intercambiar experiências entre seus membros, colaborar com os centros de estudos superiores da América Latina para a formação de quadros docentes e de pesquisadores, editar revistas e boletins e difundir os estudos afro-asiáticos, antigos e modernos. (10)

A ALADAA já realizou seis congressos internacionais - no México (1976), Colômbia (1981), Brasil (1983), Venezuela (1985), Argentina (1987) e Cuba (1989) -, que contribuíram não só para favorecer o intercâmbio de especialistas latino-americanos como também entre estes e seus colegas africanos presentes a esses congressos.

A ALADAA também tem estimulado a criação de instituições de âmbito nacional bem como a realização de congressos. Foi criada, em 1984, com sede na Universidade de São Paulo, a Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos do Brasil (Aladaab), que engloba não só os centros de es

tudos de várias áreas como também professores e pesquisadores. Os dois primeiros encontros nacionais da Aladaab foram realizados em 1984 e 1986, na USP, e o terceiro, em 1989, na Universidade de Londrina, sob os auspícios do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA).

Os centros de estudos africanos da América Latina (excluído o Brasil) que conhecemos são o Centro de Estudios de Asia y África (CEAA), de El Colegio de México, o Centro de Estudios de África y Medio Oriente (Ceamo), da Universidade de Havana, e a Asociación Argentina de Estudios Africanos.

O CEAA do México foi criado em 1964, como uma seção dos Estudos Orientais, ganhando autonomia em 1968. Em 1982 já possuía um programa de mestrado em estudos asiáticos quando iniciou, com o patrocínio da UNESCO, outro em estudos africanos, com duração de seis semestres e cujo eixo central é o tema "Estado e sociedade na África". Edita a revista Estudios de Asia y África.

O Ceamo, da Universidade de Havana, edita duas revistas com periodicidade semestral, África y Medio Oriente e Estudios y Compilaciones, e uma bimestral Enfoques.

5.2 - O CEAA e a política africana do Brasil

Uma das principais relações que pretendemos estabelecer nesta pesquisa é entre a evolução das relações político-diplomáticas e econômicas do Brasil com os países africa-

nos e o desenvolvimento do CEAA. Por outras palavras, qual a influência que a política africana do Brasil exerceu sobre as atividades e a produção intelectual do CEAA no período estudado (1973-1986).

Já nos referimos à política africana do Brasil nos períodos anteriores à criação do CEAA, isto é, nos governos Kubitschek (1956-1960), Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) e nos do período do regime militar, que vai desde o governo Castelo Branco, com um realinhamento do Brasil com o colonialismo português, até o penúltimo ano do governo Médici, 1972, quando ocorreram dois fatos que mudaram esse quadro.

O primeiro se referia a um desgaste nas relações entre Brasília e Lisboa, dado que o governo português não concedia acessos minimamente satisfatórios ao Brasil no ultramar português, mostrando enfaticamente que a cabeça da comunidade luso-brasileira estava em Lisboa.

O segundo fato é a aproximação que Brasília desencadeou junto aos países africanos, através da já mencionada viagem do chanceler Gibson Barboza a 11 países africanos entre 1972 e 1973. (11)

É nesse período de transição, quando o governo brasileiro faz um gesto de aproximação com a África e, ao mesmo tempo, mantém o apoio ao colonialismo português devido a "laços especiais", que foi criado o CEAA (janeiro de 1973).

Em março de 1974, sob o poder o general Geisel e logo em seguida à derrubada do governo ditatorial de Portu-

gal, inicia-se uma curta e conturbada descolonização do velho império luso. Liberto do peso político que representava um apoio ainda que já um pouco reticente ao colonialismo português, o governo Geisel (1974-1979) pôde estender a toda a África sua política externa "ecumênica, pragmática e responsável", iniciando-se assim uma nova fase das relações do Brasil com a África que dura até os nossos dias.

Ela é caracterizada pelo apoio do Itamaraty, sobretudo nos diversos foros das Nações Unidas, a posições do interesse africano, tal como ele era entendido no seio da Organização de Unidade Africana: forte repúdio ao apartheid e condenação à ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul, apoio à autodeterminação do Saara etc.

Os dois gestos mais marcantes, do ponto de vista político, do governo Geisel em relação à África foram o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, anterior ao da potência cessante (Portugal), quando o governo guineense ainda não ocupava a capital do país - uma atitude, ao que sabemos, inédita no Itamaraty - e o reconhecimento de imediato - praticamente o primeiro no mundo - da independência de Angola sob o governo do MPLA.

As repercussões econômicas dessa nova política brasileira para a África não se fazem esperar. Afinal, em poucos anos, de 1972 a 1977, por exemplo, o Brasil aumentou em mais de seis vezes suas exportações para o continente. Se alargarmos o período até 1981, ano de maior volume de comércio com o continente africano dentro do período estudado, as exportações, que eram de US\$ 90,4 milhões em 1972, ascende-

ram a US\$ 1,9 bilhões correspondendo a um aumento de 2.100%. No que toca às importações, elas subiram, no mesmo período, de US\$ 152,9 milhões para quase US\$ 2 bilhões, registrando um crescimento de 1.300%. A África passou a representar cerca de 9% de todo o comércio brasileiro com o exterior, enquanto em 1972 não ultrapassava 3%. (12)

Os produtos manufaturados, que em 1975 constituíam 42,86% do total brasileiro exportado para a África, passaram em 1984 para 88,6%, indo de frigoríficos e caminhões a carros blindados e aviões militares, tendo como contrapartida, essencialmente, o petróleo. (13)

A partir do governo Geisel, e estendendo-se ao governo Figueiredo (1979-1985), a África assume um lugar importante na política externa brasileira, chegando a ser considerada a segunda prioridade do país, logo após a América Latina. Foram abertas oito novas embaixadas residentes brasileiras no continente, sendo cinco delas na África Austral, totalizando 22 (atualmente 23, com a da Namíbia, em 1991). Seis chefes de Estado africanos visitaram o Brasil e o presidente Figueiredo realizou a primeira viagem de um chefe de Estado brasileiro ao continente africano (mais tarde, o presidente Sarney também visitou o continente e vários presidentes africanos vieram ao Brasil). Inúmeras missões governamentais africanas acertaram acordos de cooperação técnica e cultural com o nosso governo e o número de bolsistas africanos nas universidades brasileiras aumentou para cerca de seis centenas, enquanto mais de 400 brasileiros, grande parte deles proveniente do exílio na Europa, trabalharam como cooperantes nos países africanos de língua oficial portuguesa, sobre

tudo em Moçambique e Guiné-Bissau.

No quadro dessa aproximação, dezenas de empresas brasileiras se engajaram no comércio com os países africanos e, sobretudo, empresas de consultoria e construtoras como Mendes Junior, Ecisa e Norberto Odebrecht executaram obras de construção civil, estradas e uma grande barragem, como é o caso da Odebrecht em Angola, com a hidrelétrica de Capanda, hoje o projeto brasileiro de maior vulto no exterior, num valor de cerca de US\$ 1,2 bilhão.

No período 1982-1983, as relações comerciais entre o Brasil e os países africanos caíram de valor, refletindo a crise econômica que atingiu os dois lados do Atlântico, mas a partir de 1984 voltaram a crescer.

No início do governo Sarney (1986-1989), cujo primeiro ano está dentro do período de estudo deste trabalho, a política africana do Brasil passou a concentrar seus esforços nos países de língua portuguesa, sobretudo Angola e Moçambique, e na África Austral, onde participa como observador da principal organização da região, que é a Southern Africa Development Coordination Conference (SADCC).

Essa introdução resumida da política africana do Brasil serve como referência para verificarmos qual a influência que ela exerceu, no período, sobre as atividades do CEAA e seus estudos africanos.

Nos seus primeiros três anos de existência (1973-1975), os estudos africanos no CEAA foram essencialmente voltados para questões relacionadas com o colonialismo, o

apartheid, a descolonização, bem como para o acompanhamento dos acontecimentos que ocorriam nas colônias portuguesas. Nessas colônias, esses três anos corresponderam a três fases distintas: em 1973, ainda vigorava nelas a luta armada contra o exército colonial; em 1974, com a Revolução dos Cravos, dá-se o cessar-fogo e a transição para a independência (exceto na Guiné-Bissau, que teve sua soberania reconhecida pela ONU em 1974); em 1975, ocorre as independências de Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Angola.

Os acontecimentos na África e a implantação de uma nova política africana no Brasil influenciaram diretamente os primeiros textos mimeografados editados pelo CEAA. Neles, os autores tinham a preocupação de informar os estudantes dos cursos de extensão do Centro e à imprensa sobre o que ocorria nas colônias portuguesas. Pretendia-se também contribuir para o início de uma cooperação com a já independente Guiné-Bissau e acarretar, na luta entre os movimentos nacionalistas em Angola, o apoio brasileiro - oficial e da sociedade - para o MPLA, que, no dizer do prefácio de um desses textos, "Introdução a Angola", "foi o único movimento angolano a procurar o apoio brasileiro desde o início da luta nacionalista, propugnando o estabelecimento de laços especiais de Angola com o nosso país". O texto menciona também que "a defesa de um patrimônio lingüístico e cultural comum, a construção de uma sociedade de convívio racial fraterno (...) são pontos de convergência entre o Brasil e uma Angola prospectada pelo MPLA". (14)

Entre outros textos editados nessa época destacamos "Introdução a Guiné-Bissau", "Angola, uma economia colo

nial", "A especificidade da diferença entre a formação social africana e a formação social latino-americana", "Descolonização: Gana e Senegal", com tiragens de cerca de 200 exemplares.

A política africana do Brasil influenciou outras atividades do CEAA. Por solicitação de autoridades de Brasília, Candido Mendes enviou, em outubro de 1974, José Maria Nunes Pereira, vice-diretor do CEAA (de agora em diante VD) aos países africanos de língua portuguesa, que estavam em processo de transição, e para a Guiné-Bissau. O propósito da viagem a Guiné-Bissau era o de iniciar um programa de cooperação técnico-educacional entre esse país e o Conjunto Universitário Candido Mendes. O CEAA havia, pouco antes, enviado ao governo guineense 1.300 livros brasileiros.

Após a visita do VD do CEAA seguiu-se outra, em 1975, de dois técnicos em educação que junto com o VD, e após um trabalho de campo, elaboraram, em conjunto com o ministro da Educação guineense, Mário Cabral, quatro projetos de cooperação para os quais o governo da Guiné solicitaria a ajuda governamental brasileira (estes projetos estão presentes nos anexos desta dissertação). O CEAA, por sua vez, participou ativamente da preparação da vinda ao Brasil, em março de 1976, de uma delegação guineense encabeçada pelos ministros de Estado José Araujo e Fidelis Cabral d'Almada, antigo bolsista do governo brasileiro a que já nos referimos.

Resumindo a situação, os projetos mencionados acabaram não sendo considerados nas negociações entre os dois países, por abstinência brasileira, e, portanto, não chega-

ram a realizar-se, quando já tinham o aval da antiga Secretaria do Planejamento do governo brasileiro.

O CEAA ainda pretendeu, nos anos seguintes, levar a cabo projetos de cooperação na área técnico-educacional nos cinco países de língua portuguesa, através do financiamento do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), desde que por solicitação do Itamaraty. Essa solicitação jamais foi feita, embora os projetos fossem demandados, através do CEAA, pelos governos africanos interessados.

Com isso o CEAA foi levado a abandonar tal tipo de cooperação - em que desempenhava o papel de agente intermediador, participando também com recursos próprios captados em fontes internacionais. Limitou-se, nos anos posteriores, a preparar brasileiros que iam trabalhar nesses países como cooperantes, ministrando-lhes cursos intensivos sobre as realidades com que iam lidar. Foi a época do que chamávamos de "cooperação silenciosa".

Estendendo a análise da influência da política africana do governo brasileiro sobre a produção do CEAA, temos a salientar que, a partir de 1983, surge finalmente um financiamento de uma agência governamental brasileira - após o Centro ter recebido, em 1980, uma doação substantiva da Fundação Ford para o estudo das relações do Brasil com a África. Essa agência foi a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que encomendou ao CEAA a elaboração de perfis e a análise dos planos de desenvolvimento de países africanos, o que envolveu viagens de dois pesquisadores do CEAA à África para trabalho de campo. Entre 1983 e 1986, dez países fo

ram estudados - Angola, Argélia, Camarões, Congo, Egito, Gabão, Moçambique, Quênia, Zaire e Zimbábue. Durante o ano de 1985, a Finep financiou a edição de dez números do boletim mensal Conjuntura Africana, destinado a empresários e executivos, que não prosseguiu por falta de continuidade no financiamento. O CEAA, através de iniciativa de seus pesquisadores, e como forma de contribuir para as relações econômicas do Brasil com a África, além de captar recursos financeiros indispensáveis, prestou consultorias a várias empresas privadas e estatais.

Concluindo, parece-nos indubitável que, no período estudado (1973-1986), o incremento das relações político-econômicas do Brasil com a África proporcionou um desenvolvimento dos estudos africanos no CEAA. Isso se refletiu na produção de textos introdutórios, nas atividades de cooperação e de consultoria, em artigos de atualidade editados por Conjuntura Africana ou publicados em outros veículos e, sobretudo, nos relatórios, apresentados em forma de artigos, de pesquisas sobre as relações do Brasil com a África. Essa linha de pesquisa, iniciada em 1979, foi a mais importante, do ponto de vista acadêmico, desenvolvida pelo CEAA (e que ficaram a cargo de três pesquisadores: Jacques D'Adesky, João Luís Ribeiro Fragoso e José Maria Nunes Pereira).⁽¹⁵⁾

5.3 - A correlação entre os acontecimentos em África e a produção teórica do CEAA

O objetivo desta seção é analisar a produção teóri

ca do CEAA (textos, artigos, programas de cursos de extensão universitária e seminários) e relacionar seu conteúdo com o elenco de questões que nessa época eram privilegiadas na África, sobretudo na África Austral e nos países africanos de língua oficial portuguesa, áreas prioritárias para o CEAA no período estudado.

Por outras palavras, pretendemos identificar quais os temas que, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista da prática política, estavam sendo privilegiados na bibliografia africana ou defrontados, no campo político, pela Organização da Unidade Africana, por outros foros regionais, pelos governos e pelos movimentos de libertação. Tendo isso em mente, tentaremos verificar se o CEAA esteve, nas suas fases principais, sintonizado com esses problemas.

Desde logo, é preciso atentar para dois fatos. O primeiro é que ao ser criado em 1973 o CEAA se debruça, com alguma defasagem no tempo, sobre questões africanas que eram prioritárias nos anos 50 e 60 - ou até antes - mas que não o eram mais nos meados da década de 1970.

O segundo fato é que essa defasagem do CEAA era, se não proposital, pelo menos inescapável, pois que tanto a universidade quanto a sociedade brasileiras estavam bastante desinformadas sobre a África e necessitavam compreender, desde o início, essas questões. Por outro lado, na África Austral, ainda sob o "poder branco", e nas colônias portuguesas, pouco depois tornadas independentes, questões como colonialismo, racismo, apartheid, movimentos de libertação e partido único, bem como ideologias políticas como pan-africanisis

mo, negritude e socialismo africano ainda eram pertinentes e motivos de amplos debates. Contudo, o CEAA foi mudando seus alvos e enfoques não somente à medida que a África os mudava, mas também como resultado de seu próprio amadurecimento. Nesse sentido, é útil dar uma visão prévia e breve da evolução institucional do CEAA.

Dentro do período estudado, o CEAA passou por duas fases mais marcantes, havendo entre elas um período de transição.

A primeira fase vai desde a fundação, em janeiro de 1973, até o lançamento do primeiro número de Estudos Afro-Asiáticos, em 1978, quando inicia uma fase de transição só concluída em 1980.

A partir daí, começa a segunda fase, que tem como marco inicial a assinatura de convênio com a Fundação Ford para o desenvolvimento do programa "Relações do Brasil com a África, seu impacto na sociedade brasileira, em geral, e na comunidade negra, em particular". Esse programa possibilitou ao Centro contratar pesquisadores em fase de pós-graduação ou já titulados, na área das ciências humanas; criar o Departamento de Estudos Afro-Brasileiros; consolidar a edição da revista semestralmente; e desenvolver a linha de pesquisa das relações do Brasil com a África, além de outros projetos.

Na sua primeira fase, o CEAA dispunha de recursos humanos muito escassos, com uma equipe composta apenas pelo Vice-Diretor e por um pequeno grupo de estagiários. Entre 1975 e 1979, foram recrutados, de modo ainda precário, pes-

quisadores africanos, como Thienno Gueye, sociólogo senegalês; João Carneiro, jornalista angolado; e Victor Vockerodt, sul-africano exilado, com formação na área de educação na Suíça, mas com experiência norte-americana em documentação e informação sobre África.

É nessa fase que tem início, então, a organização do setor de documentação, com a catalogação dos livros da biblioteca e a sistematização do arquivo de textos, documentos e recortes de jornais nacionais e estrangeiros (até hoje um dos pontos fortes do CEAA), assim como o intercâmbio com instituições estrangeiras similares.

Em 1979, Jacques d'Adesky, economista belga de origem ruandense que trabalhava na República Centro-Africana como técnico do PNUD, é incorporado à equipe. D'Adesky desempenhou um trabalho extremamente importante na segunda fase do CEAA, primeiro como pesquisador e, a partir de 1983, como vice-diretor administrativo e responsável pelo Departamento de Estudos Afro-Brasileiros.

A primeira fase do CEAA, pelo menos durante os primeiros três anos iniciais (1973-1975), pode ser chamada de "terceiro-mundista". Queremos com essa expressão salientar que, nesses anos, predominava no CEAA a difusão de informações relacionadas à África (textos, cursos de extensão) sobre a produção de um conhecimento original. Mais ainda: essas informações provinham, em grande parte (sobretudo no caso de África Austral e dos movimentos de libertação), de fontes não-acadêmicas, como os documentos de organizações políticas ou o testemunho político dos principais líderes africa

nos. A transmissão dessas informações para o público - especialmente nos primeiros textos de introdução - assumia, por vezes, um caráter de proselitismo pela causa terceiro-mundista e uma expressão de solidariedade de latino-americanos para com o mundo afro-asiático.

Examinando a produção dessa primeira fase através dos textos introdutórios mimeografados, dos cursos de extensão universitária e dos artigos de autoria dos pesquisadores publicados nos dois primeiros números de Estudos Afro-Asiáticos, editados nessa fase (1978), encontramos alguns temas aos quais faremos breve referência.

A temática colonialismo-racismo x apartheid e descolonização está presente em três cursos ("Sociologia da descolonização", "Colonialismo, racismo, descolonização" e "Sociologia das relações raciais na África Austral"), três artigos ("As raízes do apartheid", "África do Sul e a estratégia do Oceano Índico" e "Colonialismo, racismo e descolonização"). Em termos regionais, predominava a África Austral, com destaque para Angola e para a África do Sul.

O binômio colonialismo-racismo é analisado na perspectiva de cinco autores principais - Frantz Fanon, Kwame N'Krumah, Albert Memmi, Aimé Césaire e Amílcar Cabral. Do ponto de vista de integração desse binômio a um quadro histórico e teórico mais amplo, os autores mais influentes parecem ter sido Cathérine Coquery-Vidrovitch, Gérard Leclerc (especialmente na relação antropologia-colonialismo) e Samir Amin.

A questão do apartheid é tratada por Pereira no ar

tigo de José Maria Nunes "As raízes do apartheid", dentro de um contexto histórico em que a chave explicativa para a articulação do desenvolvimento do capitalismo na África do Sul com o apartheid é encontrada sobretudo em Serge Thion (Le pouvoir pâle). No texto de Vockerodt "A África do Sul e a estratégia do Oceano Índico", o tema é tratado no âmbito das relações internacionais, relacionando o papel da África do Sul na estratégia de defesa do Ocidente nessa área, além do papel que ela já representa na rota do Cabo.

O fenômeno da descolonização e das ideologias políticas africanas que a impulsionaram tem como principais fontes teóricas N'Krumah e Padmore (pan-africanismo), Césaire e Senghor (negritude e socialismo africano). Essas últimas duas ideologias são criticadas através de três principais autores: Adoteví, Fanon e Cabral. A sistematização do tema da descolonização e de suas ideologias políticas é substancialmente influenciada por quatro autores: Chesnaux, Grimal, Benot e Decraene.

Embora esses temas não fossem predominantes na senda temática africana dos anos 70, eles tiveram nessa década trabalhos inovadores de autores como Coquery-Vidrovitch, Lelerc e Meillassoux. A partir de 1976, os pesquisadores do CEAA assimilaram a crítica ao romantismo terceiro-mundista, feita por Gérard Chaliand em Mitos revolucionários do Terceiro Mundo.

Na produção teórica da segunda fase do CEAA (1980-1986), destaca-se a linha de pesquisa sobre a política externa do Brasil e as relações com a África. Iniciada em 1979,

ela foi desenvolvida até 1986 e teve o essencial de seus resultados traduzido em dez artigos, elaborados por Jacques D'Adeski (quatro artigos), João Luís Ribeiro Fragoso (dois) e José Maria Nunes Pereira (quatro) e publicados em Estudos Afro-Asiáticos e mais quatro revistas, três das quais estrangeiras.

Paralelamente a essa produção interna, o CEAA continuou a acolher em sua publicação a contribuição teórica de renomados especialistas estrangeiros em política externa brasileira, como Wayne Selcher, U. Joy Ogwo, R. A. Akindele, Guy Martinière e Nilda Beatriz Anglarill.

A linha de pesquisa que o CEAA passou a desenvolver em sua segunda fase correspondia a três preocupações básicas. A primeira era com o novo papel que o Brasil poderia vir a ter no cenário internacional e, em função disso, perscrutar qual sua capacidade de cooperar, em vários níveis, com os países africanos. A segunda era testar, pela prática brasileiro-africana, quais os benefícios e os limites de uma cooperação Sul-Sul. E a terceira era introduzir nos estudos africanos do CEAA a abordagem das relações internacionais.

O primeiro trabalho resultante dessa linha de pesquisa foi de autoria de Jacques D'Adeski, "Intercâmbio Brasil-África (1958-1977): problemas e perspectivas". Nele são quantificados os dados comerciais desse intercâmbio, que já apresentava na época extraordinário crescimento ainda não percebido pelo público, e sublinhada a importância dessas relações numa perspectiva Sul-Sul. Ao mesmo tempo, identifica-se alguns problemas que poderiam entrar essas relações,

tais como a falta de apoio financeiro e um desequilíbrio nas trocas entre os dois lados do Atlântico.

Para melhor compreender as relações do Brasil com a África, João Luís Ribeiro Fragoso incide sua pesquisa sobre a política externa brasileira desde os anos 50 até suas reformulações nos anos 70. Em dois artigos: "As reformulações da política externa brasileira nos anos 70" e "Notas sobre a política externa brasileira dos anos 50-70", o autor adverte que a virada brasileira para a África está integrada numa nova estratégia de inserção do Brasil no cenário internacional e só a partir dessa perspectiva é que ela pode ser estudada. Ele considera insatisfatória a caracterização da política africana do Brasil como mercantilista. Segundo Fragoso, essa política faz parte de uma estratégia mais global em que a utilização das relações Sul-Sul constitui uma das formas de renegociação da dependência brasileira, quando o país abandona o alinhamento automático com os Estados Unidos e incrementa as relações com outras matrizes do capitalismo, como Alemanha e Japão.

Fragoso retoma o fio condutor da política externa brasileira, cujo eixo, expresso por Araújo Castro desde o início dos anos 60, era a não-aceitação pelo Brasil do congelamento mundial do poder, provocado pelas superpotências desde o pós-guerra de 1945 e que inibe quase completamente o acesso de países emergentes a um novo patamar internacional.

Essas preocupações são partilhadas, em outro nível, por D'Adesky em "As relações econômicas Brasil-África no contexto das relações internacionais", onde ele reconhece

que as relações Brasil-África, embora tenham já demonstrado a viabilidade das relações Sul-Sul, não significam uma nova partilha do mercado internacional. Tanto o Brasil quanto os países africanos atuam num cenário de extroversão e dependência e, portanto, continuam em estado de subordinação econômica aos países desenvolvidos. Em suma, as relações entre eles obedecem a regras que o mercado, dominado pelo Norte, lhes impõe.

No entanto, D'Adesky considera as relações Sul-Sul componente indispensável a uma nova ordem internacional e apresenta, como exemplo típico de triangulação econômica exclusivamente no âmbito do Sul, a exploração do carvão moçambicano, que poderia ser explorado com a tecnologia brasileira e capitais árabes.

Em José Maria N. Pereira, o terceiro participante da referida linha de pesquisa, o estudo das relações do Brasil com a África tem duas características marcantes.

A primeira é que ele situa essas relações num quadro histórico bem amplo, desde o tráfico escravo, inferindo daí identidades e similitudes de história, cultura e, por vezes, até a língua que aproximam o Brasil dos países africanos.

A segunda característica é que ele procura analisar essas relações também do ponto de vista africano, através da referência a autores do continente e de depoimentos de africanos envolvidos diretamente nessas relações.

No seu artigo "Relações Brasil-África, problemas e

perspectivas", Pereira sublinha que a África está tentando, ao procurar alternativas complementares no Sul, em especial com o Brasil e a Índia (esta sobretudo no caso dos países africanos da costa do Índico), renegociar sua dependência face às ex-metrópoles. Além do conjunto de identidades já referido, interessa aos africanos, em especial, duas vantagens comparativas. A primeira é o domínio pelo Brasil de uma tecnologia de tipo intermediário, dita "tropicalizada". A segunda se relaciona com o fato de o Brasil propor soluções para determinado tipo de problema normalmente já experimentadas em regiões e situações brasileiras bem semelhantes às do país africano em causa.

A essas vantagens podem ser acrescentados a facilidade de contrapartidas comerciais para o intercâmbio - o petróleo, na maior parte das vezes - e o fato de os africanos poderem ter maior poder de barganha do que nas suas relações comerciais com os países desenvolvidos.

Apesar disso, são muitas as dificuldades encontradas nas relações Brasil-África. Além dos problemas de ordem financeira, um dos primeiros obstáculos a superar é o desconhecimento mútuo que brasileiros e africanos têm de realidades comezinhas de cada um. Os centros de estudos africanos do Brasil poderiam ser muito mais acionados por organismos governamentais e empresas privadas para fornecer informações e análises que seriam de extrema utilidade nas tratativas comerciais. Além disso, certamente diminuiria o paradoxo de o Brasil, embora sendo um país com fortíssima influência africana, muito pouco conhecer do continente que serviu como uma das matrizes de sua formação histórica e social.

O programa "Relações do Brasil com a África, seu impacto na sociedade brasileira, em geral, e na comunidade negra, em particular", envolveu também a realização de inúmeras reuniões de trabalho com especialistas de fora do CEAA e uma série de seminários internacionais realizados entre 1980 e 1983 que foram fundamentais para o amadurecimento dessa linha de pesquisa.

Essa série de seminários, muito expressiva dentro do panorama universitário brasileiro da época, acarretou algumas significativas vantagens para o CEAA e, de certa forma, para o africanismo brasileiro.

De um lado, possibilitou o estabelecimento de diálogo direto entre brasileiros - e demais latino-americanos convidados - e especialistas africanos provenientes de cerca de duas dezenas de países, com ampla gama de funções e cargos: professores universitários, ministros e secretários de Estado, dirigentes e executivos de organismos nacionais e regionais do continente. Além dos africanos, participaram desses seminários especialistas estrangeiros em política externa brasileira, cujo diálogo com os pesquisadores do CEAA foi frutificante.

Por outro lado, foi importante o esforço que esses seminários trouxeram para o incremento no CEAA do estudo das relações internacionais da África. Essa vertente vinha se consolidando também com a participação do Centro, desde 1980, nas reuniões do Grupo de Relações Internacionais e Política Externa realizadas no seio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).

Outro resultado positivo foi o contato direto que esses eventos proporcionaram entre os seus participantes, sobretudo os africanos, e membros dos movimentos negros brasileiros, que, como já referimos, sempre foram um dos públicos-alvo e, por que não dizer, parceiros nas atividades do CEAA.

Essa série de eventos internacionais foi iniciada, em maio de 1980, com o 19 Seminário sobre Racismo e o Apartheid na África Austral, que teve os auspícios do Comitê Anti-Apartheid das Nações Unidas. Esse encontro, do qual o CEAA foi o principal organizador, teve um formato ainda não muito distante do espírito terceiro-mundista que marcou os primeiros anos do Centro.

Realizado logo após a independência do Zimbábue, o seminário refletiu uma afinação do Centro com as preocupações dominantes na África Austral, onde as ações de solidariedade dos países da Linha de Frente se deslocaram prioritariamente, após o fim do regime racista rodesiano, para o apartheid e para a ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul.

Em 1981, entre 4 e 7 de agosto, o CEAA realizou o 19 Seminário Internacional Brasil-África, com a participação de instituições latino-americanas e africanas, membros do Itamaraty e de organizações internacionais e representantes de instituições ligadas aos movimentos negros. Dentro de um quadro de preocupações muito presentes na África da época - as relações Sul-Sul -, nele predominaram os temas "perspectivas para a América Latina e África do diálogo Norte-Sul",

"cooperação em diversos níveis entre os dois continentes" e "análise crítica e perspectivas das relações do Brasil com os países africanos".

Os dois últimos eventos de ampla repercussão que o CEAA organizou no período estudado foram realizados simultaneamente entre 1 e 5 de agosto de 1983: o 3º Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos (ALADAA) e o 1º Colóquio da Afro-Latinidade.

O 3º Congresso da Aladaa foi, em certa medida, um reconhecimento do avanço institucional do africanismo brasileiro, pela primeira vez posto em amplo diálogo com outros africanistas latino-americanos, além de com especialistas provenientes da África. O Congresso, além dos temas específicos, teve um elevado número de sessões dedicadas aos estudos afro-brasileiros e afro-americanos.

Já o 1º Encontro da Afro-Latinidade em grande medida constituiu um aprofundamento da temática do encontro anterior Brasil-África, refletindo ainda as questões da industrialização na África, explicitada no criticado Plano de Lagos. Nesse contexto, a marca mais saliente no Encontro da Afro-Latinidade - e que, de certa forma, extrapolou seu objetivo inicial, mais limitado - foi um conjunto específico de sessões dedicadas a uma das preocupações do CEAA nas suas relações com a África, a CTPD, a cooperação técnica entre países em desenvolvimento, cujas conclusões foram expressas num relatório de recomendações - "Promoção de cooperação industrial entre países e organizações latino-americanas e africanas - publicado em Estudos Afro-Asiáticos nº 10.

Essas sessões contaram com a participação de uma delegação oficial da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido) que incluía representantes de 11 países africanos e de alguns organismos regionais do continente. Entre os representantes brasileiros estavam chefes de departamentos do Itamaraty e dirigentes da Finep, CNPq e outras instituições brasileiras com atividades de CTPD.

Após 1983, o CEAA passou a desenvolver, com o apoio financeiro da Finep, uma linha de pesquisa aplicada incidindo sobre planos de desenvolvimento de países africanos. Foram realizados, dentro desse programa, dois seminários com empresários e executivos, que, além de constituírem uma relação profícua entre universidade e empresa, contribuíram para que os pesquisadores do CEAA olhassem para o continente com um enfoque não apenas acadêmico. Além do voltado para questões econômicas, esse trabalho envolvia questões como estrutura de poder, tipos de cultura política e administrativa, processos de tomada de decisões etc.

5.4 - As relações do CEAA com a sociedade brasileira em geral e com a comunidade negra em particular

Em termos gerais, a relação do CEAA com a sociedade brasileira variou não apenas de acordo com as diversas conjunturas políticas nacionais no decorrer do período estudado mas também com as fases de desenvolvimento institucio-

nal pelas quais passou o CEAA.

De um modo geral, porém, essa relação foi sempre marcada por alguns fatores básicos que fazem parte da cultura institucional própria do Conjunto Universitário Candido Mendes e, mais especificamente, de seu presidente (reitor), professor Dr. Candido Mendes, que gerando um modelo de instituição possivelmente bem diferente de todos os outros centros de estudos africanos que conhecemos. Vem daí a necessidade de, previamente ao estudo da relação : CEAA-sociedade geral-comunidade negra, traçar um esboço de seu funcionamento, de seus objetivos, de suas modificações essenciais.

O CEAA faz parte de uma instituição privada de ensino superior e está diretamente ligado ao presidente dessa instituição, que é, ao mesmo tempo, o seu diretor. O professor Candido Mendes, por sua vez, delega ampla autonomia à Vice-Direção Executiva do Centro e partilha com ela, e toda a equipe, um projeto que, como referimos anteriormente, tem sua raiz no extinto Instituto Brasileiro de Estudo Afro-Asiático (Ibeaa), que Candido Mendes ajudou a criar e dirigiu no início dos anos 60.

Em consequência desse primeiro fato - de o CEAA ser uma instituição privada ligada diretamente à reitoria e gozar de ampla autonomia -, ele é naturalmente dotado de grande flexibilidade operacional, de rápido poder de decisão, que constitui, indubitavelmente, uma vantagem na execução de seu projeto.

O segundo fato que contribui para compreender a trajetória do CEAA se prende à vocação do Conjunto Universi-

tário Candido Mendes - e de seu presidente - de manter uma relação aberta com a comunidade e de dar uma dedicação à pesquisa para além dos limites normalmente alcançados por uma instituição privada de ensino.

A abertura para a sociedade - melhor dizendo, para a comunidade - pode ser avaliada utilizando rapidamente três indicadores:

- a) sua grande e diversificada atuação na área de extensão universitária e de cultura - patente nos numerosos e variados cursos e nos dois centros culturais, que envolvem atividades normalmente marcadas por uma linha de vanguarda, quer se trate de cinema, pintura, teatro ou vídeo, além dos importantes ciclos de conferências realizados;
- b) a manutenção de cerca de meia dúzia de centros de pesquisas, dos quais o de maior expressão é o Iuperj; e
- c) a assistência jurídica gratuita prestada à população carente pelas suas Faculdades de Direito e a tradição de pertinaz defesa dos direitos humanos.

Essa vocação de servir à comunidade foi plenamente assumida pelo CEAA e tem sido exercida em vários setores da sociedade, estendendo-se desde a orientação e apoio bibliográficos a secundaristas, universitários e pesquisadores de todas as camadas sociais, até serviços de consultoria a

meios de comunicação social, Igreja Católica, estabelecimentos militares de ensino superior e, cada vez mais freqüentemente, a órgãos governamentais, autarquias e empresas privadas.

A atuação a serviço da comunidade negra, através do amplo leque de suas instituições, bem como de organismos e centros ligados aos estudos afro-brasileiros constitui, por si só, um capítulo à parte na história do Centro.

Já referimos anteriormente à vocação internacionalista ecumênica do reitor Candido Mendes. Cabe aqui somente referenciar que sua já antiga experiência africana e os cargos que ocupa ligados ao Vaticano e à Unesco propiciaram o trânsito que o CEAA tem na área internacional, sobretudo no mundo afro-asiático.

É de salientar, no entanto, que a participação de africanos, e de brasileiros com profundas ligações com a África, na equipe do CEAA aumentou o potencial e elevou o nível de diálogo com esse continente e proporcionou a criação de uma rede de estreitas ligações pessoais e institucionais que amplia a capacidade de operação e intermediação do CEAA. Deve ser lembrado também que a atividade de "caráter terceiro-mundista" de sua primeira fase, traduzida por uma solidariedade à África que poderia ser considerada como militante, acarretou para o Centro um papel, que exerce ainda hoje, de interlocutor privilegiado não só nos países africanos de língua oficial portuguesa como em outros países africanos.

As relações do CEAA com a comunidade podem ser brevemente referidas através de sua atuação com cinco setores:

- a) com as faculdades, os estudantes e professores;
- b) com os meios de comunicação social;
- c) com a Igreja Católica;
- d) com os estabelecimentos militares de ensino superior;
- e) com as instituições ligadas à pesquisa e à cooperação e com as empresa privadas.

Por breve que seja, uma referência às relações do CEAA com a comunidade não pode deixar de ser precedida de ligeiro exame das conjunturas políticas vividas pela sociedade brasileira no período estudado (1973-1986), sobretudo na primeira fase do CEAA, ocorrida sob o regime autoritário até a abertura política em 1979.

Essa fase do CEAA, que caracterizamos como terceiro-mundista, corresponde a um período de asfixia política muito sentida no meio universitário. É nesse contexto que o CEAA, usufruindo do prestígio e da posição política de Candi do Mendes, que se traduzia num clima de ampla liberdade interna, ministrava seus cursos sobre África, Ásia e Oriente Médio, em que o pano de fundo eram as guerrilhas dos movimentos de libertação e os atores eram do quilate de um Frantz Fanon, cujo livro Os condenados da terra era proibido de circular pela censura.

A especificidade do CEAA nessa época ajuda a com-

preender porque seus cursos (ver ANEXO II) tinham, apesar de pagos, frequência numerosa de universitários e profissionais que aí encontravam a oportunidade de escutar e debater as lutas de um mundo com o qual eram solidários e cujos problemas tinham relação com os seus.

Esse tipo de "escudo de proteção" que o Conjunto Universitário Candido Mendes proporcionava igualmente vai ajudar a compreender porque largas dezenas de universitários e profissionais negros passavam a se reunir no CEAA, aos sábados, a partir de abril de 1974. Dessas reuniões foram surgindo organizações como a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN).

O papel que o CEAA teve na imprensa dita "alternativa" deveu-se muito à documentação bastante atualizada sobre África, além de à prática jornalística de alguns pesquisadores do Centro colaboradores dos semanários Opinião e Movimento.

A participação de Candido Mendes como membro da Comissão de Justiça e Paz do Vaticano e como presidente da seção brasileira dessa instituição levou o CEAA a estabelecer relações com a Igreja Católica, em especial com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o objetivo de assessorá-la nos assuntos africanos.

Os estabelecimentos militares de ensino superior, que sempre deram muita atenção, nos seus cursos, às transformações ocorridas no continente africano, também foram demandantes do CEAA, em particular na realização de palestras e

no fornecimento de documentação especializada.

As atividades de consultoria a órgãos públicos ligados à cooperação com a África, como o CNPq e a Finep, foram desenvolvidas desde cedo. Nelas tiveram participação importante os pesquisadores africanos do Centro.

NOTAS DO CAPÍTULO 5. ESTUDO DE CASO: O CEEA (1973-1986)

- (1) AZEVEDO, Thales de. Décimo aniversário do CEEA. Afro-Ásia, Salvador, (8-9) : 137-141, 1969, pp. 137-8.
- (2) MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. A ... informação científica no plano das relações entre o Brasil e a África como fator de desenvolvimento dos estudos africanos. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (8-9) : 67-73, 1982, p. 69.
- (3) Vide sobre o IBEEA, - BELTRÃO, Luís. O africanismo brasileiro, op. cit., p. 90. Além do referido livro de Cândido Mendes - Nacionalismo e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1963 -, outras publicações africanistas foram editadas: CASTRO, Moacir Werneck de. Dois caminhos da revolução africana (1962); Bibliografia Afro-Asiática (1962); PEREIRA, J. Soares. Terceiro mundo; unidade e emergência (1962); AKCELRUD, Isaac. Novos profetas do médio oriente (1962); MENDES, Cândido et alii. Senhor em diálogo (1965); CHACON, Vamireh. A revolução no trópico (1962); além de Introdução à história da África (Maria Y. Linhares) e A aurora africana (José Honório Rodrigues).
- (4) PORTELLA, Eduardo. África; colonos e cúmplices. Rio de Janeiro, Prado, s/d.

- (5) CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS. Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade de Bahia. Afro-Ásia, Salvador, (1) : 125-8, 1965, pp. 127-8.
- (6) CASTRO, Guilherme Souza. Alocução. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (6-7) : 166-167, 1982, p. 167.
- (7) AZEVEDO, Thales. Décimo aniversário do CEAO, op. cit., p. 140.
- (8) CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS. Centro de Estudos Africanos; relatório de atividades 1984-1985. São Paulo, FFLCH, USP, s.d., pp. 3-4.
- (9) MOURÃO, Fernando A. A. A informação científica..., op. cit., p. 69.
- (10) BOLETIM ALADAA. México, D.F., n. 1, DIC. 1977, passim; COLÓQUIO DE AFRO-LATINIDADE, 1, Rio de Janeiro, 1-5 de agosto de 1983. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALADAA, 3, Rio de Janeiro, 1-5 de agosto de 1983. Anais..., s.d., ALADAA, Rio de Janeiro, CEAA, 1983, passim.
- (11) PEREIRA, José Maria Nunes. Relações Brasil-África; problemas e perspectivas. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (6/7):212-224, p. 218.
- (12) Idem, Brasil-África no governo Figueiredo; um balanço, op. cit. p. 84.
- (13) Idem, ib., p. 89.
- (14) CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. Introdução a Angola. Rio de Janeiro, 1975, p. 4.

(15) Ver ANEXO I, item 1.

6. CONCLUSÕES

Face aos diversos aspectos em que se desdobrou a pesquisa, assim como às questões contidas na hipótese de trabalho, sintetizadas na correspondência positiva entre o incremento das relações do Brasil com a África e o desenvolvimento dos estudos africanos em nosso país, podemos chegar a algumas conclusões.

Os estudos africanos no Brasil de caráter universitário - sobretudo os trabalhos acadêmicos, como dissertações e teses, a maior parte ainda inédita - atingiram bom nível de produção e alcançaram consolidação institucional que, malgrado o pequeno número de centros de estudos, pode ser avaliado por indicadores como:

- a) a longa existência dos três principais centros - o CEAO, o CEA e o CEAA -, todos com mais de 15 anos;
- b) o fato de os referidos centros manterem uma revista que reflete a produção desses estudos no país;
- c) a integração desses centros, de programas e cursos sobre África, e de um número já expressivo de pesquisadores africanistas em instituições nacionais, como a ALADAAB e a ANPOCS, ou continentais, como a ALADAA; e

d) a formação de massa crítica, produzida através do CEA.

Os estudos africanos no Brasil estiveram imbricados aos estudos afro-brasileiros desde o início do século, com o pioneiro Nina Rodrigues, e foram muito importantes para a definição da identidade nacional brasileira, que sempre passou pela questão racial. A separação entre estudos africanos e estudos afro-brasileiros só ficou mais nítida a partir da década de 1950, com o início da descolonização africana, quando surgem trabalhos que demonstram o interesse brasileiro pela África, só então objeto exclusivo do estudo.

Os estudos africanos, em geral, deram um salto de crescimento no Brasil com as independências africanas dos anos 60, bem como com aquelas ocorridas já na década de 1970, como foi o caso das ex-colônias portuguesas. O seu incremento também se realizou com o crescente estreitamento de relações do Brasil com os países africanos a partir dos meados dos anos 70.

Essa relação de proporcionalidade de crescimento não foi, contudo, tão marcadamente positiva como se poderia esperar. Analisando o grau de institucionalização desses estudos, através da criação de centros universitário, verificamos que, por um lado, os três centros mais importantes não foram criados em momentos de maior densidade das relações Brasil-África. Por outro lado, após a intensa reaproximação do Brasil com a África, iniciada em 1974, nenhum novo centro foi criado, com exceção do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade de Londrina, ainda a caminho da consolida-

ção acadêmica.

O breve estudo feito sobre os três principais centros indica que seus perfis institucionais são distintos, mas que, em grande medida, eles se complementam.

O formato institucional do CEAA - nosso estudo de caso - é sui generis, marcado por uma ligação direta com a reitoria, com delegação de poderes gerando ampla autonomia, flexibilidade administrativa e poder rápido de decisões. Possui ainda uma forte cultura institucional assumida por toda a equipe ao longo de sua trajetória.

O setor mais forte de sua estrutura parece ser o de documentação, não só no que se refere à biblioteca mas, sobretudo, ao arquivo de textos e documentos, onde sobressai a África Austral e os países de língua portuguesa. O ponto mais fraco é a pouca integração no conjunto universitário ao qual pertence, que não possui cursos em ciências sociais, que possibilitariam aos pesquisadores do CEAA a atividade docente.

A produção teórica do CEAA, expressa sobretudo em artigos, traduziu duas evoluções. A primeira, de caráter interno, indicando um amadurecimento institucional do Centro e de seu corpo de pesquisadores.

A segunda, espelhada no acompanhamento pelo Centro tanto da política africana do Brasil quanto da evolução da problemática africana privilegiada no continente, quer do ponto de vista teórico quer no aspecto político.

A N E X O I

PRODUÇÃO DE ESTUDOS AFRICANOS DE
PESQUISADORES DO CEAA (1973-1986).

1. Artigos de pesquisadores do CEAA publicados em Estudos Afro-Asiáticos.
 - 1.1-Revista n.1, jan./abr. 1978.
 - . PEREIRA, José Maria Nunes. As raízes do Apartheid.
 - . CARNEIRO, João. Literatura africana de expressão portuguesa; "mensagem e reafrikanização.
 - 1.2-Revista n.2, maio/ago. 1978.
 - . VOCKERODT, Victor. A África do Sul e a estratégia do Oceano Índico.
 - . PEREIRA, José Maria Nunes. Colonialismo, Racismo, Descolonização.
 - 1.3-Revista n.3, 1980.
 - . D'ADESKY, Jacques. Intercâmbio Comercial Brasil-África (1958-1977); problemas e perspectivas.
 - 1.4-Revista n.4, 1980.
 - . D'ADESKY, Jacques. Brasil-África; convergência para uma cooperação privilegiada.
 - . NASCIMENTO, Elimar. A concepção da educação em Moçambique; notas introdutórias.
 - 1.5-Revista n.5, 1981.
 - . GRUPO DE ESTUDOS SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO AFRICANO DO CEAA. Notas sobre o pensamento de Frantz Fanon.
 - . FRAGOSO, João Luís Ribeiro. As reformulações na política externa brasileira nos anos 70.
 - . BARBOSA, Maria Helena de Oliveira. Namíbia; histórico de uma crise e o imperativo da independência.
 - . FILHO, J. Monserrat. A militarização da África do Sul.
 - 1.6-Revista n.6-7, 1982.
 - . D'ADESKY, Jacques. Estado-Nação e pluralidade étnica na África Negra.
 - . D'ADESKY, Jacques. A questão das divisas e do financiamento nas relações Brasil-África.
 - . PEREIRA, José Maria Nunes. Relações Brasil-África; problemas e perspectivas.

1.7-Revista n.10, jun. 1984.

- . FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Notas sobre a política externa brasileira dos anos 50-70.
- . D'ADESKY, Jacques. Penetração brasileira na África Austral; perspectivas políticas e entraves econômicos.

1.8-Revista n.11, 1985.

- . D'ADESKY, Jacques. As relações econômicas Brasil-África no contexto das relações internacionais.

1.9-Revista n.13, mar. 1987.

- . PEREIRA, José Maria Nunes. Relações França-África; neocolonialismo e cooperação.

2. Artigos de pesquisadores do CEEA publicados em outras revistas.

- . D'ADESKY, Jacques. Le nouveau carnaval nègre au Brésil. Recherche Pédagogie et Culture, Paris, (64): 38-39, out./dez. 1983.
- . D'ADESKY, Jacques. As relações econômicas Brasil-África no contexto das relações internacionais. Política e Estratégia, São Paulo, 3 (4): 611-618, out./dez. 1985.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Relaciones Brasil-África; problemas y perspectivas. In: LA POLITICA INTERNACIONAL DE LOS AÑOS 80; uma perspectiva latinoamericana. Buenos Aires, Belgrano, 1982. 322p. p. 235-48. (Temas de Política Internacional).
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Las relaciones Brasil-África. Nueva Sociedad, Caracas, (60): 77-90, maio/jun. 1982.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. L'imperatif de la coopération Sud-Sud. Recherche Pédagogie et Culture, Paris, (64): 4-5, out./dez. 1983.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Brasil-África no governo Figueiredo; um balanço. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, 1 (2): 81-104, jul./dez. 1985.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Brasil-África do Sul; as palavras, os atos e o ouro. Brasil Perspectivas Internacionais, Rio de Janeiro, (14): 8-10, abr./jun. 1987.
- . SANTOS, Paulo Roberto dos. Centres d'études africaines au Brésil. Recherche Pédagogie et Culture, Paris, (64): 26-31, out./dez. 1983.

3. Textos de apoio a cursos do CEEA (edição mimeografada).

- . ALMEIDA, Fernando Lopes de. A especificidade da diferença entre a formação social africana e a formação social latino-americana, s.d. 23p.

- . ALMEIDA, Fernando Lopes de. Angola; uma economia colonial, 1974. 44p.
- . CARNEIRO, João. Literatura africana de expressão portuguesa; literatura são tomense, 1977.
- . CARNEIRO, João. Literatura africana de expressão portuguesa; Luandino Vieira, 1977. 4p.
- . CARNEIRO, João. Literatura africana de expressão portuguesa; acerca da literatura moçambicana, 1977. 4p.
- . CARNEIRO, João. Literatura africana de expressão portuguesa; uma perspectiva sobre as literaturas de Angola e de Moçambique, 1977. 3p.
- . CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. Documentação Afro-Brasil; documentos arquivados, s.d.. 66p.
- . CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. Dossier Guiné-Bissau, s.d.. 26p.
- . CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. Notas sobre o pensamento de Frantz Fanon; documento provisório, 1981. 5p.
- . CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. Introdução à Guiné-Bissau, 1975. 15p.
- . CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. Descolonização; Ghana e Senegal, 1973. 37p.
- . CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. Perfil sócio-econômico de Angola e Moçambique com ênfase nos setores de educação e saúde. 1979. 34p.
- . CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. Introdução a Angola. s.d. 36p.
- . CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES. Instituições Afro-Brasileiras; relatório 1, 1982. 55p.
- . CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES. Relatório de Atividades 1973, 1974. 6p.
- . CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, s.d.. 9p.
- . CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES. CEAA; quatro anos de atividades. 1977. 5p.
- . CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES. Relatório de Atividades 1974, 1975. 8p.
- . CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES. Conjunto Universitário Candido Mendes; Sociedade Brasileira de Instrução, s.d. 87p.
- . D'ADESKY, Jacques. Introdução à economia africana, s.d. 24p.
- . D'ADESKY, Jacques. Une analyse des relations économiques Brésil-Afrique Australe, 1982. 21p.
- . FAUSTINO, Manuel da Paixão Santos. Aspectos das religiões afro-brasileiras e psicoterapia, 1983. 19p.
- . FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Brasil-África (1964-66), s.d. 17p.

- . FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Algumas notas introdutórias sobre a situação alimentar em África - anos 70, s.d.. 23p.
- . FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Política externa e capitalismo no Brasil (1960-1980), 1982. 79p.
- . FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Notas sobre a indústria de máquinas agrícolas no Brasil e a agricultura africana: 1975-83, 1985. 35p.
- . NASCIMENTO, Elimar. A descoberta de Moçambique, 1980. 49p.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Costa Atlântica Africana; per fil sócio-econômico e cultural, 1973. 116p.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Pensamento Africano Contemporâneo, 1977. 6p.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Pensamento Africano Contemporâneo; descolonização, 1977. 3p.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Pensamento Africano Contemporâneo; biografia dos principais pensadores africanos; neocolonialismo, 1977. 9p.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Pensamento Africano Contemporâneo; as ideologias políticas panafricanismo e negritude, 1977. 4p.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Relações Brasil-África; um perfil, 1980. 7p.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos; perfil institucional e histórico, 1981. 7p.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Atlântico Sul, 1987. s.p.
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Descolonização, s.d. 31p.
- . RIOS, Maria Elena. Para uma nova história da África; colonização e descolonização, 1973. 31p.
- . SANTOS, Joel Rufino dos. Papel do negro na sociedade brasileira, 1983. 9p.
- . SANTOS, Joel Rufino dos. História do Negro Brasileiro, s.d.; 76p.
- . SANTOS, Joel Rufino dos. Saber do Negro, 1984. 201p.
- . SANTOS, Paulo Roberto dos. Centro de Estudos Africanos no Brasil, s.d.. 10p.
- . SANTOS, Paulo Roberto dos. Instituições Afro-Brasileiras, s.d. 180p.

4. Textos de Consultoria do CEEA.

- . D'ADESKY, Jacques. Analyse des plans de développement socio-economiques et des codes d'investissements du Cameroun, du Congo et du Gabon, CEEA, Finep, 1985. 42p. (mimeografado).

- . CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. Perfis sócio-econômicos de Angola, Camarões, Congo, Gabão e Moçambique. CEAA, Finep, 1984. 206p. (mimeografado).
- . PEREIRA, José Maria Nunes. Planos de desenvolvimento sócio-econômico de Angola e Moçambique. CEAA, Finep, 1984. 45p. (mimeografado).

A N E X O I I

CURSOS E SEMINÁRIOS REALIZADOS
PELO CEEA (1973-1986)

1. Cursos de extensão universitária, seus professores, época.
 - . Sociologia da descolonização, José Maria N. Pereira, 1ª sem., 1973.
 - . Introdução à África contemporânea, José Maria N. Pereira, 1ª sem., 1973.
 - . Problemas do Oriente Médio, Paulo de Castro, 2ª sem. 1973.
 - . Relações Raciais na África Austral, José Maria N. Pereira, 2ª sem., 1973.
 - . Pensamento Oriental, Murilo Nunes de Azevedo, 1ª sem., 1975.
 - . Pensamento político africano, José Maria N. Pereira, 1ª sem., 1975 e 2ª sem., 1977.
 - . Literatura africana de expressão portuguesa, João Carneiro, 1ª sem., 1976, 2ª sem., 1977 e 1ª sem., 1979.
 - . Pensamento Oriental II, Gustavo C. Pinto, 1ª sem., 1976.
 - . Angola através da literatura, João Carneiro, 1ª e 2ª sems., 1977 e 1ª sem., 1979.
 - . Mudanças sociais na África Negra, Kabengele Munanga, 2ª sem., 1977.
 - . Ásia Contemporânea I: China e Indochina. Severino Bezerra, 2ª sem., 1977.
 - . Modelos de desenvolvimento africano, José Maria N. Pereira, 2ª sem., 1977, 1ª sem., 1978.
 - . América Latina Contemporânea, Alison Raphael, 2ª sem., 1977.
 - . Relações Internacionais na África, José Maria N. Pereira, 1ª e 2ª sems., 1978.
 - . Introdução a língua chinesa, Ricardo Joppert, 1ª sem., 1978.
 - . História da Filosofia da China, Ricardo Joppert, 2ª sem., 1978.
 - . Pensamento africano contemporâneo. José Maria N. Pereira, 2ª sem., 1978 e 2ª sem., 1979.
 - . Mundo Árabe e islamismo, Paulo de Castro, 1ª sem., 1981.
 - . História da arte chinesa, Ricardo Joppert, 1ª sem., 1981.

2. Ciclos de conferências e seminários

- . Questão racial: questão nacional - março de 1981.
- . 1º Seminário Internacional Brasil-África - agosto de 1981.
- . Encontro Nacional Afro-Brasileiro - agosto de 1982.
- . 3º Congresso Internacional da ALADAA - agosto de 1983.
- . 1º Colóquio da Afro-Latinidade - agosto de 1983.
- . Quilombos hoje: exposição e debates - junho-julho de 1984.
- . Pensamento de esquerda e questão racial - outubro de 1985.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Fernando José Marroni de. L'évolution de la politique africaine du Brésil. Paris, Université Panthéon - Sorbonne (Paris I), 1988. 209 p. (Dissertação para o Diploma de Estudos Aprofundados - D.E.A.).
- ADOTEVI, Stanislas. Négritude et négrologues. Paris, Union Générale D'Éditions, 1972.
- AKCELRUD, Isaac. Novos Profetas do Médio Oriente. Rio de Janeiro, IBEEA, 1962. 144p.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Partidos políticos e política externa. Política e Estratégia, 4 (3): 415-450, jul./set. 1986.
- ALMEIDA, F. Lopes de. A formação social africana e a formação social latino-americana. Vozes, Petrópolis, 69 (1): 45-57, jan./fev. 1975.
- ALVES, Henrique Losinkas. Bibliografia Afro-Brasileira. Rio de Janeiro, Cadeira, Brasília, INL, 1979. 181p.
- ALYARES, Vera Cíntia. Reflexões sobre o surgimento, da política externa independente na gestão de Jânio Quadros. cadernos do IPRI, Brasília, (2): 79-87, 1989.
- ALEXANDRE, Pierre. Les africains. Paris, Lidis, 1981. 607p.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Geopolítica da mestiçagem. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, (11): 49-63, jan. 1985.
- ALENCASTRE, Amilcar. Oswaldo Aranha; o mundo afro-asiático e a paz. Rio de Janeiro, Capa de Fortunato, 1961. 188p.
- _____. A Rebelião dos povos coloniais. Rio de Janeiro, Prado, 1962. 168p.
- _____. O Brasil, a África e o futuro. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969. 230p.
- _____. América Latina, África e Atlântico Sul. Rio de Janeiro, Paralelo, 1980. 102p.
- AMADO, Jorge. Conversa com Buanga Fêlê, também conhecido como Mário de Andrade, chefe da luta de Angola. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1 (1): 25-30, set. 1962.

- ANGOLA através dos textos. São Paulo, Felman-Rêgo, 1962. 223p.
- ANDRADE, Manuel Correia de, org. Élisée Reclus. São Paulo, Ática, 1985. 200p. (Grandes Cientistas Sociais, 49).
- _____. O Brasil e a África. São Paulo, Contexto, 1989. 80p. (Repensando a Geografia).
- ANDRADE, Mário de. Antologia da Poesia Negra de Expressão Portuguesa. Paris, Pierre Jean Oswald, 1958. 106p.
- ANDRADE, Mário & OLLIVER, Marc. La Guerre en Angola; étude socio-économique. Paris, François Maspero, 1971. 161p.
- ARINOS, Afonso. Portugal, Brasil, África. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, (38/9): 63-72, jul./dez. 1974.
- _____. O Brasil e a questão de Angola na ONU. Digesto Econômico, São Paulo, 19 (164): 58-61, mar./abr. 1962.
- ARINOS, Afonso, ÁVILA, Fernando B. de, MENDES, Candido. Senhor em diálogo. Rio de Janeiro, IBEEA, 1965. 66p.
- AZEVEDO, Thales de. Décimo aniversário do CEAO. Afro-Ásia, Salvador, (8/9): 137-41, jun./dez. 1969.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 267p. (Oficinas da História, 6).
- AZEVEDO, Licínio Silveira. Moçambique; com os mirages africanos a 4 minutos. São Paulo, Global, 1980. 117p.
- AZEVEDO, L. & RODRIGUES, M. da P. Diário da libertação; a Guiné-Bissau da nova África. São Paulo, Versus, 1977. 128p.
- BALANDIER, G. Anthropo-lógicas. São Paulo, Cultrix, EDUSP, 1976. 261p.
- BANTON, Michael. A idéia de raça. Lisboa, Edições 70, 1979. 199p. (Perspectivas do Homem, 9).
- BARBOSA, Maria Helena de Oliveira. Namíbia: histórico de uma crise e o imperativo da independência. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (5): 55-83, 1981.

- BARBOSA, Rogério Andrade. LA-LE-LI-LO-LUTA; um professor brasileiro na Guiné-Bissau. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984. 124p.
- BASTIDE, Roger. As Religiões Africanas no Brasil; contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo, Pioneira, EDUSP, 1971, v.1 (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).
- _____. As Américas negras; as civilizações africanas no Novo Mundo. São Paulo, DIFEL, 1974. 210p.
- _____. El prójimo y el extraño; el encuentro de las civilizaciones. Buenos Aires, Amorrortu, 1973. 321p.
- _____. O estado atual da pesquisa afro-americana na América Latina. Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil. Salvador, 1 (2): 3-19, abr./jun. 1975.
- _____. Estudos Afro-Brasileiros. São Paulo, Perspectiva, 1973. 384p. (Estudos, 18).
- BELTRÁN, Luís. A problemática dos estudos africanistas. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, 27: 71-94, jul. 1969.
- _____. O africanismo brasileiro; incluindo uma bibliografia africanista brasileira (1940/1984). África, São Paulo, (8-Bis): 9-152, 1986.
- _____. O africanismo brasileiro; incluindo uma bibliografia africanista brasileira (1940/1984). Recife, Pool, 1987. 132p.
- BÉNOT, Yves. Idéologies des indépendances africaines. 10. ed. Paris, François Maspero, 1972. 538p.
- BENDER, Gerald J. Angola sob o domínio português; mito e realidade. Lisboa, Sá da Costa, 1980. 368p. (Terceiro Mundo).
- BERNARDI, Bernardo. Introdução aos estudos etno-antropológicos. Lisboa, Edições 70, 1982. 450p. (Perspectivas do Homem, 6).
- Bibliografia Afro-Asiática. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, IBEEA, 1962. 74p.

- BITELLI, Júlio Glinternick. A política brasileira para a África e a descolonização dos territórios portugueses. CADERNOS DO IPRI, Brasília, (2): 177-191. 1989.
- BLAJBERG, Jennifer Dunjwa. A relevância dos estudos africanos para brasileiros. IURI - Estudos Internacionais. Rio de Janeiro, 1: 27-52, 1984.
- BOLETIN ALADAA. México, D.F, n.1, DIC. 1977.
- BOXER, C.R. Relações raciais no império colonial português (1415-1825). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967. 163p.
- _____. O império colonial português. Lisboa, Edições 70, 1977. 470p. (Textos de Cultura Portuguesa, 3).
- CARNEIRO, J. Viriato da Cruz; da urgência de (re) ler um poeta angolano maldito. VOZES, Petrópolis, 73 (2): 17-26, mar. 1979.
- _____. Literatura africana de expressão portuguesa: "mensagem" e reafricanização. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 1 (1): 35-43. jan./abr. 1978.
- CARNEIRO, Edison. Negros bantus; notas de ethnographia religiosa e de folk-lore, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 187p. (Bibliotheca de Divulgação Científica, 14).
- CARVALHO, José Murilo de. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a república no Brasil. DADOS, Rio de Janeiro, 32 (3): 265-280, 1989.
- CASTRO, Moacir Werneck de. Dois caminhos da revolução africana. Rio de Janeiro, IBEEA, 1962. 101p.
- CASTRO, Paulo de. Argélia; a terra e o homem. Rio de Janeiro, Forum, 1971. 181p.
- CASCUDO, Luís da Câmara. Made in Africa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. 193p.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa, Sá da Costa, 1978. 69p.
- CEAA: novas perspectivas. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (4): 81-93, 1980.

- CEAA. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (13): 115-117, mar. 1987.
- CEAA; cinco anos de atividades. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 1 (1): 62- 8, jan./abr.1978.
- CEAA; notas introdutórias para linhas de pesquisas. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 1 (2): 53-64, maio/ago. 1978.
- CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS. Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia. Afro-Ásia, Salvador, (1): 125-8, dez. 1965.
- CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS. Centro de Estudos Africanos; relatório de atividades 1984-1985. São Paulo, FFLCH, USP, s.d. 32p.
- CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS. Introdução à Angola. Rio de Janeiro, 1979. 36p. (mimeografado).
- CHACON, V. A revolução no trópico; nacionalismo, marxismo e desenvolvimento. Rio de Janeiro, IBEEA, 1962, 134p.
- CHALIAND, G. Mitos revolucionários do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. 266p.
- _____. A luta pela África; estratégia das potências. São Paulo, Brasiliense, 1982. 137p.
- CHESNEAUX, Jean. A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX. São Paulo, Pioneira, 1976. 307p. (Nova Clío, 45).
- COMITINI, C. África arde; luta dos povos africanos pela liberdade. Rio de Janeiro, Codecri, 1980. 359p.
- _____. África; o povo. Rio de Janeiro, Achiamê, 1982. 115p.
- COLÓQUIO DE AFRO-LATINIDADE, 1, Rio de Janeiro, 1-5 de agosto de 1983. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALADAA, 3, Rio de Janeiro, 1-5 de agosto de 1983. Anais... s.l., ALADAA, Rio de Janeiro, CEAA, 1983. 56p. (PROGRAMA).
- CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALADAA, 3, Rio de Janeiro, 3-5 de agosto de 1983. Anais... s.l., ALADAA, Rio de Janeiro, CEAA, 1983. 56p. (PROGRAMA).

- CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO, 1, Recife, 1934. Anais... Recife, Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 1988. 2V. (Abolição, 6/7).
- CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO, 3, Recife, 1982. Anais... Recife, Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 1985. 160p.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, 2, São Paulo, 3-5 de nov. 1986. Anais... São Paulo, ALADAAB, USP, 1986. (Programa e Resumos).
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. De l'impérialisme ancien à l'impérialisme moderne; l'avatar colonial. In: ABDEL-MALEK Anouar, dir., Sociologie de l'imperialisme. Paris, Anthropos, 1971. 782p. 73-122. (Congrès Mondial de Sociologie, 7, Varna 1970).
- CORREIA, Mariza. As ilusões da liberdade; a escola Nina Rodrigues & a antropologia no Brasil. São Paulo, USP, 1982. 405p. (Tese de Doutorado).
- CORREIA, Sônia & HOMEM, Eduardo. Moçambique; primeiras marchas. Rio de Janeiro, Margem, 1977... 619p..
- COSTA E SILVA, Alberto da. O vício da África e outros vícios. Lisboa, João Sá da Costa, 1989. 215p.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros, estrangeiros; os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo, Brasiliense, 1985. 231p.
- CUNHA, Mariano Carneiro da. Da senzala ao sobrado; arquitetura brasileira na Nigéria e na República Popular de Benim. São Paulo, Nobel, USP, 1985. 185p.
- D'ADESKY, Jacques. Intercâmbio comercial Brasil-África (1958-1977); problemas e perspectivas. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (3): 5-34, 1980.
- _____. Brasil-África; convergência para uma cooperação privilegiada. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (4): 5-19, 1980.
- _____. A questão das divisas e do financiamento nas relações econômicas Brasil-África. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (6/7): 178-89, 1982.

- _____. Penetração brasileira na África Austral; perspectivas políticas e entraves econômicos. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (10): 95-105, jun. 1984.
- _____. As relações econômicas Brasil-África no contexto das relações internacionais. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (11): 63-70, 1985.
- _____. Estado-Nação e pluralidade étnica na África Negra. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (13): 37-46, mar. 1987.
- DANTAS, R. Sousa. África difícil; missão condenada diário. Rio de Janeiro, Leitura, 1965. 123p.
- DAVIDSON, Basil. Révolution en Afrique; la libération de la Guinée Portugaise. Paris, Seuil, 1969. 184p.
- _____. A política da luta armada; libertação nacional nas colônias africanas de Portugal. Lisboa, Caminho, 1979. 106p. (Nosso Mundo, 2).
- DECREAENE, Philippe. O panafricanismo. São Paulo, DIFEL, 1962. 132p. (Saber Atual, 83).
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. A África na vida e na cultura do Brasil. Rio de Janeiro, Schulze, s.d. 65p.
- _____. Etnias e culturas no Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980. 208p.
- DIAS, Jorge. Ensaio Etnológico. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar/Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1961. 198p. (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 52).
- DOWBOR, Ladislau. Guiné-Bissau; a busca da independência econômica. São Paulo, Brasiliense, 1983. 122p. (Tudo é História, 77).
- Estudos Afro-Asiáticos - 10 anos; índice geral. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (15): 238-251, jun. 1988.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. 275p. (Perspectivas do Homem, 42).

- FERREIRA, Climério Joaquim. O papel do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (8/9): 73-5, 1982.
- FERREIRA, Manuel. A aventura crioula; ou Cabo Verde uma síntese étnica e cultural. Lisboa, Ulisseia, 1967. 276p. (Poesia e Ensaio, 14).
- FREYRE, Gilberto. Aventura e rotina; sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953. 557p. (Documentos Brasileiros, 77).
- _____. Um brasileiro em terras portuguesas; introdução a uma possível luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953. 438p. (Documentos Brasileiros, 76).
- _____. O luso e o trópico. Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961. 312p.
- _____. Novo mundo nos trópicos. Lisboa, Linhas do Brasil, Lisboa, s.d. 334p. (Livros do Brasil, 85).
- FREIRE, Paulo. Cartas à Guiné-Bissau; registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 173p.
- FERES, João Bosco et alii. África atual; três histórias, várias questões. Petrópolis, Vozes, Rio de Janeiro, Nova, 1988. 97p. (Cadernos de Educação Popular, 14).
- FIGUEIREDO, Antônio de. A questão racial em Angola e Moçambique. Política Externa Independente, Rio de Janeiro, 1 (3): 40-56, jan. 1966.
- FILHO, J. Monserrat. A militarização da África do Sul. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (5): 85-94, 1981.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Notas sobre a política externa brasileira dos anos 50-70. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (10): 5-29, jun. 1984.
- _____. As reformulações na política externa brasileira nos Anos 70. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (5): 41-53, 1981.

- GONÇALVES, Williams da Silva. Brasil, Atlântico Sul e o conflito da África Austral. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (13): 26-36, mar. 1987.
- SENGHOR, Léopold Sédar. Liberté I. Paris, Seuil, 1964. v.1.
- _____. Liberté II. Paris, Seuil, 1971. v.2.
- _____. Negritude Arabite et Francite; réflexions sur le problème de la culture. Beyrouth, Dar Al-kitab Allubnani, 1969. 182p.
- Grupo de Estudos sobre o Pensamento Político Africano do CEEA. Notas sobre o pensamento de Frantz Fanon. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (5): 5-39, 1981.
- HAMILTON, Russel G. Literatura africana literatura necessária. Lisboa, Edições 70, 1981. v.1. (Biblioteca de Estudos Africanos, 3).
- _____. Literatura africana literatura necessária. Lisboa, Edições 70, 1984. v.2. (Biblioteca de Estudos Africanos, 9).
- HASENBALG, Carlos A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 302p. (Biblioteca de Ciências Sociais, 10).
- Histoire Générale de L'Afrique. Paris, Présence Africaine, Edicef, UNESCO, 1989. 544p. v.7.
- HOUAISS, Antônio. O Português no Brasil; pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro, UNIBRADE-Centro de Cultura, 1985. 157p.
- IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. 356p.
- LA LAMA, Graciela, coord. Bibliografía afroasiática en español. Santa Tereza, El Colegio de México, 1981. 238p.
- LECLERC, Gérard. Anthropologie et colonialisme; essai sur l'histoire de l'africanisme. Paris. Fayard, 1972. 256p. (Anthropologie Critique).
- LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro; história de uma ideologia. 4. ed. São Paulo, Pioneira, 1983. 378p. (Novos Ubrais).

- LINHARES, Maria Yedda. A luta contra a metrópole (Ásia e África). 2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1986. 115p. (Tudo é História, 3).
- MAESTRI FILHO, Mário José. A agricultura africana nos séculos XVI e XVII no litoral angolano. Porto Alegre, UFRGS, 1978. 131p.
- _____. História da África Negra Pré-Colonial. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988. 117p. (Revisão, 31).
- MARANHÃO, Jarbas. Brasil-África; um mesmo caminho. São Paulo, Rigor, 1962. 61p.
- MARTINIÈRE, Guy. O novo diálogo América Latina-África: fundamento das relações Sul-Sul. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (4): 43-62, 1980.
- MATTA, Roberto da. Relativizando; uma introdução à Antropologia Social. 4. ed., Petrópolis, Vozes, 1984. 246p.
- MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. O Elogio da Dominação; re- lendo Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro, Achiamê, 1984. 95p.
- MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. 126p. (Ecumenismo e Humanismo, 11).
- MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. O Brasil e o Mundo Ásio-Africano. 2. ed. Rio de Janeiro, GRD, 1960. 363p.
- MENDONÇA, Renato. A influência africana no português do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. 191p.
- MENDES, Candido. Nacionalismo e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, IBEEA, 1963. 398p.
- _____. Política externa e nação em processo. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1 (1): 40-64, set. 1962.
- _____. Enfim, a afro-latínidade. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (11): 7-8, 1985.
- _____. Em busca da afro-latínidade. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (6-7): 11-14, 1982.

- MEILLASSOUX, Claude. Terrains et théories. Paris, Anthropos, 1977.
- MITCHELL, Michael. Raça, Legitimidade e o Estado no Brasil. Afrodíaspóra, Rio de Janeiro, 3 (5): 90-108, 1985.
- MONTEIRO, Hélène. A francofonia no quadro das relações França-África. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (16):7-15, mar. 1989.
- MORAES, Evaristo de. A Escravidão Africana no Brasil. 2. ed. Brasília, Universidade de Brasília, 1986. 140p. (Temas Brasileiros, 62).
- MORAIS, Vamberto. Zimbabwe ou Rodésia? um episódio da revolução africana. Política Externa Independente, Rio de Janeiro, 1 (3): 57-63, jan. 1966.
- MOREIRA, N. & BISSIO, B. Os cubanos na África. São Paulo, Global, 1979. 110p.
- MOREIRA, Adriano. Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe; curso de extensão universitária, ano letivo de 1965-1966. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966. 1036p.
- MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). São Paulo, Ática, 1977. 303p. (Ensaios, 30).
- MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo, Ática, 1988. 250p. (Fundamentos, 34).
- _____. As injustiças de Clio; o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990. 217p. (Nos sa Terra).
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Bibliografia em língua francesa sobre África. São Paulo, CEA/FFLCH/Universidade de São Paulo, 1973. 89p.
- _____. Roger Bastide e Angola; a Lunda na obra de Castro Soromenho. Afro-Ásia, Salvador, 12: 141-4, jun. 1976.
- MOURÃO, Fernando A. A. & MORAES, C. S. Contribuição a uma bibliografia de bibliografias sobre o continente africano. São Paulo, CEA/FFLCH/Universidade de São Paulo, 1977. 141p.

- MOURÃO, Fernando A. A. & QUEMEL, M.A. Contribuição a uma bibliografia sobre Fernando Monteiro de Castro Soromenho. São Paulo, CEA/FFLCH/Universidade de São Paulo, 1977. 172p.
- MOURÃO, Fernando A.A. A sociedade angolana através da literatura. São Paulo, Ática, 1978. 157p. (Ensaio, 38).
- _____. "Reprise" da África no Brasil. África, São Paulo, 1 (1): 3-12, jan. 1978.
- _____. La contribution de l'Afrique Bantoue a la formation de la société brésilienne; une tentative de redefinition methodologique. África, São Paulo, (3): 1-17, 1980.
- _____. A informação científica no plano das relações entre o Brasil e a África como fator de desenvolvimento dos estudos africanos. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (8/9): 67-73, 1982.
- _____. org, Introdução aos estudos sobre a África contemporânea. São Paulo, CEA/MRE, 1984. 313p.
- NASCIMENTO, Elimar. A concepção da educação em Moçambique. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (4): 21-41, 1980.
- _____. O processo de "descolonização" em Moçambique. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (14): 22-31, set. 1987.
- NETO, A. Poemas de Angola. Rio de Janeiro, Codecri, 1976. 50p.
- NEVES, João Alves das, org., A nova África. São Paulo, Anhangá, 1961. 224p.
- _____. Poetas e contistas africanos de expressão portuguesa. São Paulo, Brasiliense, 1963. 211p.
- N'KRUMAH, Kwame. Neocolonialismo; último estágio do Imperialismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. 309p.
- _____. A África deve unir-se. Lisboa, Ulmeiro, 1977. 249p. (Terceiro Mundo e Revolução, 1).
- _____. Revolutionary Path. London, PANAF, 1980. 532p.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África. São Paulo, USP, 1987. 339p. (Tese de Doutorado).

- O BRASIL E AS COLÔNIAS PORTUGUESAS NA ÁFRICA; a proposta de criação de uma "Comunidade Afro-Luso-Brasileira". Política Externa Independente, Rio de Janeiro, 1 (3): 191-202, jan. 1966.
- OLIVEIRA, Mário Antônio F. Reler África. Coimbra, Universidade de Coimbra/Instituto de Antropologia, 1990. 554p.
- OLINTO, Antônio. Brasileiros na África. 2. ed. São Paulo, GRD, Brasília, INL. 1980. 324p.
- ORTIZ, Renato. Cultura brasileira & identidade nacional. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. 148p.
- PADMORE, George. Panafricanisme ou Communisme? la prochaine lutte pour l'Afrique. Paris, Présence Africaine, 1960.
- PAULA, S. de. O porquê das guerras africanas; a luta contra o colonialismo e o apartheid. Rio de Janeiro, Paralelo, 1974. 119p.
- PELLISSIER, René. Aspects de l'africanisme brésilien. Le mois en Afrique. Etudes Politiques, Economiques & Sociologiques Africaines, Paris, (200): 56-76, jul./set. 1982.
- PEREIRA, José Maria Nunes. Colonialismo, Racismo e Descolonização. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 1 (2): 16-29. maio/ago. 1978.
- _____. As Raízes do Apartheid. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 1 (1): 26-34, jan./abr. 1978.
- _____. Relaciones Brasil-África; problemas y perspectivas. In: La política internacional de los años 80; una perspectiva latinoamericana. Buenos Aires, Belgrano, 1982, 322p. 235-48. (Temas de Política Internacional).
- _____. L'impératif de la coopération Sud-Sud. Recherche Pédagogie et Culture, Paris, (64): 4-5, out./dez. 1983.
- _____. Brasil-África no governo Figueiredo; um balanço. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, (2): 81-104, jul./dez. 1985.
- _____. Relações França-África; neocolonialismo e cooperação. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (13): 5-25, mar. 1987.

- _____. Brasil-África do Sul; as palavras, os atos e o ouro. Brasil Perspectivas Internacionais, Rio de Janeiro, (14): 8-10, abr./jun. 1987.
- _____. O apartheid e as relações Brasil-África do Sul. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (14): 32-53, set. 1987.
- PEREIRA, J. Soares. Terceiro Mundo; unidade e emergência. Rio de Janeiro, IBEEA, 1962. 195p.
- PEREIRA, Francisco José. Apartheid; o horror branco na África do Sul. São Paulo, Brasiliense, 1985. 82p. (Tudo é História, 102).
- PINHEIRO, Leticia de Abreu. Ação e Omissão; a ambiguidade da política brasileira frente ao processo de descolonização africana, 1946-1960. Rio de Janeiro, PUC/Departamento de Ciências Jurídicas, 1988. 152p. (Dissertação de Mestrado).
- POERNER, Arthur José. Argélia; revolução e socialismo. Política Externa Independente, Rio de Janeiro, 1 (3): 64-76, jan. 1966.
- _____. Argélia; o caminho da independência. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. 127p.
- PORTELLA, Eduardo. África; colonos e cúmplices, Rio de Janeiro, Editorial Prado, s/d. 147p.
- PROGRAMAS de Cursos do CEAA em 1977. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 1 (1): 69-79, jan./abr. 1978.
- QUADROS, Jânio. A nova política externa Brasileira. Relações Internacionais, Brasília, 1 (3): 73-77, set./dez. 1978.
- QUERINO, Manuel. A raça africana e os seus costumes. Salvador, Progresso, 1955. 174p.
- RAMOS, Arthur. O Negro Brasileiro; ethnographia religiosa e psychanalyse. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934. 303p. (Biblioteca de Divulgação Científica, 1).
- RAMOS, Arthur. O negro na civilização brasileira. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1971. 252p. (Arthur Ramos, 1).

- _____. Introdução à civilização brasileira. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1972. v.3. (Coleção Arthur Ramos, 3).
- _____. As culturas negras no Novo Mundo. 4. ed. São Paulo, Nacional, 1979. 248p. (Brasiliana, 249).
- RAMOS, Guerreiro. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro, Andes, 1957. 216p.
- RANGEL, Ignácio M. A África e outros novos mercados. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1 (2): 81-102, dez.1962.
- REGO, V. da Cunha & MORAIS, J. M. Tito de. Angola através dos textos. São Paulo, Felman-Rêgo, 1962. 223p.
- RIBEIRO, Orlando. Destinos do Ultramar. Lisboa, Horizonte, 1975. 100p. (Horizonte, 28).
- ROCHA NODARI, Ariadne da Silva. Bibliografia africana do acervo do Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 1985. 194p.
- RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil. 5. ed. São Paulo, Nacional, 1977. 283p. (Brasiliana, 9).
- RODRIGUES, José Honório. Brasil e África; outro horizonte. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. v.1 (Retratos do Brasil, 9).
- _____. Uma política externa própria e independente. Política Externa Independente, Rio de Janeiro, 1 (1): 15-39, maio. 1965.
- _____. Brasil e África; outro horizonte. 3. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. 545p. (Logos).
- SANTIAGO, Theo. Descolonização. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. 196p.
- SANTOS, Milton. A cidade nos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. 179p.
- _____. Por uma geografia nova. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1978. 236p.

- SELCHER, Wayne A. The Afro-Asian dimension of Brazilian foreign policy. Florida, University of Florida, 1974. 252p.
- _____. Brazil's multinateral relations; between first and Third Worlds. Boulder, Westview Press, 1978. 301p.
- _____, ed. Brazil in the international system; the rise of a middle power. Boulder, Westview Press, 1981. 251p.
- _____. Dilemas políticos nas relações Brasil-África: comentário sobre alguns obstáculos políticos nas relações Sul-Sul. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (10): 55-71, jun. 1984.
- SERRANO, Carlos. Os estudos de ciências humanas sobre a África Lusófona no exterior (1961/1982). África, São Paulo, (7): 71-75, 1984.
- _____. Os senhores da terra e os homens do mar; antropologia política de um reino africano. São Paulo, USP, 1983. 175p.
- SEVERO, J.A. A invasão. Ficção Política. 24 de junho de 1986; o dia em que o Brasil invadiu Angola. Porto Alegre, L & PM, 1979. 225p.
- SILVA, Vassalo e. "Dossier" Goa; a recusa do sacrifício inútil. Lisboa, Liber, 1975. 131p.
- SILVA REBELO, Manuel dos Anjos da. Relações entre Angola e Brasil: (1808-1830). Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970. 452p.
- SILVA, Jaime da; BIRMAN, Patrícia; WANDERLEY, Regina, orgs. Cativeiro e Liberdade. Rio de Janeiro, UERJ, 1989. 268p.
- SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco; raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 328p.
- TARALLO, Fernando & ALKMIN, Tania. Falares crioulos; línguas em contato. São Paulo, Ática, 1987. 142p. (Fundamentos, 15).
- TAUNAY, Affonso de E. Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1941. 311p.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. Comércio proibido de escravos. São Paulo, Ática, 1988. 158p. (Ensaio, 128).

- THION, Serge. Le Pouvoir Pâle; ou le racisme sud-africain. Paris, Seuil, 1969. 316p.
- TURNER, J. Michael. Les Bresiliens; the impact of former brazilian slaves upon Dahomey. Boston, Boston University, 1975. 40lp. (Tese de Doutorado).
- VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo; do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos Os Santos. Dos séculos XVII a XIX. São Paulo, Corrupio, 1987. 718p.
- VIANA, A. Mendes. O Mundo Afro-Asiático; sua significação para o Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, 30 (119/120): 61-70, 1987.
- VIANA FILHO, Luiz. O negro na Bahia. 2. ed. São Paulo, Martins, Brasília, INL, 1976. 151p.
- VIANNA, Oliveira. Raça e assimilação. São Paulo, Nacional, 1932, 235p.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. O tempo da Casa Grande. DADOS, Rio de Janeiro, 31 (3): 343-55, 1988.
- VOCKERODT, Victor A. A África do Sul e a estratégia do Oceano Índico. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 1 (2): 5-15, mai./ago.1978.
- YAZBEK, Mustafa. Argélia; a guerra e a independência. São Paulo, Brasiliense, 1983. 71p. (Tudo é História, 73).